



## MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO  
(Matéria Criminal e Controle Externo da Atividade Policial)

### ATA DA 564ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 03 de setembro de 2012.

Início e término: Das 14:30h às 17:30h.

Aos três dias do mês de setembro do ano 2012, em sessão realizada na Sala de Reuniões, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, os Titulares Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, Dr. Oswaldo José Barbosa Silva, e os Suplentes Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré e a Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:

**Relatora: Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge**

#### ORIGEM JUDICIAL

##### NÃO PADRÃO

001. Processo : 0005800-512012.403.6181 Voto: 2190/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV. FALSO EM AUTENTICAÇÃO DE FIRMA E SELO DE DOCUMENTOS. USO DE FALSO PARA REQUERER A INSCRIÇÃO NO CNPJ. CRIME DESCRITO NO ART. 296–II DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE DECLÍNIO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF.

1. Trata-se de inquérito policial em que se apura a falsidade no reconhecimento de firma e autenticação presentes em documentos apresentados junto à Receita Federal, para inscrição no CNPJ.

2. O membro oficiante promoveu o declínio de suas atribuições em favor do Ministério Público Estadual por entender que o fato criminoso não fora praticado em detrimento de bens, serviços ou interesse da União, vez que não restou constatada a aferição de vantagem ilícita. Discordância do Juiz Federal.

3. Embora se trate de crime contra a fé pública, o que revela, em princípio, interesse genérico e indireto da união, tal foi cometido especificamente em detrimento de serviço público federal, na espécie, diretamente contra órgão do Ministério da Fazenda pertencente à estrutura da União Federal, razão pela qual seu processo e julgamento é de competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, a atribuição para atuar no caso é do Ministério Público Federal. Inteligência do art. 109 – IV da Constituição.

4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

002. Processo : 0000021-39.2011.404.7211 Voto: 2198/2012 Origem: JF/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CPP, ART. 28 C/C LC 75/93, ART. 62-IV. POSSÍVEL CRIME DE MOEDA FALSA. ART. 289, § 1º DO CP. DÚVIDA ACERCA DO DOLO DO INVESTIGADO.

INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de moeda falsa, previsto no artigo 289, §1º, do CP.

2. Promoção de arquivamento fundada na ausência de dolo. Discordância do Juiz Federal.

3. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

4. A possibilidade da consciência da falsidade é evidenciada no fato de *“o acusado estava com a nota falsa enrolada em sua mão sendo que, ao pegar as cinco notas de dez reais, entregou a nota falsa ainda enrolada”*, seguido da afirmativa de que, quando a vítima percebeu tratar-se de cédula falsa, segundos depois, o acusado *“já havia fugido, saindo pelos fundos do terreno de sua casa tomando rumo ignorado”*.

5. Presentes indícios de autoria e da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*.

6. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

003. Processo : 1.22.000.001847/2012-31 Voto: 2195/2012 Origem: JF/MG

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CPP, ART. 28 C/C LC 75/93, ART. 62, IV. POSSÍVEL CRIME DE ESTELIONATO – ART. 171, § 3º DO CP. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DA AUTORIA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possível crime de estelionato, tipificado no artigo 171, §3º, do Código Penal, em prejuízo do Instituto Nacional do Seguro Social, consistente no recebimento indevido de valores creditados a título de benefícios da Previdência Social, após o óbito do beneficiário.

2. Manifestação do MPF pelo arquivamento fundado na ausência de elementos mínimos da autoria. Discordância do Juiz Federal. Remessa à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93.

3. Caso em que 03 (três) parcelas de R\$ 200,00 foram recebidas há quase 10 (dez) anos, mediante a utilização de cartão magnético e assinatura digital (senha) de uso pessoal e intransferível e não há qualquer indício de sua autoria, sobretudo considerando a inexistência de procurador ou representante legal cadastrado junto ao INSS para o recebimento do benefício em apreço.

4. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

004. Processo : 0000220-75.2012.4.04.7001 Voto: 2194/2012 Origem: JF/PR

005. Processo : 5013029-12.2012.404.7001 Voto: 2193/2012 Origem: JF/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal.

2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Não reincidência delitiva.

5. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

6. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José

006. Processo : 0000212-98.2012.4.04.7001 Voto: 2200/2012 Origem: JF/PR
007. Processo : 5012408-15.2012.404.7001 Voto: 2192/2012 Origem: JF/PR
- Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
- Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM VALOR ABAIXO DO PREVISTO NO ART. 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal). Tributos não-recolhidos estimados em valor abaixo do previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002.
  2. Notícia de que o investigado é “reincidente” na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante. Precedentes do STJ.
  3. Prosseguimento da persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
008. Processo : 68213-92.2011.4.01.3400 Voto: 2199/2012 Origem: JF/DF
- Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE) OU ESTELIONATO. DISCUSSÃO ACERCA DA TIPICIDADE E, NO CASO, COMO CONSEQUÊNCIA, DA COMPETÊNCIA. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO MPF. PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar crime de financiamento fraudulento de veículo. A Procuradora da República oficiante requereu o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal, por entender que teria havido empréstimo e não financiamento. Houve discordância por parte do Juiz Federal.
  2. Todavia os recursos eram vinculados a uma finalidade, de modo que a conduta atinge o sistema financeiro nacional. Houve obtenção de financiamento mediante fraude para a aquisição de uma motocicleta. Tipificação no art. 19, Lei nº 7.492/86.
  3. Designação de outro Procurador da República para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
009. Processo : 2006.61.08.009223-0 (54410-06.2011.4.01.3800) Voto: 2297/2012 Origem: JF/SP
- Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV DA LC 75/93. APURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 155-§4º-II DO CÓDIGO PENAL. SUBTRAÇÃO DE VALORES DE CONTA-CORRENTE DE CLIENTE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA FRAUDULENTA VIA INTERNET. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. Em obediência ao art. 70 do Código de Processo Penal, a competência para processar e julgar o crime de furto qualificado, nas hipóteses de transações bancárias fraudulentas, é do Juízo do local em que a pessoa lesada mantinha a sua conta-corrente, pois o crime se consuma no momento em que o bem sai da esfera de proteção e disponibilidade da vítima para a do agente. Precedentes do STJ.
  2. No caso em exame o crime consumou-se em Botucatu/SP, local onde está localizada a agência da CEF, de onde houve o saque fraudulento, consumando-se o crime. Botucatu está sob a jurisdição da Justiça Federal de Bauru/SP.
  3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para, no Juízo Federal da 3ª Vara em Bauru/SP, dar prosseguimento à persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

010. Processo : 5000047-57.2012.404.7003 Voto: 2298/2012 Origem: JF/PR  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.  
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática do crime tipificado no art. 183 da Lei 9.472/97. Investigado que conduzia veículo modificado e preparado para o transporte de mercadorias contrabandeadas, equipado com aparelho de radiotransmissão. Veículo normalmente utilizado como 'batedor' em crimes como o transporte de mercadorias ilícitas.  
2. Arquivamento fundado na ausência de materialidade. Discordância do Juiz Federal. Remessa à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, com fulcro no artigo 28 do Código de Processo Penal c/c art. 62-IV da LC nº 75/93.  
3. O agente que desenvolve atividade de radiodifusão de modo clandestino e habitual, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9.472/97. Precedentes STJ e STF.  
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para oferecer a denúncia.  
Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges de Andrada aguarda para proferir o voto.
011. Processo : 4073-31.2011.4.01.3309 Voto: 2274/2012 Origem: JF/BA  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.  
1. O agente que opera emissora de rádio, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.  
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é de 4 (quatro) anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.  
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.  
Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges de Andrada aguarda para proferir o voto.
012. Processo : 2006.51.05.000825-0 Voto: 2275/2012 Origem: JF/RJ  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97, consistente no desenvolvimento de atividade de radiodifusão clandestina.  
2. O Procurador da República oficiante pretendia oferecer transação penal, por entender que a conduta do investigado se amoldava ao art. 70 da Lei nº 4.117/62. Houve discordância do Juiz Federal, que remeteu os autos à 2ª Câmara.  
3. O agente que opera emissora de rádio de modo clandestino e habitual, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9.472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.  
4. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há que se falar em oferecimento de proposta de transação penal.  
5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.  
Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges de Andrada aguarda para proferir o voto.
013. Processo : 0001388-72.2012.4.01.3905 Voto: 2276/2012 Origem: JF/PA  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL REJEITADA PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO

ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Peças de informação instauradas para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.

2. O Procurador da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.

3. O MM. Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei nº 9.472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal. Remessa à 2ª CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.

4. Havendo divergência entre o membro do Ministério Público e o Juiz acerca da capitulação do delito, mas oferecida a proposta de transação por parte do *Parquet*, mesmo que a discordância se relacione com a capitulação do crime, o caso é de conhecimento da remessa e respectiva análise do mérito, em obediência ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, por analogia ao art. 28 do CPP c/c o inciso IV do art. 62 da LC n. 75/93.

5. O agente que opera emissora de rádio, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges de Andrada aguarda para proferir o voto.

014. Processo : 1.00.000.006280/2012-56 Voto: 2163/2012 Origem: JF/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO CRIMINAL. CRIME DE MENOR POTENCIAL LESIVO. LEI Nº 9.099/95. TRANSAÇÃO PENAL HOMOLOGADA. DESCUMPRIMENTO. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL. DENÚNCIA.

1. Examina-se a possibilidade de oferecimento da denúncia após o descumprimento do acordo celebrado em transação penal homologada pelo Judiciário.

2. O descumprimento da transação penal, autoriza o oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.

3. Decisão do Plenário do STF e da 3ª Seção do STJ.

4. Procedência da remessa para desconstituir a transação penal e determinar a propositura da ação penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

## ORIGEM INTERNA

### NÃO PADRÃO

015. Processo : 1.24.000.000604/2012-19 Voto: 2201/2012 Origem: PR/PB

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO ( LC Nº 75/93, ART. 62-IV). CRIMES CONTRA A HONRA DE FUNCIONÁRIA PÚBLICA, EM RAZÃO DE SUAS FUNÇÕES. ARQUIVAMENTO FUNDADO NA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE TANTO PELA DECADÊNCIA DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO, PREVISTA NO ART. 107, IV, DO CP, QUANTO PELA RETRATAÇÃO DO REPRESENTADO NOS TERMOS DO ART. 143 DO CÓDIGO PENAL. IMPROCEDÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Procedimento administrativo instaurado a partir de representação formulada funcionária pública, noticiando possíveis crimes contra a sua honra (calúnia e injúria), em tese, praticado por diretor e editor de jornal eletrônico.

2. Arquivamento fundado na extinção da punibilidade tanto pela decadência do direito de representação, prevista no art. 107-IV do Código Penal, quanto pela retratação do representado, nos termos do art. 143 do Código Penal. Apresentação de razões contrárias ao arquivamento pela interessada.

3. A matéria jornalística foi publicada no dia 14.08.2011 e a representação protocolizada na

Procuradoria da República na Paraíba no dia 07.02.2012, portanto, dentro do prazo de 6 (seis) meses, previsto no artigo 103 do Código Penal, não havendo que se falar em extinção da punibilidade pela decadência.

4. Retratação que, nos termos do art. 143 do Código Penal, somente isenta de pena o representado em relação aos crimes de calúnia e de difamação, não sendo aplicável ao crime de injúria, supostamente ocorrido no caso, contra funcionária pública, em razão de suas funções.

5. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

016. Processo : 1.30.001.004187/2012-68 Voto: 2150/2012 Origem: PR/RJ

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Relator- : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada Voto: 2152/2012

Acórdão

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO ALIMENTÍCIO FALSIFICADO (CP, ART. 272, §1º). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32 – 2ª CCR). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. De acordo com o art. 109, inc. IV, da Constituição Federal, somente se afirma a competência da Justiça Federal quando o crime afeta *diretamente* bens, serviços ou interesses da União ou suas autarquias ou empresas públicas.

2. Registre-se que a atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento como responsáveis pela fiscalização não atrai a competência da Justiça Federal, tendo em vista a existência, apenas, de interesse genérico e indireto da União. Precedentes do STJ em casos análogos (CC n. 122.884, 02/8/2012; CC n. 121151, 18/05/2012; CC n. 120889, 15/03/2012 e CC n. 061539, 09/03/2007).

3. Desta forma, inexistem elementos que justifiquem a atribuição do do Ministério Público Federal.

4. Homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.

Decisão : A 2ª Câmara, por maioria, vencida a Relatora, homologou o declínio. Redigirá o Acórdão o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, que inaugurou a divergência. Participou da votação o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

017. Processo : 1.17.000.001824/2011-13 Voto: 2277/2012 Origem: PR/ES

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (LEI Nº 8.137/90). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC 75/93, ART. 62 – IV). CONSISTENTE EM SONEGAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Procedimento administrativo instaurado para apurar a ocorrência de crime contra a ordem tributária, consistente em sonegação do imposto de renda, previsto na Lei nº 8.137/90.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento com fundamento no princípio da insignificância, haja vista o baixo valor do tributo suprimido (R\$ 5.947,16).

3. Esta Câmara entende que o princípio da insignificância, quanto aos crimes contra a ordem tributária, aplica-se apenas ao crime de descaminho (CP, art. 334), que não é o caso do autos.

4. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

018. Processo : 1.24.001.000109/2012-91 Voto: 2221/2012 Origem: PRM/CAMPINA GRANDE/PB

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE RESPONSABILIDADE COMETIDO POR EX-PREFEITO (DECRETO LEI Nº 201/67). OMISSÃO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possível crime de responsabilidade cometido por ex-prefeito municipal, consistente na omissão de prestação

de contas, relativa a convênio celebrado com a União.

2. A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do procedimento sob o entendimento de que estaria prescrito o crime de responsabilidade cometido, consistente na omissão da prestação de contas.

3. Em relação ao tipo penal mencionado pelo membro do *Parquet* deve-se reconhecer a prescrição, tendo em vista que o fato ocorreu entre 1997 e 2000. Aplicação do art. 109 - IV do CP c/c art. 1º - § 1º do Decreto-Lei nº 201/67.

4. Por outro lado, não houve diligências para verificar se o valor a que o investigado foi condenado a ressarcir, seria em decorrência da simples aplicação irregular desses recursos ou do seu uso em benefício próprio.

5. Não se pode considerar a ausência de prestação de contas somente como incidência no art. 1º - VI, do mencionado Decreto-Lei 201/67, antes de se investigar a possível ocorrência de apropriação, desvio ou utilização de bens ou rendas públicas em proveito próprio do agente público, condutas criminosas submetidas ao prazo prescricional de 16 anos (art. 1º - I e II do mesmo diploma legal).

6. Pela homologação do arquivamento em relação ao crime de não prestação de contas e pela designação de outro membro do MPF para prosseguir na investigação do crime definido no art. 1º - I e II do Decreto-Lei 201/67.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

019. Processo : 1.30.001.003858/2012-73 Voto: 2196/2012 Origem: PR/RJ

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES (LC Nº 75/93, ART. 62-VII). RECEBIMENTO DA MANIFESTAÇÃO COMO ARQUIVAMENTO INDIRETO. PECULATO (CP, 312), FORMAÇÃO DE QUADRILHA (CP, ART. 288) E OUTROS CRIMES. PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas a partir de notícia anônima que aponta a participação de atual prefeito no esquema criminoso denominado "Máfia do INSS", que atuou entre os anos de 1989 e 1991, mediante a prática dos crimes de peculato (CP, art. 312), de formação de quadrilha (CP, art. 288) e outros delitos.

2. Notícia anônima remetida à PRR/2ª Região, que tendo em vista a ausência de causa que justifique sua atuação originária, encaminhou a notícia-crime à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.

3. O Procurador da República, considerando que o noticiado, suposto ex-integrante da máfia do INSS, exerce o cargo de prefeito, portanto, autoridade que detém prerrogativa de função, suscitou conflito de atribuições, remetendo os autos à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, nos termos do art. 62-VII da LC nº 75/93.

4. Recebimento da manifestação do Procurador da República como arquivamento indireto.

5. Ultrapassados mais de 20 (vinte) anos da data das condutas ilícitas praticadas pelos integrantes do referido grupo criminoso, se houve a participação de alguém que escapou da investigação policial e consequente ação penal, nada mais há que ser feito, pois, qualquer que tenha sido o crime eventualmente praticado à época, a pretensão punitiva estatal já se encontra fulminada pela efetiva prescrição, nos exatos termos do art. 107-IV c/c o art. 109 do Código Penal, inexistindo razão para o prosseguimento do feito.

6. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

020. Processo : 1.19.000.001060/2012-64 Voto: 2218/2012 Origem: PR/MA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Possível desvio de verba pública municipal e crime de concussão (CP, art. 316) praticados por prefeito e secretário de administração municipal. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Alegações desconexas de maneira genérica em relação a supostos abuso de poder econômico e político e captação ilícita de votos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

021. Processo : 1.00.000.011952/2012-45 Voto: 2216/2012 Origem: PRM – SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

- Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de apropriação indébita (CP, art. 168) ocorrido entre particulares. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
022. Processo : 1.35.000.001189/2012-29 Voto: 2206/2012 Origem: PR/SE  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de Informação. Notícia recebida por e-mail. Possível manutenção de casa de prostituição (CP, art. 229) e perturbação do sossego alheio (Decreto-Lei nº 3.688/41, art. 42). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Sucinto relato dos fatos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
023. Processo : 1.19.000.000929/2012-53 Voto: 2226/2012 Origem: PR/MA  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes contra a ordem econômica (Lei nº 8.176/91, art. 1º-I), contra a economia popular (Lei nº 1.521/51, art. 2º-XI) e estelionato (CP, art. 171) cometido entre particulares. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª Câmara). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 da 2ª Câmara e Súmula nº 498 do STF. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
024. Processo : 3407.2010.000350-5 Voto: 2223/2012 Origem: PRM/RIBEIRÃO PRETO/SP  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Inquérito policial. Possíveis crimes de estupro de vulnerável (CP, art. 217-A), filmagem de sexo explícito envolvendo criança e adolescente (Lei nº 8.069/90, art. 240) e assédio à criança ou adolescente com a finalidade de praticar ato libidinoso (Lei nº 8.069/90, art. 241-D). Revisão de Declínio (Enunciado nº 33 - CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
025. Processo : 1.22.011.000131/2012-97 Voto: 2245/2012 Origem: PRM/SETE LAGOAS/MG  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de informação. Representação formulada por particular solicitando orientações. Possível crime de estelionato (CP, art. 171) cometido entre particulares. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Suposta simulação da própria morte por sócio de empresa privada para eximir-se do pagamento dos funcionários. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
026. Processo : 1.00.000.012695/2012-69 Voto: 2205/2012 Origem: PR/ES  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de Informação. Possível crime de estelionato (CP, art. 171). Criação de boleto de cobrança em nome próprio, mediante a utilização da tecnologia do código de barras, e posterior pagamento com cartão de crédito, para a obtenção de milhas aéreas. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Lesão que atinge a administradora do cartão de crédito, que arca com o prejuízo ao compensar as milhas utilizadas com as companhias aéreas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.



027. Processo : 1.34.004.001095/2012-57 Voto: 2230/2012 Origem: PRM/CAMPINAS/SP  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato (CP, art. 171 c/c art. 14, II). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Envio de e-mail fraudulento possivelmente para a captação de dados pessoais do destinatário. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
028. Processo : 1.36.000.000670/2012-60 Voto: 2240/2012 Origem: PR/TO  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de falsificação de documento público (CP, art. 297) e uso de documento falso (CP, art. 304). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Possível falsificação e uso de documentos públicos municipais. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
029. Processo : 1.25.002.000627/2012-68 Voto: 2278/2012 Origem: PR/PR  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento investigatório criminal instaurado para apurar a notícia da prática de supostos crimes de homicídio (CP, art. 121), furto (CP, art. 155), receptação (CP, art. 180), corrupção ativa (CP, art. 317) e favorecimento pessoal (CP, art. 348). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
030. Processo : 1.18.000.001162/2010-55 Voto: 2228/2012 Origem: PR/GO  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Possíveis crimes de formação de quadrilha ou bando (CP, art. 288), falsidade ideológica (CP, art. 299) e peculato (CP, art. 312). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Suposta esquema fraudulento de desvio de verbas públicas em hospital municipal. Diligências. Realização de auditoria pelo DENASUS que não identificou a existência de superfaturamentos contra o SUS por serviços não prestados. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
031. Processo : 1.29.000.001676/2012-99 / 1.29.000.001568/2012-16 Voto: 2244/2012 Origem: PR/RS  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimentos administrativos. Notícia anônima recebida por e-mail. Possíveis crimes de cárcere privado (CP, art. 148) e de manutenção de casa de prostituição (CP, art. 229). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Sucinto relato dos fatos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
032. Processo : 1.25.003.007850/2012-26 Voto: 2209/2012 Origem: PR/PR  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de violação de direito autoral (art. 184, § 2º, CP). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de indícios da transnacionalidade da conduta ou conexão com delito que cause ofensa a bens, serviços ou interesse da União. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

033. Processo : 1.14.000.001870/2012-05 Voto: 2237/2012 Origem: PR/BA

Relatora :Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa :Peças de informação. Representação encaminhada ao MPF noticiando a ocorrência de crimes contra vida, o patrimônio, a paz pública e a fé pública, supostamente praticados por policiais civis. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Ausência de participação de servidor público federal no exercício de suas funções e com estas relacionadas na perpetração das condutas criminosas. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

034. Processo : 1.33.016.000065/2012-21 Voto: 2202/2012 Origem: PR/SC

Relatora :Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa :Procedimento administrativo. Investigado que acompanhava segurados do INSS que se dirigiam à unidade previdenciária. Suposta obtenção indevida de senhas. Arquivamento fundado na ausência de elementos mínimos de materialidade delitiva justificadores do prosseguimento das investigações. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recebimento da promoção de arquivamento como declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Possível crime de estelionato (CP, art. 171) praticado contra os segurados do INSS. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

035. Processo : 1.04.004.000154/2011-28 Voto: 2239/2012 Origem: PRR 4ª REGIÃO

Relatora :Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa :Peças de informação. Possíveis irregularidades no serviço SAMU-SALVAR executado em município. Revisão de declínio (Enunciado nº 33). Inexistência de recursos federais envolvidos que justifique o interesse da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

036. Processo : 1.34.001.001438/2012-11 Voto: 2204/2012 Origem: PR/SP

Relatora :Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa :Peças de informação. Possível crime de homicídio (CP, art. 121) e uso de drogas (Lei nº 11.343/06, art. 28) por pastores evangélicos. Condutas noticiadas via *internet*. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

037. Processo : 1.00.000.010420/2008-12 Voto: 2253/2012 Origem: PR/SP

Relatora :Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa :Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime de abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65) supostamente cometido por policiais federais no cumprimento de decisões judiciais. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Fatos ocorridos em 2007. Pena máxima cominada em abstrato ao crime de abuso de autoridade, prevista no art. 6º, § 3º, b, da Lei nº 4.898/65, de 6 (seis) meses de detenção. Prazo prescricional de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 109-VI do Código Penal (redação vigente à época dos fatos). Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Ausência de elementos mínimos da atuação irregular dos agentes públicos justificadores do prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

038. Processo : 1.32.000.000305/2012-02 Voto: 2220/2012 Origem: PR/RR  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Penetrar em unidade de conservação cuja visitação pública ou permanência sejam vedadas pelas normas aplicáveis ou ocorram em desacordo com a licença da autoridade competente. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Conduta que caracteriza infração administrativa ao meio ambiente prevista no parágrafo único do art. 92 do Decreto nº 6.514/2008. Ausência de tipicidade penal. Homologação do Arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
039. Processo : 1.33.000.001877/2012-63 Voto: 2214/2012 Origem: PR/SC  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de informação. Sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A, do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Inexistência de constituição definitiva dos créditos tributários. Natureza material do delito. Encaminhamento dos documentos à Receita Federal. Após o trânsito em julgado na esfera administrativa, por imposição legal, a Autoridade Fiscal deverá oferecer a representação fiscal para fins penais ao MPF. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
040. Processo : 1.22.007.000075/2012-50 Voto: 2234/2012 Origem: PRM/VARGINHA/MG  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de Informação. Tráfego de mercadorias com excesso de peso em rodovia federal. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Inexistência de comprovação de dano à pavimentação. Adoção de medidas no âmbito administrativo pela Polícia Rodoviária Federal suficientes a reprimir a reiteração da conduta. Ausência de elementos mínimos de materialidade delitiva justificadores do prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
041. Processo : 1.33.000.003141/2010-68 Voto: 2252/2012 Origem: PR/SC  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Possível descumprimento da Recomendação MPF nº 15/2009. Suposta restrição a novas concessões para a pesca artesanal ou arrasto. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Adoção de medidas necessárias para possibilitar aos interessados a expedição de autorizações para as embarcações de pesca a remo. Ausência de elementos mínimos de materialidade delitiva justificadores do prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
042. Processo : 1.00.000.006226/2011-20 Voto: 2233/2012 Origem: PRM/MARABÁ/PA  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de informação. Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. Possíveis crimes de trabalho escravo (art. 149 do CP) ou de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Encontradas irregularidades trabalhistas e lavrados Autos de Infração. Adoção de medidas necessárias à regularização. Ausência de indícios de que os trabalhadores fossem submetidos a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, nem que laborassem em condições degradantes ou que tivessem sua locomoção restringida em razão de dívida com o empregador. Inexistência de fraude ou violência. Fatos atípicos na esfera penal. Homologação dos arquivamentos.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
043. Processo : 1.35.000.000582/2012-03 Voto: 2236/2012 Origem: PR/SE  
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto esquema de lavagem de dinheiro (Lei nº 9.613/98). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Requisitada realização de

- diligências à Polícia Federal, a fim de subsidiar possível instauração de inquérito policial. Constatada a inexistência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
044. Processo : 1.35.000.000943/2012-11 Voto: 2207/2012 Origem: PR/SE  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento administrativo criminal. Crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Instauração de inquérito policial para apurar os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
045. Processo : 1.04.004.000035/2011-75 Voto: 2273/2012 Origem: PRM – GUARAPUAVA/PR  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de Informação. Possível crime de responsabilidade de ex-prefeito. Malversação de verbas públicas federais repassadas em razão de convênios firmados entre a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e município. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Convênios que foram cancelados antes da liberação dos valores pactuados. Não constatação de irregularidades. Ausência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
046. Processo : 1.29.016.000095/2012-61 Voto: 2249/2012 Origem: PRM – CRUZ ALTA/RS  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento administrativo. Crime de responsabilidade de ex-prefeito. Possível desvio ou aplicação indevida de verbas públicas federais (DL nº 201/67, art. 1º, inciso III). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). 1) Valores creditados utilizados nos anos de 1995 e 1996. Extinção da punibilidade (CP, art. 107, IV). Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, IV, CP). Ausência de indícios de apropriação ou utilização de recursos em proveito próprio ou alheio, capazes de caracterizar os crimes definidos nos incisos I e II do artigo 1º do DL nº 201/67. 2) Não aplicação financeira dos valores repassados. Prejuízo à União. Existência de investigação em procedimento próprio. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. 3) Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
047. Processo : 1.02.002.000053/2011-41 Voto: 2197/2012 Origem: PRR 2ª REGIÃO  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade de prefeito (DL nº 201/67). Malversação de verbas públicas federais repassadas em razão de convênio firmado entre o Ministério da Saúde e município. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Não constatação de irregularidades. Execução do objeto do convênio e alcance do objetivo proposto. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
048. Processo : 1.04.000.002015/2006-10 Voto: 2243/2012 Origem: PRR 4ª REGIÃO  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade de prefeito (DL nº 201/67). Malversação de verbas públicas federais repassadas em razão de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde – FNS e município. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Não constatação de irregularidades. Execução do objeto do convênio e alcance do objetivo proposto. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
049. Processo : 1.14.004.000120/2009-72 Voto: 2231/2012 Origem: PR/BA  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de responsabilidade de ex-prefeito

- (art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67). Apuração de possíveis irregularidades na execução de convênio firmado entre município e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62-IV). Diligências. Objeto do convênio finalizado. Prestação de contas aprovada. Não constatação de irregularidades. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
050. Processo : 1.29.011.000087/2012-64 Voto: 2191/2012 Origem: PRM/URUGUAIANA/RS  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de Informação. Suposto de crime de contrabando (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62 – IV). Transporte intermunicipal de 50 (cinquenta) caixas de cigarros de origem e procedência estrangeira. Ausência de indícios de autoria delitiva. Inexistência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
051. Processo : 1.20.001.000044/2012-23 Voto: 2248/2012 Origem: PRM – CÁCERES/MT  
 052. Processo : 1.29.008.000135/2012-73 Voto: 2208/2012 Origem: PRM – URUGUAIANA/RS  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração da conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
053. Processo : 1.29.015.000115/2012-11 Voto: 2250/2012 Origem: PRM – SANTA ROSA/RS  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, § 3º). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recebimento indevido de 04 (quatro) parcelas de benefício previdenciário após a morte da segurada em 03/09/2005, totalizando o montante de R\$ 1.270,00. Ausência de indícios de autoria. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
054. Processo : 1.29.003.000184/2012-56 Voto: 2224/2012 Origem: PRM – NOVO HAMBURGO/RS  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de informação. Suposta prática do delito de falso testemunho em ação trabalhista (CP, art. 342). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Declarações da testemunha que se referiam à sua própria relação de trabalho. Ausência de potencialidade lesiva nas declarações, que não se referiam à atividade do reclamante. Sentença fundada em outros elementos de prova existentes nos autos. Ausência de indícios mínimos da materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
055. Processo : 1.28.100.000227/2012-32 Voto: 2203/2012 Origem: PRM/MOSSORÓ/RN  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Peças de Informação. Possível infração ambiental (Lei nº 9.605/98). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Morte do investigado. Certidão de óbito juntada aos autos. Extinção da punibilidade (CP, art. 107, I). Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
056. Processo : 1.15.000.001436/2009-84 Voto: 2246/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
 Ementa : Procedimento Administrativo. Supostos crimes de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A) e sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A). Revisão de

arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei n. 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei n. 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação dos Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do § 4º do art. 96 da Lei n. 11.196/09, c/c o §1º-I do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

057. Processo : 1.15.000.000362/2009-69 Voto: 2318/2012 Origem: PR/CE

058. Processo : 1.15.000.000364/2009-58 Voto: 2229/2012 Origem: PR/CE

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de informação. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62-IV). Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei n. 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei n. 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação dos Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96-§4º da Lei nº 11.196/09 c/c o inciso I do parágrafo único do art. 160 da Constituição. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

059. Processo : 1.23.000.000241/2012-21 Voto: 2213/2012 Origem: PRM – SANTARÉM/PA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes ambientais. Pesca e transporte de pescado sem autorização do órgão ambiental competente. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Condutas que não se enquadram nas figuras típicas dos arts. 34 e 35 da Lei 9.605/98. Infrações administrativas. Imposição, pelo órgão ambiental, do pagamento de multas. Atipicidade das condutas. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

060. Processo : 1.34.001.001187/2011-86 Voto: 2251/2012 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Possível dificuldade na obtenção de senha do INFOSEG por parte de funcionários da DELEFAZ. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Fato isolado vivenciado em 2008 por funcionária que atualmente encontra-se aposentada. Inexistência de notícia de dificuldade similar ocorrida com outro servidor. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

061. Processo : 1.26.000.002032/2012-20 Voto: 2242/2012 Origem: PR/PE

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Medidas referentes à alienação antecipada de veículos apreendidos. Inspeção realizada no depósito da Polícia Federal em Pernambuco. Veículos entregues à Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas para fins de alienação, em razão de perdimento em favor da União. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

062. Processo : 1.16.000.002118/2012-07 Voto: 2232/2012 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge  
Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Possível ausência de comunicação, por parte da Polícia Federal, de prisão em flagrante à Justiça Federal. Suposta violação do art, 5º-LXII da Constituição da República. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Diligência. Comprovada a devida comunicação da prisão em flagrante ao Juízo competente. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

**Relator: Dr. José Bonifácio Borges de Andrada**

### **VOTO-VISTA**

063. Processo : 0000862-41.2012.403.6107 (1.00.000.007494/2012-40) Voto: 2/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Voto-vista: Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : VOTO-VISTA. INQUÉRITO POLICIAL. CRIME AMBIENTAL (LEI N. 9.605/98, ART. 34, INCISOS I E II). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). INDÍCIOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE DELITIVAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. O arquivamento mostra-se prematuro, já que, inexistente demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa, impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

2. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Após voto-vista, o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada acompanhou o voto da Relatora. Participou da votação o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

064. Processo : 1.01.004.000078/2012-43 Voto: 1/2012 Origem: PRR1

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Voto-vista: Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Peças de Informação. Crime de prevaricação (CP, art. 319). Juiz trabalhista que teria suspenso rotineiramente execuções judiciais trabalhistas em desacordo com a legislação processual. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Ausência de indícios de materialidade delitiva. Representação administrativa em desfavor do investigado julgada improcedente pelo Tribunal Regional do Trabalho. Ausência de justa causa. Homologação do arquivamento.

Decisão : Após voto-vista, o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada acompanhou o voto do Relator. Participou da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge.

### **ORIGEM JUDICIAL**

#### **NÃO PADRÃO**

065. Processo : 0000326-31.2012.4.04.7100 Voto: 1717/2012 Origem: JF/SP

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.

2. A importação de 2.064 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da

- persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
066. Processo : 000327-16.2012.4.04.7100 Voto: 1730/2012 Origem: JF/SP
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
  2. A importação de 481 (quatrocentos e oitenta e um) maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
  3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
067. Processo : 0000582-28.2012.4.01.3811 (1.22.012.000009/2012-19) Voto: 1657/2012 Origem: JF/MG
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
  2. A importação de 6.340 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
  3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
068. Processo : 0002575-51.2012.4.01.3312 (IPL N. 0208/2010) Voto: 1748/2012 Origem: JF/BA
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
  2. A importação de 40 pacotes (400 maços) de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
  3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
069. Processo : 0004719-69.2010.403.6106 (1.34.015.000382/2010-59) Voto: 1635/2012 Origem: JF/SP
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle



em sua comercialização no território nacional.

2. A importação de 2.064 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

070. Processo : 0000199-02.2012.404.7001 (1.25.005.000776/2012-05) Voto: 1636/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NA LEI Nº 10.522/2002, ARTIGO 20, *CAPUT*. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, INC. IV). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

2. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

3. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

071. Processo : 0000209-46.2012.404.7001 (1.25.005.000746/2012-91) Voto: 1639/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NA LEI Nº 10.522/2002, ARTIGO 20, *CAPUT*. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, INC. IV). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

2. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

3. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

072. Processo : 0000224-15.2012.404.7001 (1.25.005.000773/2012-63) Voto: 1638/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NA LEI Nº 10.522/2002, ARTIGO 20, *CAPUT*. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, INC. IV). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

2. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

3. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

073. Processo : 5012414-22.2012.404.7001 Voto: 1637/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NA LEI Nº 10.522/2002, ARTIGO 20, *CAPUT*. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, INC. IV). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal

fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

2. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

3. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

074. Processo : 639-67.2012.4.01.3804 (PI Nº 1.22.004.000031/2012-50) Voto: 1758/2012 Origem: JF/MG

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSO TESTEMUNHO (CP, ART. 342). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). EVIDENTE AUSÊNCIA DE DOLO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de falso testemunho (CP, art. 342), por duas testemunhas indicada pela autora, nos autos de ação judicial de conhecimento sob o rito comum ordinário em que se pleiteava a declaração de direito à obtenção de benefício previdenciário.

2. As contradições apontadas nos depoimentos das investigadas não evidenciam a existência de dolo direcionado à prática da conduta prevista para o crime de falso testemunho. Corroboram com esta afirmação o fato de as testemunhas serem idosas e analfabetas ou com baixa escolaridade, o que provavelmente justifica a divergência quanto ao período de labor da suposta beneficiária.

3. O simples fato de haver contradição entre os depoimentos prestados em Juízo não configura o crime de falso testemunho, pela ausência de dolo. Precedente do STJ (RHC Nº 16.631 – SP, 16/06/2005).

4. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

075. Processo : 0002627-62.2012.403.6102 (1209/07) Voto: 1640/2012 Origem: JF/SP

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE (LEI N. 7.492/86, ART. 19). MPF: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível crime previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento destinado à aquisição de uma motocicleta.

2. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência sob o argumento de que o crime a ser investigado no presente procedimento seria de estelionato, e não de crime contra o sistema financeiro nacional. Houve discordância do Magistrado.

3. Verifica-se que, no caso, o contrato de mútuo fora celebrado com finalidade certa, consistente na aquisição de uma motocicleta, fato que se amolda no conceito de financiamento, e não no de empréstimo, uma vez que este não exige qualquer destinação específica.

4. Desse modo, a conduta narrada nos autos caracteriza crime contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86, art. 19), e não de estelionato (CP, art. 171), motivo pelo qual compete à Justiça Federal processar e julgar o crime ora em apuração. Precedentes do STJ (CC nº 112.244-SP e CC nº 121.224/SC, 3ª Seção).

5. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

076. Processo : 0091/2009 (2009.82.01.001522-0/1.00.000.001790/2010-75) Voto: 1747/2012 Origem: JF/PB

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. MOEDA FALSA (CP, ART. 289). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. As investigações realizadas pela Polícia Federal, sob a orientação do Procurador da República oficiante, evidenciam a impossibilidade de se identificar a autoria do delito. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal.

2. Insistência no arquivamento.

Decisão :Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

077. Processo : 1.22.009.000081/2012-97 (IPL 742-38.2012.4.01.3816) Voto:1712/2012 Origem: JF/MG

Relator :Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28 C/C LC 75/93, ART. 62, IV). RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

2. O princípio da insignificância não é aplicável nos casos de exploração irregular ou clandestina de radiodifusão.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão :Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

078. Processo : 1.00.000.006587/2012-57 (2007.83.00.011281-7) Voto: 1759/2012 Origem: JF/PE

Relator :Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28 C/C LC 75/93, ART. 62, IV). RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

2. O princípio da insignificância não é aplicável nos casos de exploração irregular ou clandestina de radiodifusão.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão :Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

079. Processo : 0410/2010 (Nº 2006.33.09.002940-9) Voto: 1723/2012 Origem: JF/BA

Relator :Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é de 4 (quatro) anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução criminal.

Decisão :Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

080. Processo : 1.00.000.009283/2012-41 (Nº 0002593-10.2011.403.6139 ou IPL Nº 0545/2010) Voto: 1746/2012 Origem: JF/SP

Relator :Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL REJEITADA PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO

ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. NÃO INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.

2. A Procuradora da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.

3. O Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei nº 9.472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal. Remessa à 2ª CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.

4. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

5. Impossibilidade de aplicação do benefício da transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 61), uma vez que a pena máxima prevista para o crime do art. 183 é de 4 (quatro) anos.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

081. Processo : 1.22.003.000376/2006-75 (2009.38.06.003136-0) Voto: 1711/2012 Origem: JF/MG

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL REJEITADA PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. NÃO INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.

2. A Procuradora da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.

3. O Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei nº 9.472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal. Remessa à 2ª CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.

4. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

5. Impossibilidade de aplicação do benefício da transação penal (Lei n. 9.099/95, art. 61), uma vez que a pena máxima prevista para o crime do art. 183 é de 4 (quatro) anos.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

082. Processo : 1.00.000.005804/2012-91 (IPL 0009432-1.2011.4.05.8100) Voto: 1913/2012 Origem: JF/CE

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL REJEITADA PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. NÃO INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.

2. O Procurador da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.

3. O Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei nº 9.472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal. Remessa à 2ª

CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.

4. Havendo divergência entre o membro do Ministério Público e o Juiz acerca da capitulação do delito, mas oferecida a proposta de transação por parte do *Parquet*, mesmo que a discordância se relacione com a capitulação do crime, o caso é de conhecimento da remessa e respectiva análise do mérito, em obediência ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, por analogia ao art. 28 do CPP c/c o inciso IV do art. 62 da LC n. 75/93.

5. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.

6. Impossibilidade de aplicação do benefício da transação penal.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

083. Processo : 1.15.000.001192/2012-35 (0008906-30.2012.4.05.8100) Voto: 1713/2012 Origem: JF/CE

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de Peças de Informação instauradas para apurar possível crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal, tendo em vista a circulação de mercadorias de origem estrangeira, sem comprovação de sua importação regular.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do presente procedimento, entendendo aplicável ao caso o princípio da insignificância. Discordância do magistrado.

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância.

5. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

084. Processo : 2006.70.16.002971-9 (IPL 1199/05) Voto: 1718/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO (DECRETO-LEI N. 201/67, ART. 1º, INC. I) E CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 90 E 96, INCISOS I E V, DA LEI N. 8.666/93. MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO CRIME DE RESPONSABILIDADE (CPP, ART. 28 DO CPP, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. SÚMULA 438 DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. A pena máxima para o crime de responsabilidade é de 12 (doze) anos, prescrevendo em 16 (dezesseis) anos, nos termos do art. 109, inc. II, do Código Penal. Os fatos ocorreram no período de 25/02/1998 a 1/11/2002. Aplicação do Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."*

2. Súmula 438 do STJ: *"É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal"*.

3. Designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal quanto ao crime de responsabilidade previsto no art. 1º, inc. I, do Decreto-Lei n. 201/67.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

085. Processo : 0537/2009 (0001521-11.2010.4.05.8000) Voto: 1715/2012

Origem: JF/AL

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. REVISÃO DE DECLÍNIO (CPP, ART. 28, C/C ENUNCIADO Nº 33 DA 2ª CCR). ESTELIONATO (CP, ART. 171, § 3º). PEDIDO JUDICIAL DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO.

1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática de fraude em contrato de empréstimo consignado incidente sobre pensão paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social, conduta que se amolda, em tese, ao tipo previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal.

2. O membro ministerial oficiante promoveu o declínio de suas atribuições e requereu judicialmente a remessa do feito ao Ministério Público Estadual *“tendo em vista o caráter residual de fixação da competência da Justiça Comum Estadual e o não enquadramento do caso em tela nas hipóteses de fixação da competência federal previstas na Constituição”*.

3. Divergência do Magistrado Federal, que reconheceu a competência da Justiça Federal.

4. Não se enquadra no art. 109, IV, da Constituição da República, a conduta ilícita descrita nos autos, uma vez que o interesse da União deve ser direto e específico para que ocorra a competência da Justiça Federal.

5. Insistência no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

086. Processo : 0008290-55.2012.4.05.8100 (1.15.000.001044/2012-11) Voto: 1750/2012 Origem: JF/CE

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, §3º). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). AUSÊNCIA DE DOLO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a ocorrência do crime de estelionato previdenciário previsto no §3º do art. 171 do Código Penal, mediante a conduta consistente no recebimento de 01 (uma) parcela de Benefício de Prestação Continuada (BPC) regido pela Lei n. 8.742/93, art. 20 (LOAS), referente ao mês de novembro de 2011, após o óbito do segurado, ocorrido em 11/11/2011.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que não houve dolo na conduta da investigada. Discordância do Magistrado.

3. Apesar de se encontrar evidenciado o saque indevido de benefício previdenciário após o óbito da beneficiária, no caso em tela, os fatos denotam que a investigada agiu desprovida do dolo específico de causar prejuízo à autarquia previdenciária, requisito subjetivo do tipo. Atipicidade da conduta, sobretudo em razão de ter utilizado os saques para a quitação das dívidas deixadas pelo beneficiário.

4. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

087. Processo : 0332/2010 (0008090-10.2010.4.05.8200) Voto: 1749/2012 Origem: JF/PB

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, §3º). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). AUSÊNCIA DE DOLO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a ocorrência do crime de estelionato previdenciário previsto no §3º do art. 171 do Código Penal, mediante a conduta consistente no recebimento de 02 (duas) parcelas de benefício previdenciário de aposentadoria por idade, referente aos meses de fevereiro e março de 2008, após o óbito do segurado, ocorrido em 17/02/2008.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que não houve dolo na conduta da investigada. Discordância do Magistrado.

3. Apesar de se encontrar evidenciado o saque indevido de benefício previdenciário após o óbito da beneficiária, no caso em tela, os fatos denotam que a investigada agiu desprovida do dolo específico de causar prejuízo à autarquia previdenciária, requisito subjetivo do tipo. Atipicidade da conduta, sobretudo em razão de ter utilizado os saques para a quitação das dívidas deixadas pelo beneficiário.

4. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

088. Processo : 0690/2011 (Nº 0009538-56.2012.4.05.8100) Voto: 1716/2012 Origem: JF/CE  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, § 3º, DO CP). FRAUDE NA OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO IDOSO. PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
 1. Inquérito Policial instaurado para apuração da prática do delito previsto no art. 171, § 3º, do Código Penal, diante da constatação de possível fraude na obtenção de benefício de amparo social ao idoso.  
 2. Promoção de arquivamento fundada na insuficiência de elementos de provas e no paradeiro desconhecido do investigado.  
 3. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.  
 4. Segundo o magistrado processante, *“a forma de obtenção do benefício de Amparo Social ao Idoso por parte do acusado revestiu-se de características já observadas em outros benefícios previdenciários anteriormente concedidos de maneira irregular, consoante informa o Relatório Individual, elaborado pelo INSS”*.  
 5. Presentes indícios de autoria e da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia do princípio *in dubio pro societate*. Precedentes.  
 6. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
089. Processo : 276/2009 (Nº 0000427-36.2012.4.05.8201) Voto: 1722/2012 Origem: JF/PB  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, §3º). MPF: ARQUIVAMENTO FUNDADO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C O ART. 62, INC. IV, DA LC Nº 75/93). LESÃO CONSIDERÁVEL AO PATRIMÔNIO DO INSS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
 1. Inquérito Policial relativo à apuração da prática, em tese, do delito previsto pelo art. 171, § 3º, do Código Penal, ante a constatação de fraude no recebimento indevido de aposentadoria após a morte da segurada entre os meses de setembro de 2004 e janeiro de 2005, o que teria gerado um prejuízo ao INSS no aporte atualizado de R\$4.710,90.  
 2. Não se mostra razoável a aplicação do princípio da insignificância em razão da relevância do bem jurídico protegido. Não se trata de patrimônio particular, mas da coletividade. Aqui, a tutela jurídica não é apenas a integridade do erário. Busca-se também a proteção da confiabilidade das relações entre o Estado e a sociedade e sua subsistência.  
 3. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
090. Processo : 0000353-87.2012.4.04.7108 (1.29.003.000158/2012-28) Voto: 1714/2012 Origem: JF/RS  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : AÇÃO PENAL. ESTELIONATO QUALIFICADO. FRAUDE NO RECEBIMENTO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. CP, ART. 171, § 3º. CRIME PERMANENTE. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DO RECEBIMENTO DA ÚLTIMA PARCELA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
 1. Estelionato contra a Previdência Social (CP, art. 171, § 3º), quando praticado pelo próprio beneficiário do resultado do delito, é crime permanente. Precedentes.  
 2. O termo inicial da prescrição deve ser contado a partir da última data em que cessou a permanência, ou seja, quando o investigado recebeu a última parcela do benefício (novembro de 2008).  
 3. Tendo em vista que a pena máxima abstratamente cominada ao crime em questão – estelionato qualificado – é de seis anos e oito meses de reclusão, conforme a regra do artigo 109, III, do Código Penal, o prazo prescricional somente ocorrerá em outubro de 2020.  
 4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

091. Processo : 0007951-96.2012.4.05.8100 (1.15.000.001038/2012-63) Voto: 1729/2012 Origem: JF/CE  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, DO CP) PARA FINS DE OBTENÇÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL (BPC – LOAS, LEI N. 8.742/93, ART. 20). MPF: ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C A LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). PRESENÇA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Inquérito Policial instaurado para apurar o crime de falsidade ideológica previsto no art. 299 do Código Penal, mediante declaração falsa para alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante à concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) regido pela Lei de Organização da Assistência Social – LOAS (Lei n. 8.742/93, art. 20).  
2. Promoção de arquivamento fundada na ausência de indícios de autoria e de materialidade delitivas. Discordância do magistrado.  
3. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual se impõe a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.  
4. Registre-se que as irregularidades constatadas no processo administrativo não foram sanadas, a fim de provar a inexistência da conduta delitiva descrita, mesmo tendo sido dado o direito de recorrer à decisão de suspensão do pagamento do benefício.  
5. Presentes indícios de autoria e da materialidade delitivas, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia do princípio *in dubio pro societate*. Precedentes.  
6. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

092. Processo : 0246/2009(Nº 2009.81.00.003527-0) Voto: 1725/2012 Origem: JF/CE  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (CP, art. 168-A, § 1º, I). ADESÃO AO PARCELAMENTO ESPECIAL DA LEI Nº 11.960/2009. EQUIPARAÇÃO AO PAGAMENTO PARA FINS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.  
1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado com o fim de apurar suposto crime de apropriação indébita previdenciária, figurando como investigado o Prefeito do Município de Caridade/CE.  
2. O Procurador Regional da República oficiante requereu o arquivamento do Inquérito Policial, levando em consideração que os débitos apurados foram incluídos no parcelamento especial da Lei nº 11.960/2009.  
3. O Magistrado processante, por sua vez, indeferiu o pedido, sob o fundamento de que o parcelamento do débito tributário antes do recebimento da denúncia implica tão somente na suspensão da pretensão punitiva estatal.  
4. O fato de o crédito estar devidamente incluído no regime especial de parcelamento deve ser equiparado ao pagamento, para fins de extinção da punibilidade, tendo em vista que o débito existente será inexoravelmente quitado ao longo do tempo. Eventual inadimplência, decorrente da falta de pagamento na data do vencimento, será sanada por meio da retenção direta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme estabelece o art. 96, § 4º, da Lei nº 11.196/2005.  
6. Insistência no pedido de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

093. Processo : 0005115-39.2001.4.05.8100 (IPL Nº 112/2011) Voto: 1726/2012 Origem: JF/CE  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (CP, art. 168-A, § 1º, I). ADESÃO AO PARCELAMENTO ESPECIAL DA LEI Nº 11.960/2009. EQUIPARAÇÃO AO PAGAMENTO



PARA FINS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado com o fim de apurar suposto crime de apropriação indébita previdenciária, figurando como investigado o Prefeito do Município de Aquiraz/CE.

2. O Procurador Regional da República oficiante requereu o arquivamento do Inquérito Policial, levando em consideração que os débitos apurados foram incluídos no parcelamento especial da Lei nº 11.960/2009.

3. O Magistrado processante, por sua vez, indeferiu o pedido, sob o fundamento de que o parcelamento do débito tributário antes do recebimento da denúncia implica tão somente na suspensão da pretensão punitiva estatal.

4. O fato de o crédito estar devidamente incluído no regime especial de parcelamento deve ser equiparado ao pagamento, para fins de extinção da punibilidade, tendo em vista que o débito existente será inexoravelmente quitado ao longo do tempo. Eventual inadimplência, decorrente da falta de pagamento na data do vencimento, será sanada por meio da retenção direta do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), conforme estabelece o art. 96, § 4º, da Lei nº 11.196/2005.

6. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

## ORIGEM INTERNA

### NÃO PADRÃO

094. Processo : 1.22.000.001387/2012-41 Voto: 1672/2012 Origem: PR/MG

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CP, ART. 168). REVISÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES (ENUNCIADO Nº 32 - 2ª CCR). TRIBUTO FEDERAL, DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA A PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. A contribuição sindical tem natureza tributária e se insere no rol de tributos de competência da União. Precedentes do STF ((ADI 4033, Tribunal Pleno, DJe-024 de 07-02-2011); (RE 129930, DJ 16-08-1991)).

2. O art. 589, II, "e", da CLT, estabelece que do produto da arrecadação sindical dos trabalhadores 10% (dez por cento) será destinado a "Conta Especial Emprego e Salário", conta essa vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego e cujos recursos são, por sua vez, repassados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico, nos exatos termos do artigo 10 da Lei nº 7.998/90.

3. Assim, parcela dos valores que, em tese, foram indebitamente apropriados eram destinados à União. Inquestionável, portanto, que a referida conduta lesionou os bens jurídicos albergados pelo art. 109, inc. IV, da Constituição da República, firmando a competência da Justiça Federal para processar e julgar a eventual ação penal e, via de consequência, a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução criminal.

4. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

## HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

095. Processo : 1.28.200.000133/2012-35 Voto: 1676/2012 Origem: PRM – CAICÓ/RN

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Procedimento administrativo. Crime ambiental (Lei n. 9.605/98, art. 29, § 1º, inc. III). Manutenção e transporte indevido de animais da fauna silvestre brasileira (dois punarés, oito preás, um mocó e oito galinhas d'água) sem a devida autorização do órgão competente. Revisão de declínio (Enunciado 32 - 2ª CCR). Animais não ameaçados de extinção (Instrução Normativa n. 03, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente). Competência da Justiça Estadual ((CC 37.137/MG, TERCEIRA SEÇÃO, DJ 14/04/2003); (CC Nº 116.639, 30/06/2011)). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

096. Processo : 1.26.000.000390/2012-06 Voto: 1681/2012 Origem: PRR5  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Crime ambiental (Lei n. 9.605/98, art. 54). Degradação ao meio ambiente mediante o depósito irregular de resíduos sólidos (lixão). Revisão de declínio (Enunciado 32 da 2ª CCR). Inexistência de lesão direta a bens, interesses ou serviços da União ou de suas entidades autárquicas. Competência da Justiça Estadual ((CC 88013/SC, DJe 10/03/2008); (RHC 26.483/AM, DJe 29/08/2011)). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
097. Processo : 1.34.004.001441/2011-16 Voto: 1623/2012 Origem: PRM - CAMPINAS/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Crime ambiental (Lei n. 9.605/98, art. 55). Utilização de equipamentos elétricos sem a supervisão e manutenção do óleo mineral isolante "ascarel" (*Transformadores e capacitores antigos usam o óleo ascarel, uma bifenila policlorada (PCB), com alto conteúdo de Cloro em sua fórmula química - 54,4 %* ) nem a medição da contaminação do por meio de análise do teor de PCB nele presente, tudo em desacordo com a NBR13882. Revisão de declínio (Enunciado n. 33 – 2ª CCR). Inexistência de lesão direta a bens, interesses ou serviços da União ou de suas entidades autárquicas. Competência da Justiça Estadual ((CC 88013/SC, DJe 10/03/2008; (RHC 26.483/AM, DJe 29/08/2011)). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
098. Processo : 1.34.004.001094/2012-11 Voto: 1624/2012 Origem: PRM - CAMPINAS/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Irregularidade cometida por autoridades do Exército Brasileiro, consistente na violação de direitos humanos de militares, os quais se encontram em situação de cárcere nas unidades da Escola de Cadetes do Exército de Campinas. Revisão de declínio (Enunciado n. 32 – 2ª CCR). A análise de referidos fatos está submetida à alçada da Justiça Militar da União (CPM, art. 9º, inc. II, c/c o art. 124 da CF/88). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Militar.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
099. Processo : 1.10.000.000565/2012-37 Voto: 1702/2012 Origem: PR/AC  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Expediente instaurado para apurar a prática de crime contra a propriedade intelectual em subprojeto de pesquisa para concessão de bolsa do Programa de Iniciação Científica na Universidade Federal do Acre. Plágio de trabalho de pesquisa. CP, art. 184. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Lesão apenas aos interesses particulares do titular do direito. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
100. Processo : 1.34.001.003669/2012-51 Voto: 1620/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Expediente instaurado a partir de notícias-crime endereçadas ao Digi-Denúncia da Procuradoria da República em São Paulo, relatando que um *blog*, hospedado em um determinado endereço eletrônico, estaria violando a garantia constitucional de liberdade de expressão ao excluir comentários postados por internautas. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Inexistência de elementos que denotem

- ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Ausência de atribuição do MPF para prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
101. Processo : 1.13.001.000085/2012-54 Voto: 1698/2012 Origem: PRM – TABATINGA/AM
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : Peças de Informação. Crimes de desacato, lesão corporal e ameaça, em tese, praticados por civil e militares em uma barreira montada pelo Exército Brasileiro. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). 1. Desacato: delito praticado por civil contra militar em serviço. Competência da Justiça castrense. 2. Lesão corporal e ameaça: infrações supostamente praticadas como consequência da abordagem e que guardam relação direta com o delito antecedente (desacato). Fatos atribuídos a militares em serviço ou em razão de sua função. Crimes militares. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Militar.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
102. Processo : 1.19.000.000991/2012-45 Voto: 1707/2012 Origem: PR/MA
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : Peças de informação. Crimes contra a ordem econômica (Lei n. 8.176/91, art. 1º, inc. I), contra a economia popular (Lei n. 1.521/51, art. 2º, inc. XI) e de estelionato (CP, art. 171). Expediente proveniente da Agência Nacional de Petróleo (ANP) noticiando a ausência de apresentação de documentos fiscais e registros de saída de mercadoria, evidenciando que a empresa autuada não vem observando as normas relativas ao comércio de GLP. Revisão de declínio (Enunciado 32 da 2ª CCR). Inexistência de lesão direta a bens, interesses ou serviços da União ou de suas entidades autárquicas. Competência da Justiça Estadual ((CC Nº 82.309 – SP, de 16/08/2012); (CC 115.445/SP, DJe 09/11/2011)). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
103. Processo : 1.29.002.000282/2012-01 Voto: 1632/2012 Origem: PRM – CAXIAS DO SUL/RS
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : Procedimento Administrativo. Expediente instaurado para apurar crime de estelionato (CP, art. 171). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Prática de golpe mediante a exigência, via telefone, de depósitos bancários em contas diversas da Caixa Econômica Federal, para fins de recebimento de prêmio a que supostamente faria jus a denunciante, em decorrência de sorteio realizado por emissora de TV. Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
104. Processo : 1.34.004.001059/2012-93 Voto: 1621/2012 Origem: PRM – CAMPINAS/SP
- Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa : Peças de Informação. Denúncia encaminhada pela Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, relatando a ocorrência de exploração sexual e agressões físicas e psicológicas perpetradas contra uma menor, no município de Campinas/SP. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Fato narrado que não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no art. 109 da Carta Magna. Inexistência de lesão direta e específica a bens, serviços ou interesses da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

105. Processo : 1.34.017.000087/2012-44 Voto: 1629/2012 Origem: PRM – ARARAQUARA/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Crime de falsa identidade (CP, art. 307). Utilização irregular de conta do *MSN (Messenger – internet)* por pessoa diversa daquela que é titular da assinatura. Revisão de declínio (Enunciado 32 - 2ª CCR). Inexistência de lesão direta a bens, interesses ou serviços da União ou de suas entidades autárquicas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
106. Processo : 0991/2009 Voto: 1724/2012 Origem: PR/PA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Inquérito Policial. Crimes de falsificação de documento público, uso de documento falso e comercialização de madeira sem a licença outorgada pela autoridade competente (CP, arts. 297 e 304; Lei nº 9.605/98, art. 46, parágrafo único). Revisão de declínio (Enunciado nº 33 - 2ª CCR). Emissão fraudulenta de guia florestal por meio do Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA, mantido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará. Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Lesão aos interesses do órgão estadual. Ausência de atribuição do MPF para o prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
107. Processo : 1.34.001.006523/2011-87 Voto: 1622/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Expediente instaurado com vistas à apuração da prática do delito de apologia de crime ou criminoso por meio do texto publicado em página eletrônica. CP, art. 287. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
108. Processo : 1.34.012.000530/2012-27 Voto: 1631/2012 Origem: PRM - SANTOS/PR  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Irregularidade consistente na comercialização de medicamento sem registro na ANVISA (CP, art. 273, §1º, incisos I e VI). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Não há atribuição do *Parquet* federal para investigar a fabricação, o depósito e a distribuição de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando inexistente indícios da procedência internacional do medicamento ((CC 95.721/SP, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 30/09/2010); (CC Nº 121.582 – PR; 01/08/2012)). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
109. Processo : 1.19.001.000181/2007-11 Voto: 1703/2012 Origem: PRM - IMPERATRIZ/MA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Inquérito Civil Público. Crime de peculato (CP, art. 312) supostamente praticado por Prefeito Municipal. Apropriação de valores descontados dos salários dos servidores a título de empréstimo consignado por conta de convênio realizado entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 - 2ª CCR). Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Lesão apenas aos interesses do ente municipal e dos seus servidores. Ausência de atribuição do MPF para o prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

110. Processo : 1.11.000.001087/2012-45 Voto: 1701/2012 Origem: PR/AL  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Expediente autuado a partir de representação, na qual se noticia a prática de poluição sonora e de venda de bebidas alcoólicas a menores por parte de uma proprietária de bar, localizado no município de Maceió/AL. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Fato narrado que não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no art. 109, da Constituição Federal. Inexistência de lesão direta e específica a bens, serviços ou interesses da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual. Homologação do declínio.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
111. Processo : 00133/2012 Voto: 1665/2012 Origem: PRM - ILHÉUS/BA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Inquérito Policial. Crime de tentativa de homicídio (CP, art. 121, c/c o art. 14, inc. II) praticado por indígenas contra particulares. Revisão de declínio (Enunciado n. 33 – 2ª CCR/MPF). A Constituição Federal dispõe que compete à Justiça Federal processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (CF, art. 109, inc. XI), nestes se incluindo a organização social dos índios, seus costumes, direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, suas línguas, crenças e tradições, com fundamento no art. 231 da CF/88 (CC 105045/AM, 1ª SEÇÃO, DJe 01/07/2009). No caso dos autos, inexistente disputa sobre referidos direitos ou sobre terras indígenas, situação que afasta a competência da Justiça Federal. Incidência do Enunciado 140 da Súmula do STJ (*competete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o crime em que o indígena figure como autor ou vítima*). Neste sentido é a orientação do STF, para quem “*o deslocamento da competência para a Justiça Federal*”, nestes casos, “*somente ocorre quando o processo versar sobre questões diretamente ligadas à cultura indígena e ao direito sobre suas terras*” (RHC 85737, Segunda Turma, julgado em 12/12/2006, DJe-152 DIVULG 29-11-2007 PUBLIC 30-11-2007 DJ 30-11-2007 PP-00129 EMENT VOL-02301-02 PP-00333; RE 419528, Tribunal Pleno, julgado em 03/08/2006, DJ 09-03-2007 PP-00026 EMENT VOL-02267-03 PP-00478). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. O Dr. Oswaldo José Barbosa Silva aguarda para proferir o voto.
112. Processo : 0257/2011 Voto: 1751/2012 Origem: PRM - ILHÉUS/BA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Inquérito Policial. Crime de ameaça (CP, art. 147) praticado por indígena contra particular. Revisão de declínio (Enunciado n. 33 – 2ª CCR/MPF). A conduta consistiu em ameaça realizada por uma cacique indígena a caseiro de sítio rural para fins de realização de ligação clandestina na fiação elétrica da referida propriedade e consequente utilização indevida da energia elétrica, incidindo, também, na conduta prevista no art. 155, §3º, do Código Penal. A Constituição Federal dispõe que compete à Justiça Federal processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (CF, art. 109, inc. XI), nestes se incluindo a organização social dos índios, seus costumes, direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, suas línguas, crenças e tradições, com fundamento no art. 231 da CF/88 (CC 105045/AM, 1ª SEÇÃO, DJe 01/07/2009). No caso dos autos, inexistente disputa sobre referidos direitos ou sobre terras indígenas, situação que afasta a competência da Justiça Federal. Incidência do Enunciado 140 da Súmula do STJ (*competete à Justiça Comum Estadual processar e julgar o crime em que o indígena figure como autor ou vítima*). Neste sentido é a orientação do STF, para quem “*o deslocamento da competência para a Justiça Federal*”, nestes casos, “*somente ocorre quando o processo versar sobre questões diretamente ligadas à cultura indígena e ao direito sobre suas terras*” (RHC 85737, Segunda Turma, julgado em 12/12/2006, DJe-152 DIVULG 29-11-2007 PUBLIC 30-11-2007 DJ 30-11-2007 PP-00129 EMENT VOL-02301-02 PP-00333; RE 419528, Tribunal Pleno, julgado em 03/08/2006, DJ 09-03-2007 PP-00026 EMENT VOL-02267-03 PP-00478). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. O Dr.

Oswaldo José Barbosa Silva aguarda para proferir o voto.

113. Processo : 1.34.001.005822/2011-02 Voto: 1753/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Representação que noticia a prática, no *Facebook*, de ato incitador de violência contra pessoa. Possível delito de incitação ao crime (CP, art. 286). Revisão de declínio (Enunciado 32 - 2ª CCR). Ausência de indícios de lesão a bem ou interesse da União ou de qualquer de suas entidades autárquicas e fundacionais. Inexistência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

114. Processo : 1.23.001.000301/2010-53 Voto: 1685/2012 Origem: PRM - MARABÁ/PA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Crime de abuso de autoridade (Lei n. 4.898/65, art. 3º, alínea 'i') praticado por agentes de Polícia Federal, quando de abordagem policial de rotina. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Inexistência de indícios de que a abordagem se deu além dos limites procedimentais de segurança. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
115. Processo : 1.33.000.002044/2012-10 Voto: 1655/2012 Origem: PR/SC  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Ambiental. Irregularidades consistentes em navegação e arribada (quando um navio, ou neste caso, qualquer embarcação, entra por necessidade em algum porto ou lugar distintos dos determinados na viagem a que se propusera. A arribada pode ser decorrente de mau tempo, avarias na embarcação, falta de víveres ou aguada, ou outros motivos de força maior) no interior da Reserva Biológica da marinha do Arvoredo, em situações diversas daquelas autorizadas no Plano de Manejo da Unidade de Conservação (Lei n. 9.605/98, art. 70). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Atipicidade criminal das condutas. Meras irregularidades administrativas. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
116. Processo : 1.34.010.000568/2003-29 Voto: 1625/2012 Origem: PRM – RIBEIRÃO PRETO/SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Ambiental. Irregularidades consistentes na extração mineral (portos de areia) em áreas de preservação permanente de cursos d'água federais para depósito do minério (areia ou argila) extraído (Lei n. 9.605/98, art. 55). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Comunicações esparsas e mal concatenadas sobre tais irregularidades. Existência de ação judicial com pedido de imposição de obrigação de fazer ao IBAMA para a elaboração de metas e relatórios sobre a situação, cujos resultados poderão subsidiar a atuação do Ministério Público Federal. Homologação do arquivamento, sem prejuízo de ulterior abertura de procedimento investigatório.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
117. Processo : 1.29.014.000066/2011-38 Voto: 1679/2012 Origem: PR/RS  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Crimes de estelionato (CP, art. 171) e de formação de quadrilha (CP, art. 288) atribuídos a proprietário agência de loteria federal que teria, juntamente com supostos ganhadores, agido de forma irregular no recebimento de bilhete premiado. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Fatos apurados no âmbito estadual nas esferas cível e criminal, onde não se constataram indícios de irregularidade praticada pelos ganhadores do prêmio. Inexistência de indícios de materialidade delitiva nem de participação do proprietário da agência lotérica em eventual fraude. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

118. Processo : 1.22.000.002028/2012-19 Voto: 1683/2012 Origem: JF/MG  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Irregularidade consistente na nomeação de candidato aprovado em concurso público para o cargo de professor universitário após o seu prazo de validade, mas na condição de professor temporário. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Irregularidade meramente administrativa. Ausência de indícios de materialidade delitiva criminal. Remessa de cópia dos autos ao Núcleo Cível da Procuradoria. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
119. Processo : 1.14.001.000098/2012-96 Voto: 1706/2012 Origem: PRM - ILHÉUS/BA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Crime de racismo (Lei n. 7.716/89, art. 20). Frase veiculada na *internet* em *site* de relacionamento (*facebook*) com os seguintes dizeres: “*Amiga, para de postar foto desses meninos... São feios! Não tem paisagem não?? Tá aí um lugar pra não ir Bahia!! kkkkkk.. negada parece mendigos!*”. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). Para a adequada aplicação do tipo penal em questão tem-se como imprescindível a presença do dolo específico na conduta do agente, que consiste na vontade livre e consciente de praticar, induzir ou incitar o preconceito ou a discriminação racial ((STF, AI 853522, DJe-099 de 22/05/2012)), situação não ocorrida nos autos. Existência de mera manifestação jocosa em relação a uma foto postada na *internet*. Ausência de dolo específico. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
120. Processo : 1.14.004.000060/2012-93 Voto: 1708/2012 Origem: PR/BA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento administrativo. Radiodifusão. Funcionamento sem autorização (Lei n. 9.472/97, art. 183). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Existência de autorização regularmente concedida. Ausência de justa causa para o prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
121. Processo : 1.28.200.000018/2012-61 Voto: 1674/2012 Origem: PRM-CAICÓ/RN  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Crime de roubo (CP, art. 157, §2º) contra agência dos Correios (ECT). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Existência de inquérito policial (IPL n. 731/2011) instaurado para apurar os mesmos fatos. *Bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
122. Processo : 1.15.000.001232/2012-49 Voto: 1704/2012 Origem: PR/CE  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de Informação. Expediente instaurado mediante representação feita sigilosamente por meio da *internet*, noticiando que um estrangeiro de nacionalidade sul-africana teria vindo ao Brasil diversas vezes no intuito de procurar crianças para a prática de pedofilia. Lei nº 8.069, art. 241-D. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Representação desacompanha de indícios ou documentos que apontem minimamente a existência de supostos atos ilícitos ou de que o referido estrangeiro tivesse ao menos tentado perpetrar o crime de pedofilia em qualquer de suas formas, não havendo sequer a indicação de vítima, local ou ocasião em que teria ocorrido a prática delitiva noticiada. Informação encaminhada pela Interpol/SR/DPF/CE no sentido de não constar nenhum apontamento no seu banco de dados quanto ao eventual cometimento de crime de pedofilia ou qualquer outro por parte do investigado. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

123. Processo : 1.19.000.001145/2012-42 Voto: 1697/2012 Origem: PR/MA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peças de informação. Crime de estelionato previdenciário (CP, art. 171, § 3º). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). Irregularidades na documentação que embasou a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Indícios de fraude na obtenção do benefício. Existência de Ação Penal (nº 25246-39.2010.4.01.3700), em trâmite perante o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão, na qual se apura o mesmo fato. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
124. Processo : 1.26.000.000611/2011-57 Voto: 1634/2012 Origem: PR/SE  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal (PIC). Expediente instaurado a partir de representação encaminhada pela Procuradoria da República em Pernambuco, noticiando a possível prática de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, apurado pelo Departamento de Gestão de Fundos de Investimentos, órgão vinculado ao Ministério da Integração Social. Aplicação de financiamento concedido por instituição financeira oficial em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato. Lei nº 7.492/86, art. 20. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). Ocorrência de coisa julgada. Fato em comento objeto de Ação Penal já apreciada e julgada pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de Sergipe (Processo nº 0004395-94.2005.4.05.8500). Inexistência de justa causa para a instauração de inquérito policial. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
125. Processo : 1.02.002.000072/2011-78 Voto: 1731/2012 Origem: PRR2  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Prática de crime de responsabilidade de prefeito (Decreto-lei 201/67, art. 1º). Suposta malversação de recursos públicos federais repassados pelo Ministério das Cidades/CEF ao município de Natividade/RJ. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Execução do objeto. Irregularidades não detectadas. Prestação de contas final aprovada e registrada no SIAFI, nos termos de informação prestada pela CEF e pela Consultoria Jurídica do Ministério das Cidades. Ausência de indícios de materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
126. Processo : 1.36.000.001061/2008-41 Voto: 1617/2012 Origem: PR/TO  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Inquérito Civil Público (ICP). Procedimento Administrativo instaurado com o escopo de apurar notícia de fraude supostamente ocorrida no âmbito de processos licitatórios deflagrados para a execução de contrato de repasse firmado entre a Prefeitura de Palmas/TO e o Ministério das Cidades para a construção de unidades habitacionais e de um centro comunitário. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Execução do objeto. Adequação das obras, não havendo indícios direcionamento, superfaturamento ou desvio de recursos. Verificação *in loco* por peritos. Regularidade atestada por laudo pericial. Irregularidades não detectadas. Observância das exigências estabelecidas na Lei nº 8.666/93. Inexistência de indícios de autoria e materialidade delitivas. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
127. Processo : 1.29.016.000096/2012-13 Voto: 1727/2012 Origem: PRM – CRUZ ALTA  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Peça informativa. Crimes de responsabilidade (Decreto-Lei n. 201/67, art. 1º). As condutas consistiram em (i) deixar de aplicar, em diversos períodos, as verbas públicas depositadas em conta específica para a utilização na compra de alimentos para merenda escolar; e (ii) aplicar indevidamente verbas públicas. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). 1. Atipicidade criminal da conduta consistente em deixar de aplicar financeiramente os recursos públicos. 2. Existência de procedimento administrativa (MPF n. 1.29.016.000161/2011-33) em



- que se apura a aplicação indevida de verbas públicas. *Bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
128. Processo : 1.33.004.000080/2012-17 Voto: 1618/2012 Origem: PR/SC  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto na Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
129. Processo : 1.20.001.000220/2011-46 Voto: 1671/2012 Origem: PRM - CÁCERES/MT  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de Informação. Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto na Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
130. Processo : 1.30.001.001798/2012-54 Voto: 1619/2012 Origem: PR/RJ  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de Informação. Crime de desobediência (CP, art. 330). Possível descumprimento de ordem judicial pelos representantes da Igreja Internacional da Graça de Deus quanto à determinação de bloqueio de créditos em favor de emissora de TV, ré nos autos de ação trabalhista. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Processo trabalhista suspenso pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos da Reclamação nº 8.254/RJ, com base em precedentes daquela Corte, no sentido de que apenas à Justiça Comum compete decidir acerca de eventuais constringências que venham a recair sobre a TV Ômega Ltda, na condição de sucessora da TV Manchete e Bloch Editores S/A. Insustentabilidade jurídica da decisão supostamente descumprida, considerada a incompetência da Justiça especializada para apreciar e julgar o feito originário. Conduta omissiva não caracterizada. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
131. Processo : 1.20.000.000940/2012-01 Voto: 1673/2012 Origem: PR/MT  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de informação. Irregularidade consistente no descumprimento de possível acordo firmado entre os pais de duas crianças. O pai teria autorizado a mãe a viajar com os filhos menores para Chile, por tempo indeterminado, mas a genitora acabou por viajar para a Espanha. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). A conduta envolve disputa cível pela guarda das crianças que se encontram legalmente no exterior. Inexistência de materialidade delitiva. Ausência de justa causa para prosseguir na persecução penal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
132. Processo : 1.15.000.001525/2012-26 Voto: 1705/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de informação. Crime de estelionato praticado em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS (CP, art. 171, §3º). A conduta teria consistido no recebimento indevido de 01 (uma) parcela do benefício previdenciário após o falecimento do beneficiário, ocorrido em 21/05/2004, o que teria gerado um prejuízo aos cofres do INSS no aporte de R\$260,00 à época dos fatos (valor corrigido: R\$358,39). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). É notório que o falecimento de qualquer pessoa exige a realização de despesas com o funeral, bem como a quitação de dívidas,

- por mínimas que sejam, deixadas pelo *de cujos*, especialmente quando humilde a sua origem, situações que, no caso dos autos, evidenciam a inexistência de dolo. Ausência de justa causa para prosseguir na persecução penal. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
133. Processo : 1.15.000.000049/2009-21 Voto: 1699/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Procedimento administrativo. Crime de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A, § 1º, I). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei nº 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei nº 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal do Brasil de recurso do Fundo de Participação dos Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96, §4, da Lei nº 11.196/09 c/c o inc. I do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
134. Processo : 1.15.000.000341/2009-43 Voto: 1700/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Procedimento administrativo. Crime de sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A, I). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei nº 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei nº 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal do Brasil de recurso do Fundo de Participação dos Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96, §4º, da Lei nº 11.196/09 c/c o inc. I do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
135. Processo : 1.17.003.000100/2012-03 Voto: 1732/2012 Origem: PRM – LINHARES/ES  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de Informação. Crimes ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 55) e de usuração (Lei nº 8.176/91, art. 2º). Suposta atividade ilegal de lavra de granito no município de Rio Bananal/ES. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Prática ocorrida antes da expedição da Guia de Utilização, em 14/08/2000. Pena máxima cominada de 1 (um) ano para o crime ambiental e de 5 (cinco) anos para o crime contra o patrimônio da União, na modalidade usuração. Prescrição da pretensão punitiva estatal (CP, art. 109, inc. III e V), já que decorridos mais de 12 (doze) anos do fato . Extinção da punibilidade (CP, art. 107, inc. IV). Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
136. Processo : 1.20.000.000585/2007-02 Voto: 1633/2012 Origem: PR/MT  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
 Ementa : Peças de Informação. Crime de desobediência (CP, art. 330). Não cumprimento de determinação judicial endereçada à Gerente Executiva do INSS no Estado de Mato Grosso. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Conduta verificada em fevereiro de 2007. Pena máxima cominada de 6 (seis) meses de detenção. Prescrição da pretensão punitiva estatal (CP, art. 109, inc. VI), já que decorridos mais de 2 (dois) anos do fato. Extinção da punibilidade (CP, art. 107, inc. IV). Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
137. Processo : 1.00.000.006241/2011-78 Voto: 1721/2012 Origem: PRM - MARABÁ/PA  
 Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

- Ementa** : Procedimento Administrativo. Expediente instaurado a partir relatório de fiscalização elaborado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de ação conjunta deflagrada com a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público do Trabalho, nos dias 22 e 23/09/2010, em propriedade situada no município de Santa Maria das Barreiras/PA. Suposta prática de crimes de redução à condição análoga à de escravo (CP, art. 149) e contra a Organização do Trabalho (CP, art. 203). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Constatação de que não havia atividade econômica na propriedade inspecionada e que o trabalho desenvolvido era apenas de natureza doméstica, com vistas à ocupação e manutenção do terreno. Existência de um caseiro na chácara, que permanecia no local, com sua família, por sua mera conveniência. Termo de Ajuste de Conduta firmado pelo proprietário do imóvel, comprometendo-se a ajustar as condições de trabalho e a situação do caseiro. Indícios de materialidade delitiva não evidenciados. Ausência de justa causa para a persecução penal. Homologação do arquivamento.
- Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
138. Processo : 1.00.000.012889/2011-83 Voto: 1720/2012 Origem: PRM - MARABÁ/PA
- Relator** : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa** : Procedimento Administrativo. Expediente instaurado a partir de relatório de fiscalização elaborado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de ação conjunta deflagrada com a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público do Trabalho, em 11 de junho de 2011, na Fazenda Atlantas, localizada no município de Itupiranga/PA. Apuração da veracidade de “denúncia” endereçada ao MPT, noticiando a possível existência de trabalhadores mantidos em condições degradantes. Crimes de redução à condição análoga à de escravo (CP, art. 149) e contra a Organização do Trabalho (CP, art. 203). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Constatação de que na propriedade havia apenas um trabalhador, que se identificou como vaqueiro da fazenda. Condições de trabalho satisfatórias. Indícios de materialidade delitiva não evidenciados. Ausência de justa causa para a persecução penal. Homologação do arquivamento.
- Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
139. Processo : 1.00.000.012970/2011-63 Voto: 1719/2012 Origem: PRM - MARABÁ/PA
- Relator** : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa** : Procedimento Administrativo. Expediente instaurado a partir de relatório de fiscalização elaborado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de ação conjunta deflagrada com a Polícia Rodoviária Federal e o Ministério Público do Trabalho, no período de 31/05/2011 a 10/06/2011, na Fazenda Rio Branco, localizada no município de Tucumã/PA. Crimes de redução à condição análoga à de escravo (CP, art. 149) e contra a Organização do Trabalho (CP, art. 203). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências. Constatação de que na propriedade havia condições de trabalho satisfatórias. Apuração de irregularidades de natureza laboral. Ausência de artifícios fraudulentos tendentes a frustrar direitos assegurados pela legislação trabalhista. Indícios de materialidade delitiva não evidenciados. Falta de justa causa para a persecução penal. Homologação do arquivamento.
- Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
140. Processo : 1.33.004.000064/2012-16 Voto: 1757/2012 Origem: PR/SC
- Relator** : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada
- Ementa** : Procedimento Administrativo. Crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto na Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.
- Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
141. Processo : 1.34.001.001919/2011-38 Voto: 1752/2012 Origem: PR/SP
- Relator** : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Crime de desobediência (CP, art. 330) decorrente de descumprimento de ordem judicial por advogada de empresa que presta serviços de *internet*. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, inc. IV). Constatado que a advogada não agiu movida pela vontade livre e consciente de desobedecer à ordem emanada pelo Juiz Federal, tendo sua demora em atender à determinação judicial ocorrida em razão da recusa da matriz americana em enviar os vídeos requisitados, o que somente veio a ocorrer após termo final para a apresentação. Ausência de dolo. Atipicidade do fato. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

142. Processo : 1.35.000.001008/2012-64 Voto: 1754/2012 Origem: PR/SE

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Peças de informação. Crime de patrocínio infiel (CP, art. 355). Advogada que apresentou exceção de incompetência em autos judiciais, o que, segundo o Juiz do Trabalho, se fosse acolhida, "*haveria maiores custos para a reclamada que é uma sociedade de economia mista*" federal. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62, inc. IV). Inexistência de indícios de materialidade delitiva. A causídica apenas utilizou do instrumento previsto na legislação processual de regência (CPC, arts. 304 e 307, c/c a CLT, arts. 650, 61 e 799), não havendo elementos que apontem para a traição do dever profissional. Ausência de justa causa. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

143. Processo : 1.34.001.000162/2010-84 Voto: 1688/2012 Origem: PR/SP

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Peças de informação instauradas para verificar suposta irregularidade na atuação da Polícia Federal quando da condução de quatro inquérito policiais, em razão da demora e omissão na realização de diligências. Controle externo. Revisão de arquivamento (LC n. 75, art. 62, inc. IV). Diligências. Expedição de ofício à Corregedoria Regional da Polícia Federal em São Paulo, que apresentou informações a respeito das medidas adotadas para promover a celeridade na tramitação dos inquéritos, entre elas a implantação do Plano de Saneamento de Inquéritos Instaurados até 31/12/2007, de rotina de correção, de correção nas delegacias descentralizadas, de cobrança sistemática de atendimento das metas de produtividades na condução de inquéritos, entre outras medidas. Constatado que a Superintendência da Polícia Federal em São Paulo vem adotando diligências eficazes para conferir celeridade ao andamento dos inquéritos policiais. Esgotamento do objeto. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

144. Processo : 1.36.000.000709/2011-68 Voto: 1630/2012 Origem: PR/TO

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Procedimento Administrativo instaurado para formalizar os atos relacionados à inspeção na Delegacia de Polícia Federal em Araguaína/TO, realizada pelo GCEAP/TO. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Deliberação no sentido de que sejam instaurados procedimentos administrativos específicos para apuração de cada constatação que o GCEAP/TO achou por bem fossem melhor analisadas. Perda do objeto do presente procedimento. Homologação do Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

145. Processo : 1.33.016.000003/2012-10 Voto: 1627/2012 Origem: PRM/RIO DO SUL-SC

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada

Ementa : Procedimento Administrativo. Trata-se de Relatório do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial da Procuradoria da República no município de Rio Sul/SC decorrente da inspeção realizada na Delegacia de Polícia Rodoviária Federal em Joaçaba/SC, para ciência. Relatório de inspeção em ordem. Esgotamento do objeto do Procedimento. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

146. Processo : 1.34.004.000550/2011-16 Voto: 1626/2012 Origem: PRM/CAMPINAS-SP  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento Administrativo instaurado para verificar a regularidade das placas apostas em viaturas descaracterizadas das unidades da Polícia Federal em Piracicaba/SP e Cruzeiro/SP. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Constatação de que as placas dos veículos policiais encontram-se todas regulares. Inexistência de qualquer impropriedade. Homologação do Arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
147. Processo : 1.36.000.000638/2012-84 Voto: 1628/2012 Origem: PR/TO  
Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Controle externo. Irregularidade consistente na remessa, por agentes da Polícia Rodoviária Federal, de autos de prisão em flagrante à Polícia Civil do Estado para a abertura de inquérito policial, quando, em tese, a atribuição para tanto seria da Polícia Federal. Revisão de arquivamento (LC n. 75, art. 62, inc. IV). Não constitui vício processual ou procedimental a lavratura de auto de prisão em flagrante de crime de competência da Justiça Federal pela Polícia Civil. Precedentes ((TRF 3ª Região, HC 0000578-55.2011.4.03.0000, e-DJF3 30/03/2011); (TRF 1ª Região, ACR 2006.38.12.008584-5/MG, DJ 09/05/2007). Ausência de indícios de irregularidade. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

**Relator: Dr. Oswaldo José Barbosa Silva**

## **ORIGEM JUDICIAL**

### **NÃO PADRÃO**

148. Processo : 0426/2011 (0023589-82.2012.4.01.3800) Voto: 1766/2012 Origem: JF-MG  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, §3º, CP). ART. 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC Nº 75/93. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. ARQUIVAMENTO INADEQUADO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Inquérito Policial instaurado para apurar o crime previsto no art. 171, §3º, do Código Penal ante o saque de 8 (oito) parcelas de benefício previdenciário após a morte da beneficiária, totalizando o montante de R\$ 2.374,00.  
2. Arquivamento fundado na ausência de dolo.  
3. Discordância do magistrado.  
4. Arquivamento inadequado. Indícios de dolo na conduta da indiciada no intuito de fraudar a Previdência Social e obter vantagem indevida.  
5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
149. Processo : 0000714-65.2012.4.02.5102 Voto: 1764/2012 Origem: JF-RJ  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO (ART. 342 DO CP). ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DO DEPOIMENTO PRESTADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.  
1. Trata-se de peças informativas instauradas para apurar a suposta prática de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal.  
2. Conforme entendimento desta Câmara Criminal, para a configuração do crime de falso testemunho é necessária a existência de potencialidade lesiva nas declarações prestadas pela testemunha, o que não se verificou no presente caso. Precedentes do STF e STJ.  
3. Além disso, a simples contradição entre as testemunhas e as partes não é suficiente para configurar o crime de falso testemunho.  
4. Insistência no arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

150. Processo : 677-91.2012.4.01.3800 Voto: 1767/2012 Origem: JF-MG

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 2º, II, LEI 8.137/90). OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. OPOSIÇÃO DO MPF À PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL (ART. 76, LEI 9.099/95). DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. DIVERGÊNCIA QUANTO AOS PRESSUPOSTOS LEGAIS PERMISSIVOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 696 DO STF. CONHECIMENTO DA REMESSA.  
1. Trata-se de peça informativa instaurada para apurar a prática do crime contra a ordem tributária previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei 8.137/90.  
2. O Procurador da República oficiante ofereceu denúncia contra os acusados e deixou de propor a transação penal por entender que não estão presentes os requisitos previstos no art. 76 da Lei 9.099/95.  
3. A Juíza Federal, no entanto, reconheceu ser o caso de oferecimento da proposta de transação penal e determinou a remessa dos autos a esta 2ª CCR, com fulcro na aplicação analógica do artigo 28 do CPP.  
4. Preliminarmente, cabe ressaltar que esta 2ª CCR tem se manifestado no sentido de que a remessa dos autos não deve ser conhecida quando já houver oferecimento de denúncia, exceto nos casos em que a discussão se relacionar à existência ou não dos pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo ou da transação penal, nos termos da Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal.  
5. No caso dos autos, verifica-se que o conhecimento da remessa é medida que se impõe, já que o objeto da divergência envolve justamente a presença dos pressupostos legais permissivos da transação penal.  
6. No mérito, tem-se que assiste razão à magistrada, pois a existência de termo circunstanciado para apuração de contravenção penal não pode ser considerada como mau antecedente a impedir a proposta de transação penal.  
7. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para oferecimento da proposta de transação penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

151. Processo : 0003211-32.2012.403.6102 Voto: 1851/2012 Origem: JF/SP

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (ART. 19 DA LEI Nº 7492/86). FRAUDE EM FINANCIAMENTO PARA COMPRA DE VEÍCULO. PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. HIPÓTESE DE ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). A OBTENÇÃO FRAUDULENTA DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO CONFIGURA O CRIME PREVISTO NO ART. 19 DA LEI Nº 7492/86, DE COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento destinado à aquisição de um automóvel.  
2. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência sob o argumento de que o crime a ser investigado no presente inquérito seria de estelionato, e não de crime contra o sistema financeiro nacional. Discordância do magistrado.  
3. Verifica-se que, no caso, o contrato de mútuo fora celebrado com finalidade certa, consistente na aquisição de um automóvel, fato que se amolda no conceito de financiamento, e não no de simples mútuo, uma vez que este não exige qualquer destinação específica.  
4. Desse modo, a conduta narrada nos autos caracteriza possível crime contra o sistema financeiro nacional (art. 19 da Lei 7.492/86), e não de estelionato (art. 171 do CP), motivo pelo qual compete à Justiça Federal processar e julgar o delito em questão.  
5. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal perante a Justiça Federal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

152. Processo : 0000194-77.2012.404.7001 Voto: 1852/2012 Origem: JF/PR

153. Processo : 0000198-17.2012.404.7001 Voto: 1853/2012 Origem: JF/PR

154. Processo : 5012412-52.2012.404.7001 Voto: 1854/2012 Origem: JF/PR

155. Processo : 5012445-42.2012.404.7001 Voto: 1857/2012 Origem: JF/PR

156. Processo : 5012685-31.2012.404.7001 Voto: 1858/2012 Origem: JF/PR  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). CPP, ART. 28 C/C LC 75/93, ART. 62, IV. TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NA LEI Nº 10.522/2002, ARTIGO 20, CAPUT. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.  
1. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.  
2. Inexistência de reiteração da prática criminosa.  
3. Aplicável ao caso sub examine o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.  
4. Insistência no pedido de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
157. Processo : 192/2007 (2007.51.03.001359-1) Voto: 1763/2012 Origem: JF-RJ  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTA TENTATIVA DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, §3º C/C ART. 14, II, CP). ART. 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. ARQUIVAMENTO INADEQUADO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA DAR PROSSEGUIMENTO À PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a tentativa de estelionato previdenciário (art. 171, §3º c/c art. 14, II, CP), em razão do uso de atestado falso em requerimento de auxílio-doença perante o INSS.  
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito por considerar que não restou configurado o crime de estelionato, uma vez que “o patrimônio do INSS não esteve sob a mínima ameaça, visto que o atestado falso foi apresentado, mas não se prestou a sua destinação, qual seria, enganar a perícia médica”. Quanto à falsidade material aduziu que não foi possível conhecer o responsável pelo preenchimento/assinatura do predito atestado médico.  
3. O Juiz Federal discordou do arquivamento por entender que a tentativa de estelionato restou caracterizada com a apresentação de um documento falso com o dolo de ludibriar terceiro e conseguir vantagem indevida.  
4. De fato, há indícios de que o investigado tentou obter vantagem ilícita mediante a utilização de meio fraudulento. Embora o INSS não tenha sido efetivamente enganado, o documento falso tinha potencialidade para induzir em erro.  
5. Diante dos indícios de autoria e materialidade, impõe-se o prosseguimento do feito, sendo inadequado o seu arquivamento.  
6. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

## ORIGEM INTERNA

### NÃO PADRÃO

158. Processo : 0000210-31.2012.404.7001 Voto: 1765/2012 Origem: PRM – LONDRINA / PR  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ARTS. 2º, LEI 8.137/90). ART. 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. CRÉDITO TRIBUTÁRIO APURADO EM R\$5.115,73. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. A incidência do princípio da insignificância aos débitos tributários que não ultrapassem o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei nº 10.522/02, tem cabimento, ao menos por ora, unicamente nos crimes de descaminho e não em todos os crimes contra a ordem tributária.  
2. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

159. Processo : 1.34.001.003349/2012-00 Voto: 1762/2012 Origem: PR-SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 199, CP). REVISÃO DE DECLÍNIO (EN. 32, 2ª CCR). MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, INC. VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.  
1. A competência é da Justiça Federal, embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente.  
2. A competência para julgar – todos – os crimes contra a organização do trabalho é da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.  
3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro Membro do Parquet Federal para dar continuidade à persecução penal.  
Decisão : Após o voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.
160. Processo : 1.14.004.000268/2011-21 Voto: 2161/2012 Origem: PRM/FEIRA DE SANTANA-BA  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CP). CRIME DE NATUREZA FORMAL. DESNECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA.  
1. Trata-se de procedimento administrativo em que se apura suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP).  
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito, ante a ausência de constituição definitiva do crédito tributário, por entender que tal circunstância seria necessária para a configuração do crime em questão.  
3. Arquivamento não homologado pela 2ª CCR, sob o fundamento de que o delito de apropriação indébita previdenciária seria de natureza formal, prescindindo de constituição definitiva do crédito tributário para a sua consumação.  
4. Interposto recurso contra a decisão da 2ª CCR, sendo reiterados os fundamentos utilizados quando da manifestação pelo arquivamento: que a constituição definitiva do crédito tributário seria condição necessária para a existência do crime previsto art. 168-A do CP e que, não constituído, no caso em apreço, o crédito pelo Fisco, não haveria delito a ensejar a atuação do MPF.  
5. O crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP), diversamente dos crimes tributários previstos no art. 1º da Lei nº 8137/90, constitui delito de natureza formal, que independe de constituição definitiva do crédito tributário para a sua configuração. Caracteriza-se, de acordo com o tipo penal, pelo mero não repasse dos valores no prazo fixado após o prévio desconto, de modo que não há motivo para se obstar a persecução penal até o término de procedimento administrativo destinado a apurar o prejuízo efetivamente experimentado.  
6. Nesse sentido a jurisprudência do STF, STJ, além de posicionamento pacífica nesta 2ª CCR.  
7. Manutenção da decisão recorrida e remessa dos autos ao Conselho Institucional do MPF.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
161. Processo : 1.34.001.000183/2012-61 Voto: 1761/2012 Origem: PR/SP  
162. Processo : 1.34.001.004837/2012-26 Voto: 1760/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS (ART. 297, § 4º, DO CÓDIGO PENAL). FATO TÍPICO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADOS 26 E 27 DESTA 2ª CÂMARA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.  
1. Enunciado nº 26 desta 2ª CCR: “A omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social subsume-se ao tipo do art. 297, § 4º, do Código Penal”



2. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".

3. Não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Após o voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

163. Processo : 1.25.002.001176/2010-14 IPL 2004.7005004138-8 Voto: 1942/2012 Origem: PRM/CASCADE-PR

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO FUNDADO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA, EM FACE DA AUSÊNCIA DE DOLO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar os fatos que circundam a possível ocorrência de crime contra a ordem tributária, previsto nos artigos 1º e 2º da Lei nº 8.137/90.

2. Pedido de arquivamento fundado na atipicidade da conduta, em face da ausência de dolo. Discordância do magistrado.

3. É prematura, na fase inquisitorial da persecução penal, a análise do elemento subjetivo do tipo, exceto quando manifesta a sua ausência. A verificação do dolo do agente e de outras circunstâncias descriminalizadoras deve se dar na fase judicial, pois só então será possível uma conclusão segura, realizada sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

4. O arquivamento do presente inquérito mostra-se prematuro diante da possibilidade dos fatos descritos nos autos configurarem ilícito penal, ao menos em tese, justificando-se o prosseguimento do feito.

5. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

164. Processo : 1.19.000.001150/2012-55 Voto: 1781/2012 Origem: PR-MA

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa : Peças de Informação. Notícia de crime de ameaça (art. 147, CP). Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ª CCR). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

165. Processo : 1.00.000.008192/2012-99 Voto: 1794/2012 Origem: PRM- CACH.DE ITAPEMIRIM / ES

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa : Inquérito Policial. Desvio de verbas públicas por funcionários de entidade filantrópica conveniada com Secretaria de Estado do Espírito Santo, receptora de recursos do SUS. Revisão de declínio (Enunciado nº 33, 2ª CCR). O acesso aos recursos desviados se deu através de convênio celebrado entre o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, e o nosocômio. Verbas oriundas do fundo estadual. A participação do Estado no SUS conta com receitas próprias (art. 198, CF/88). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

166. Processo : 1.34.010.000225/2012-55 Voto: 1796/2012 Origem: PRM - RIBEIRÃO PRETO / SP

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa : Peças de Informação. Suposto crime eleitoral (Código Eleitoral - Lei nº 4.737/65). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Competência da Justiça Eleitoral (Código Eleitoral, art. 35, II). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Eleitoral.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

167. Processo : 1.33.009.000024/2012-24 Voto: 1799/2012 Origem: PR-SC  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de crime de falsidade ideológica (art. 299, CP). Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ªCCR). Em serviço de pronto atendimento municipal enfermeira teria receitado medicação a paciente utilizando-se de receituário médico previamente assinado por médica. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
168. Processo : 1.12.000.000596/2010-51 Voto: 1860/2012 Origem: PR/AP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de ameaça (art. 147 do CP). Representação noticiando que a representante teria sido ameaçada verbalmente por cabos eleitorais de determinado candidato. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ªCCR). Crime praticado contra particular, cujo bem jurídico tutelado é a liberdade individual, não ofendendo bens, serviços ou interesse da União, suas autarquias ou empresas públicas federais. Competência da Justiça Estadual. Recebimento do pedido de arquivamento como declínio de atribuições. Homologação do declínio ao MP Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
169. Processo : 2009.72.03.000310-4 Voto: 1893/2012 Origem: PRM/JOAÇABA-SC  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de estelionato (art. 171 do CP). Fraude na concessão de empréstimo consignado em nome de beneficiária da Previdência Social. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Estelionato praticado em detrimento de particulares: entidade bancária que concedeu o empréstimo e beneficiária de quem os valores estavam sendo descontados. Inexistência de prejuízo aos bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas federais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
170. Processo : 2007410-10.01274-7 Voto: 1862/2012 Origem: PRM/JI PARANÁ-RO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP) e estelionato (art. 171 do CP). Agentes que estariam vendendo terras a terceiros com a utilização de procurações públicas falsas. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Estelionato praticado em detrimento de particulares. Inexistência de prejuízo aos bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas federais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
171. Processo : 00125/2010 Voto: 1863/2012 Origem: PRM/PARAGOMINAS-PA  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de falsificação e uso de documento particular (arts. 298 e 304 do CP). Médico veterinário que falsificava atestados. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Os documentos falsificados eram particulares, não tendo a conduta do agente atingido diretamente bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

172. Processo : 1.30.017.000375/2011-67 Voto: 1780/2012 Origem: PRR – 2ª REGIÃO

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de suposto crime contra a honra de particular. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). A ação penal somente se procede mediante queixa. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento. Notícia de crime de apropriação indébita (art. 168, CP), praticado por advogado, contra particular, no curso de processo judicial. Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

173. Processo : 1.34.001.004739/2012-99 Voto: 1801/2012 Origem: PR-SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de possível crime de pedofilia (art. 241-D, ECA) por meio da internet. Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ª CCR). Suposta tentativa de aliciamento de menor de idade para participar de vídeos pornográficos. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

174. Processo : 1.34.001.004681/2012-83 Voto: 1929/2012 Origem: PR-SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Possível delito de incitação à prática de crime (art. 286 do CP). Suposta incitação, por meio de página de internet, ao ódio contra homossexuais. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Crime de competência de Justiça Estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao MP Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

175. Processo : 1.00.000.012606/2012-84 Voto: 1770/2012 Origem: PRR – 1ª REGIÃO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime contra a honra, praticado, em tese, por Membro do MPDFT. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). A ação penal somente se procede mediante queixa. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

176. Processo : 1.28.200.000038/2012-31 Voto: 1921/2012 Origem: PRM – CAICÓ / RN  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de suposto desvio de verbas federais. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Ausência de elementos mínimos que indiquem o desvio ou má utilização das verbas utilizadas na execução Praça de Alimentação da Ilha de Sant'Ana. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito no âmbito criminal. Homologação do arquivamento. Remessa dos autos à 5ª CCR.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

177. Processo : 1.02.002.000034/2012-04 Voto: 1772/2012 Origem: PRR – 2ª REGIÃO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Supostas irregularidades no emprego de verbas repassadas automaticamente ao Município de Alegre/ES vinculadas ao Programa Brasil Escolarizado, sob responsabilidade do Ministério da Educação. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). As irregularidades apontadas inserem-se no âmbito da eficiência da gestão e acompanhamento na consecução das políticas públicas. Ausência de indícios de desvio de recursos públicos ou desvio de finalidade. Meras irregularidades administrativas. Atipicidade. Homologação de arquivamento.

- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
178. Processo : 1.34.012.000575/2012-00 Voto: 1773/2012 Origem: PRM – SANTOS / SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de suposta falha na prestação de serviços de jogos on line. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Mero ilícito civil. Não configuração de crime. Atipicidade. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
179. Processo : 1.14.000.001554/2010-63 Voto: 1775/2012 Origem: PR-BA  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito Civil Público. Suposto crime contra a Administração Pública (arts. 316, 317, CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Servidora pública federal teria autorizado a realização de viagens funcionais de vistoria com os custos de diárias, alimentação e transporte pagos pela empresa interessada. Conduta autorizada por Portaria do Ministério da Fazenda. Inexistência de exigência ou aceitação de vantagens indevidas. Atipicidade. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
180. Processo : 1.22.001.000076/2012-54 Voto: 1776/2012 Origem: PRM – JUIZ DE FORA / MG  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de suposta fraude na homologação de Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, com utilização de carimbos e assinaturas falsificados. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio ne bis in idem. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
181. Processo : 1.02.002.000047/2011-94 Voto: 1778/2012 Origem: PRR-2ª REGIÃO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposta irregularidade na aplicação de recursos públicos repassados pelo Ministério da Saúde à Prefeitura Municipal de Itaboraí/RJ. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Devolução integral dos recursos repassados, devidamente corrigidos. Inexistência de crime. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
182. Processo : 1.15.000.001571/2012-25 Voto: 1779/2012 Origem: PR-CE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Descaminho (art. 334 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração da conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
183. Processo : 1.33.000.002042/2012-21 Voto: 1864/2012 Origem: PR/SC  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime ambiental. Agente que teria navegado em área no interior de Reserva Biológica, em desacordo com o Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). A conduta do agente, de navegar no interior de unidade de conservação, não ocasionou nenhum dano ambiental, constituindo mera infração administrativa, e não ilícito penal. Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

184. Processo : 1.35.001.000139/2009-86 Voto: 1892/2012 Origem: PRM/TABATINGA-AM  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de sonegação fiscal (Lei 8137/90). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Existência de inquérito policial instaurado para apurar os mesmos fatos de que versam os autos. Aplicação do princípio ne bis in idem. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
185. Processo : 1.25.001.000027/2012-18 Voto: 1866/2012 Origem: PRM/CAMPO MOURÃO-PR  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Crime previsto no art. 29 da Lei nº 11.105/2005: Produzir, armazenar, transportar, comercializar, importar ou exportar OGM ou seus derivados, sem autorização ou em desacordo com as normas estabelecidas pela CTNBio e pelos órgãos e entidades de registro e fiscalização. Agente que supostamente cultivava milho geneticamente modificado em desacordo com as normas regulamentares. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Instaurado procedimento administrativo em desfavor do suposto infrator, restou constatado, em fiscalização in locu realizada por fiscais do CTNBio, que a plantação de milho geneticamente modificado exercida pelo agente obedece as regras estabelecidas para tal atividade. Ausência de irregularidades na conduta do investigado. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
186. Processo : 1.22.007.000074/2012-13 Voto: 1867/2012 Origem: PRM/VARGINHA-MG  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de dano (art. 163 do CP). Caminhão que trafegava com excesso de peso em rodovia federal. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Ausência de efetiva deterioração da rodovia federal. Mero ilícito administrativo. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
187. Processo : 1.36.000.000656/2012-66 Voto: 1868/2012 Origem: PR/TO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Descaminho (art. 334 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta delitiva. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
188. Processo : 1.15.000.001202/2012-32 Voto: 1869/2012 Origem: PR/CE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Descaminho (art. 334 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta delitiva. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
189. Processo : 1.35.000.001047/2012-61 Voto: 1870/2012 Origem: PR/SE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Não cumprimento, pelo INSS, de obrigação fixada em sentença judicial. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, VII). Foi fixada multa diária em caso de descumprimento da ordem, razão pela qual não há que se falar no crime de desobediência, que só se configura se não houver sanção específica para o descumprimento do preceito. Atipicidade da conduta. Jurisprudência do STF e STJ. Homologação do Arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

190. Processo : 1.24.000.001072/2012-29 Voto: 1872/2012 Origem: PR/PB  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Parte em ação judicial em trâmite na Justiça Federal que teria deixado de cumprir obrigação fixada em decisão judicial. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, VII). A decisão fixou multa diária em caso de descumprimento da ordem, razão pela qual não há que se falar no crime de desobediência, que só se configura se não houver sanção específica para o descumprimento da preceito. Atipicidade da conduta. Jurisprudência do STF e STJ. Homologação do Arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
191. Processo : 1.15.000.002159/2009-27 Voto: 1873/2012 Origem: PR/CE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de sonegação de contribuições previdenciárias (CP, artigo 337-A). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei n. 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei n. 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação do Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96-§4º da Lei n. 11.196/09 c/c o inciso I do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
192. Processo : 1.15.000.002238/2009-38 Voto: 1874/2012 Origem: PR/CE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de sonegação de contribuições previdenciárias (CP, artigo 337-A). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei n. 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei n. 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação do Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96-§4º da Lei n. 11.196/09 c/c o inciso I do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
193. Processo : 1.29.015.000118/2012-47 Voto: 1876/2012 Origem: PRM/SANTA ROSA-RS  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º do CP), consistente no recebimento de benefício previdenciário após o óbito do titular. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Fatos ocorridos em 1995. Prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, inciso III). Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
194. Processo : 3408.2012.000451-9 Voto: 1884/2012 Origem: PRM/SANTOS-SP  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de roubo (art. 157 do CP). Assalto a funcionário dos Correios que estava entregando objetos postais. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Vítima do crime não conseguiu identificar os responsáveis pelo roubo. Fato não presenciado por testemunhas. Impossibilidade de se precisar a autoria delitiva. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

195. Processo : 1.29.011.000047/2009-17 Voto: 1886/2012 Origem: PRM/URUGUAIANA-RS  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Inquérito Civil Público. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Representação noticiando que empresa estaria inserindo informações inverídicas em documentação previdenciária com a finalidade de suprimir o pagamento da contribuição previdenciária devida. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Ação fiscal realizada pela Receita Federal contra a empresa representada não constatou a existência de nenhuma irregularidade na conduta da mesma. Inexistência de indícios de prática criminosa. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
196. Processo : 1.17.003.000055/2011-06 Voto: 1887/2012 Origem: PRM/LINHARES-ES  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Crime de sonegação fiscal (art. 1º, I, da Lei nº 8137/90). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Ausência de crédito tributário definitivamente constituído. Crime de natureza material (Súmula Vinculante nº 24 do STF). Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
197. Processo : 1.35.000.001250/2012-38 Voto: 1774/2012 Origem: PR-SE  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de falhas no sistema de segurança do Fórum da Justiça Federal de Aracaju. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Providências administrativas estão sendo tomadas. Não configuração de crime. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
198. Processo : 1.31.000.000847/2012-12 Voto: 1777/2012 Origem: PR-RO  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de Informação. Notícia de homicídio de pessoa envolvida com a questão fundiária. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Existência de ação penal contra o autor do homicídio e de inquéritos policiais versando sobre os conflitos fundiários. Aplicação do princípio ne bis in idem. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
199. Processo : 1.33.004.000061/2011-00 Voto: 1926/2012 Origem: PRM/JOAÇABA-SC  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de estelionato previdenciário (art. 171, §3º do CP). Agente que estaria recebendo auxílio-doença indevidamente, tendo em vista notícia da prática, pelo mesmo, de atividade incompatível com o referido benefício previdenciário. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Constatação de que as supostas atividades exercidas pelo investigado não seriam inconciliáveis com o recebimento do auxílio-doença. Inexistência de conduta criminosa. Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
200. Processo : 1.23.002.000626/2012-15 Voto: 1930/2012 Origem: PRM/SANTARÉM-PA  
Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental. Desmatar floresta de domínio público, sem autorização do órgão competente (art. 50-A da Lei nº 9605/98). Agente que teria retirado uma árvore da espécie Ipê Amarelo. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). A conduta do agente, consistente no corte de apenas uma árvore, não representa um dano minimamente relevante ao meio ambiente, apto a ensejar a incidência da norma penal. Na esfera administrativa, sequer foi imposta multa ao atuado, sendo o mesmo apenado com mera advertência, o que demonstra a baixa censurabilidade de sua conduta. Atipicidade material da conduta. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

201. Processo : 1.00.000.012179/2012-34 Voto: 1888/2012 Origem: PRM/JAU-SP

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva

Ementa : Procedimento administrativo. Controle externo da atividade policial. Relatório decorrente da inspeção realizada na Delegacia de Polícia Federal, em Araraquara/SP, no dia 05 de junho de 2012, para ciência. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Inexistência de medidas a serem adotadas pelo órgão ministerial. Esgotamento do objeto do Procedimento. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

#### ORIGEM JUDICIAL

##### NÃO PADRÃO

202. Processo : 0000023-08.2012.404.7006 Voto: 1949/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, §3º). PEDIDO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Saques de parcelas de benefício previdenciário após o óbito da titular.
2. Arquivamento com base na prescrição antecipada. Discordância do Magistrado.
3. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."*
4. Súmula 438 do STJ.
5. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

203. Processo : 5012669-77.2012.404.7001 Voto: 1954/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL PRÁTICA DOS CRIMES DE DESCAMINHO E DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (CP, ARTS. 334 E 184, § 2º). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO QUANTO AO DESCAMINHO E DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO EM RELAÇÃO À VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). NOTÍCIA DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Peças de informação instauradas para apurar a prática dos crimes de descaminho e de violação de direitos autorais (CP, arts. 334 e 184, § 2º), em razão da apreensão de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional, dentre os quais figuravam CDs gravados com indícios de falsificação.
2. A Procuradora da República oficiante promoveu o arquivamento do feito quanto ao crime de descaminho, alegando hipótese de incidência do princípio da insignificância. Manifestou-se, também, pela declinação da competência para a Justiça Estadual em relação ao delito contra a propriedade intelectual.
4. Discordância do magistrado.
5. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
6. Esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, já firmou entendimento no sentido de que, de um modo geral, a competência para processar e julgar o crime de violação de direitos autorais é da Justiça Estadual, tendo em vista que ofende interesses do particular, autor das obras ilegalmente reproduzidas.
7. Todavia, verificada a conexão com o delito previsto no art. 334 do Código Penal,



competete à Justiça Federal processar e julgar ambos os delitos. Súmula 122 do STJ.

8. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal em relação a ambos os delitos.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

204. Processo : 5012927-87.2012.404.7001 Voto: 1950/2012 Origem: JF/PR

205. Processo : 5013116-65.2012.404.7001 Voto: 1951/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (CPP, ART. 28). NOTÍCIA DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. PERSECUÇÃO PENAL.

1. Peças de informação instauradas para a apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhados de documentação comprobatória de sua regular importação.

2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.

3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

206. Processo : 5002110-95.2011.404.7001 Voto: 1953/2012 Origem: JF/PR

207. Processo : 5012393-46.2012.404.7001 Voto: 1952/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28 C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93). NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. NOTÍCIA DE REITERAÇÃO DA CONDUTA. PERSECUÇÃO PENAL QUE SE IMPÕE.

1. Peças de informação instauradas para a apuração da prática, em tese, do delito de descaminho (CP, art. 334): ingresso e transporte de produtos de origem estrangeira no território nacional desacompanhados de documentação comprobatória de sua regular importação.

2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R\$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.

3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

208. Processo : 212-51.2011.6.26.0083 Voto: 1955/2012 Origem: JF/SP

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA ELEITORAL (CE, ART. 350). ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (CPP, ART. 28). PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de falsidade ideológica eleitoral (CE, art. 350). A conduta teria consistido na falsificação de assinaturas de eleitores em listas de apoio regularmente entregues a cartório eleitoral, instruindo requerimento para a criação de partido político

2. A Promotora Eleitoral oficiante promoveu o arquivamento por entender que, apesar de comprovada a autoria e a materialidade do delito, a jurisprudência pátria entende que não há crime de falsidade ideológica, quando o documento apresentado está sujeito à verificação por funcionário público. O Juiz Eleitoral, no entanto, discordou do fundamento e

remeteu os autos, via Procuradoria Regional Eleitoral, a esta 2ª Câmara (CPP, art. 28 e Enunciado 29 2ª CCR/MPF).

3. O tipo incriminador em apreço busca proteger a fé pública eleitoral e a autenticidade dos documentos, públicos e particulares, que têm relevância para o exercício das atividades da Justiça Eleitoral. Situações como essa atraem uma persecução criminal implacável, de modo a banir do universo democrático-eleitoral qualquer mentira, especialmente quando ela versar sobre a criação de partido político, sob pena de desprestígio da Justiça Eleitoral.

4. Designação de outro Ministério Público Eleitoral, para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

209. Processo : 0007627-09.2012.4.05.8100 Voto: 1959/2012 Origem: JF/CE

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS (CP, ART. 171, § 3º). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC 75/93, ART. 62, IV). INDÍCIOS DE AUTORIA E PROVA DA MATERIALIDADE. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a suposta prática do crime de estelionato contra o INSS, previsto no artigo 171, § 3º, do CP, em razão da concessão de benefício previdenciário mediante utilização de documentação fraudulenta

2. A Procuradora da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do procedimento tendo em vista a impossibilidade de se conhecer a autoria do crime, uma vez que restaram infrutíferas as tentativas de localização do investigado e de se conhecer a sua real identidade.

3. Discordância do magistrado, que entendeu haver justa causa para o prosseguimento da persecução penal.

4. No atual estágio da persecução criminal, o arquivamento apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente (i) de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade; (ii) da ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva; ou, ainda, (iii) a inexistência do próprio crime. Inocorrentes tais hipóteses, impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se para a instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.

5. Presentes indícios de autoria e prova da materialidade, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando, nesta fase pré-processual, a primazia do princípio *in dubio pro societate*.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

210. Processo : 5012281-71.2012.404.7100 / 1.00.000.011866/2012-32 Voto: 1999/2012 Origem: JF/RS

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334, § 1º, C). ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28). EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de contrabando de cigarros, previsto no art. 334, § 1º, "c", do Código Penal.

2. Arquivamento com base no princípio da insignificância. Discordância do Magistrado.

3. É certo que a natureza do produto introduzido clandestinamente no país – cigarros – impõe maior rigor na adoção do *princípio da insignificância*, dado o seu efeito nocivo à saúde e, consequentemente, o rígido controle em sua comercialização no território nacional.

4. *In casu*, a pequena quantidade de cigarros de origem estrangeira apreendida (4 pacotes ou 40 maços) e a ausência de notícia acerca de possível reiteração da prática pelo agente atraem, excepcionalmente, na linha traçada por este Colegiado, o reconhecimento da conduta sub examine como insignificante.

5. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

211. Processo : 2009.38.06.701422-4

Voto: 1958/2012 Origem: JF/MG

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL E ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO REJEITADAS PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. NÃO INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.
2. O Procurador da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76 da Lei 9.099/95, bem como alegou a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal.
3. O Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei 472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal e a alegada prescrição. Remessa à 2ª CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.
4. Havendo divergência entre o membro do Ministério Público e o Juiz acerca da capitulação do delito, mas oferecida a proposta de transação por parte do *Parquet*, mesmo que a discordância se relacione com a capitulação do crime, o caso é de conhecimento da remessa e respectiva análise do mérito, em obediência ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, por analogia ao art. 28 do CPP c/c art. 62, IV, da LC 75/93.
5. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
6. Impossibilidade de aplicação do benefício da transação penal.
7. Inocorrência da prescrição da pretensão punitiva.
8. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges Andrada aguarda para proferir o voto.

212. Processo : 1.00.000.009289/2012-19 0002945-55.2011.4.03-6110 Voto: 1956/2012 Origem: JF/SP

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL REJEITADA PELO MAGISTRADO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CABIMENTO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. NÃO INCIDÊNCIA DO INSTITUTO DA TRANSAÇÃO PENAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar a exploração não autorizada do espectro de radiofrequência.
2. O Procurador da República oficiante, conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76 da Lei 9.099/95.
3. O Juiz Federal conferiu nova capitulação jurídica ao fato narrado, enquadrando-o no art. 183 da Lei 9.472/97, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal. Remessa à 2ª CCR/MPF, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.
4. Havendo divergência entre o membro do Ministério Público e o Juiz acerca da capitulação do delito, mas oferecida a proposta de transação por parte do *Parquet*, mesmo que a discordância se relacione com a capitulação do crime, o caso é de conhecimento da remessa e respectiva análise do mérito, em obediência ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, por analogia ao art. 28 do CPP c/c o 62, IV, da LC 75/93.
5. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
6. Impossibilidade de aplicação do benefício da transação penal.
7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges Andrada aguarda para proferir o voto.

213. Processo : 0007645-74.2011.403.6110 Voto: 1960/2012 Origem: JF/SP  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE EXPLORAÇÃO CLANDESTINA DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO (LEI Nº 9.472/97, ART. 183). PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CRIME FORMAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. REVISÃO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à internet via rádio, sem autorização do órgão competente.  
2. O Procurador da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que a conduta praticada pelos investigados seria atípica.  
3. O Magistrado indeferiu o pedido de arquivamento, vislumbrando razoável suporte probatório da materialidade e autoria do delito previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97.  
4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à internet é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de tal autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97.  
5. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
214. Processo : 0000661-90.2010.4.02.5155 / 2010.51.55.00661-0 Voto: 1992/2012 Origem: JF/RJ  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO CLANDESTINA. APURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 70 DA LEI Nº 4.117/62 OU 183 DA LEI Nº 9.472/97. ART. 28 DO CPP. PERSECUÇÃO PENAL PERANTE VARA FEDERAL.  
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.  
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há falar em competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar o feito.  
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para, na 1ª Vara Federal de Nova Friburgo, dar sequência à persecução penal.  
Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges Andrada aguarda para proferir o voto.
215. Processo : 0002201-80.2008.403.6105 / 2008.61.05.002201-5 Voto: 1957/2012 Origem: JF/SP  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. PRESCRIÇÃO. ART 109, INC. IV, DO CP. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática do delito tipificado no art. 70 da Lei 4.117/62 ou no art. 183 da Lei 9.472/97, consistente na exploração clandestina de atividade de radiodifusão.  
2. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do feito com base na ocorrência da prescrição, entendendo que a conduta se amoldaria ao tipo penal do art. 70 da Lei nº 4.117/62. Discordância do Magistrado sob o fundamento de que os fatos em apuração se amoldariam à figura delituosa capitulada no art. 183 da Lei 9472/97.  
3. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.  
4. Como o fato sob exame teve a permanência cessada em 20/12/2007, a pretensão punitiva do Estado não foi fulminada pela prescrição, uma vez que ao crime em questão é cominada a pena máxima de 4 (quatro) anos de detenção, razão pela qual o lapso prescricional é de 8 (oito), conforme dispõe o art. 109, inciso IV, do Código Penal.  
5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à

persecução criminal.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva. O Dr. José Bonifácio Borges Andrada aguarda para proferir o voto.

## ORIGEM INTERNA

### NÃO PADRÃO

216. Processo : 1.15.000.001625/2012-52 Voto: 1945/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (CP, ART. 168-A). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DO NÃO EXAURIMENTO DA ESFERA ADMINISTRATIVA PELA AUSÊNCIA DE LANÇAMENTO DEFINITIVO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). NATUREZA JURÍDICA. CRIME FORMAL. DESNECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Peças de informação instauradas para apurar a prática do delito previsto no art. 168-A do CP (apropriação indébita previdenciária).

2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito em razão do não exaurimento da via administrativa pela ausência de lançamento definitivo do crédito tributário.

3. O delito do artigo 168-A do Código Penal é formal e não depende de constituição definitiva de crédito tributário, não se exigindo o esgotamento da via administrativa para a propositura da ação penal.

4. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

217. Processo : 1.00.000.009285/2012-31 Voto: 1938/2012 Origem: PR/MT

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Relator : Dr. Oswaldo José Barbosa Silva Voto: 2151/2012

para  
Acórdão

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIMES CONTRA A HONRA DE PROCURADOR DA REPÚBLICA COMETIDOS POR ADVOGADO. CALÚNIA E INJÚRIA (CP, ARTS. 138, CAPUT, E 140, CAPUT, C/C ART. 141, II, DO CP). IMUNIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO (CF, ART. 133; CP, ART. 142, I; E LEI 8.906/94, ART. 7º, §2º). ARQUIVAMENTO. REVISÃO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). IMUNIDADE QUANTO AO CRIME DE INJÚRIA, QUE NÃO INCIDE RELATIVAMENTE AO DELITO DE CALÚNIA.

1. Procedimento administrativo instaurado para apurar a ocorrência dos delitos previstos nos arts. 138 (calúnia) e 140 (injúria) do CP, praticados por advogado em face de Procurador da República.

2. Promoção de arquivamento, quanto ao crime de injúria, em razão da imunidade profissional do advogado, e, quanto ao crime de calúnia, sob o fundamento da inexistência de imputação de prática criminosa ao ofendido. 3. Não constitui crime de injúria a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou seu procurador. Imunidade que não se estende ao crime de calúnia em tese praticado pelos ofensores, que imputaram a prática de crime ao Procurador da República.

4. Homologação do arquivamento quanto ao crime de injúria e designação de outro Membro do Ministério Público Federal prosseguir na persecução penal relativamente ao crime de calúnia.

Decisão : A 2ª Câmara, por maioria, vencido o Relator, homologou o arquivamento em relação ao crime de injúria e designou outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal em face do crime de calúnia. Redigirá o Acórdão o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva, que inaugurou a divergência. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

218. Processo : 1.34.001.001191/2011-44 Voto: 1935/2012 Origem: PR/SP

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DENÚNCIA ANÔNIMA. POSSÍVEL CRIME DE PORNOGRAFIA INFANTIL COMETIDO PELA *INTERNET* (ART. 241-A DA LEI Nº 8.069/90). PÁGINA REGISTRADA EM ENDEREÇO SITUADO NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. ARQUIVAMENTO. REVISÃO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). INDÍCIOS DE

QUE A CONDUTA CRIMINOSA TENHA SIDO PRATICADA NO TERRITÓRIO NACIONAL. APLICAÇÃO DA LEI PENAL BRASILEIRA. CRIME PREVISTO EM CONVENÇÃO INTERNACIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO PELO MPF.

1. Denúncia anônima informando a existência de *site* disponibilizando material com conteúdo pornográfico envolvendo criança ou adolescente, crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender incompetente a Justiça brasileira, uma vez que a página está registrada em endereço situado nos Estados Unidos da América.

3. O referido *site* apresenta indícios de que o crime pode estar sendo realizado a distância, por alguém situado no território brasileiro, o que, se ocorrente, atrairá a aplicação da lei penal brasileira.

4. Crime previsto no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, prostituição infantil e à pornografia infantil, ao qual o Estado brasileiro aderiu por meio do Decreto nº 5.007/04. Competência da Justiça Federal, conforme art. 109, V, da CF.

5. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

219. Processo : 1.01.004.000472/2012-81 Voto: 1941/2012 Origem: PRR1

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. EXISTÊNCIA DE VÍCIOS EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA BRT (BUS RAPID TRANSIT) EM BELÉM/PA. POSSÍVEL FRAUDE EM PROCEDIMENTO LICITATÓRIO (LEI Nº 8.666/93, ART. 90). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. REVISÃO (ENUNCIADO Nº 32 DA 2ª CCR). TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FEDERAIS POR INTERMÉDIO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC – MOBILIDADE – GRANDES CIDADES, DO GOVERNO FEDERAL. COMPETÊNCIA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informações instauradas a partir de cópia da Ação Civil Pública 0006074-25.2012.4.01.3900, encaminhada pela Procuradoria da República no Pará, que noticia supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública Internacional 034/2011 – CPL/Prefeitura Municipal de Belém/PA, referente às obras para implantação do Sistema BRT (Bus Rapid Transit) nas Avenidas Almirante Barroso e Augusto Montenegro, cometidas, em tese, pelo Prefeito Municipal de Belém/PA.

2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento, ao argumento de que não ocorreu prejuízo a bem, serviços ou interesse direto da União, pois “não houve liberação e nem há previsão de verba federal para a municipalidade para a implantação do BRT”.

3. Em consulta ao *site* do Ministério das Cidades, constatou-se que o projeto de instalação do BRT em Belém/PA foi beneficiado com o repasse de R\$ 180 milhões – sendo R\$100 milhões destinados ao projeto da Prefeitura –, recursos provenientes do PAC Mobilidade Grandes Cidades.

4. O repasse de recurso público federal à Prefeitura de Belém/PA caracteriza possível prejuízo a bem, serviços ou interesse da União, determinando, assim, a competência da Justiça Federal (art. 109, IV, da CF). O repasse de recursos públicos federais à Prefeitura de Belém/PA e a notícia de irregularidades no Edital de Concorrência Pública Internacional 034/2011, referente às obras para implantação do sistema BRT na capital paraense, atraem a competência federal e, de consequência, a atribuição do MPF (CF, art. 109, IV).

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

220. Processo : 1.04.004.000244/2010-38 Voto: 1940/2012 Origem: PRR4

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIO. ARQUIVAMENTO. REVISÃO (LC N. 75/93, ART. 62, IV). PRESTAÇÃO DE CONTAS AINDA

NÃO APRECIADA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para acompanhar convênio celebrado entre prefeitura municipal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, objetivando a concessão de apoio financeiro para o desenvolvimento de ações que promovam a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino.

2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, ao argumento de que as contas foram devidamente prestadas, com a documentação entregue em conformidade com a legislação pertinente, e que a ausência de parecer conclusivo acerca da regularidade da prestação de contas não autoriza a presunção da existência de qualquer irregularidade na execução do convênio. Acrescentou, ainda, que o convênio encontra-se cadastrado no sistema SIAFI como “adimplente”.

3. Da regularidade formal da prestação de contas, consistente na mera entrega da documentação exigida, não se conclui a correta execução financeira do convênio, em especial quando houve dispensa de licitação para realização de seu objeto.

4. Para a continuidade do presente procedimento não é necessária a presunção de que tenha havido alguma irregularidade na execução do convênio, aliás, presunção esta que inexistiu quando da própria instauração do feito, inclusive porque a formação de um juízo de valor só será mesmo possível após o exame da aplicação dos recursos transferidos ao município. Assim, diante da pendência da análise financeira da prestação de contas, o arquivamento mostra-se prematuro.

5. Designação de outro membro para acompanhar a apreciação da prestação de contas.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

221. Processo : 1.24.000.000924/2012-61 Voto: 1937/2012 Origem: PR/PB

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC N. 75/93, ART. 62, IV). SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA ATIPICIDADE DA CONDUTA. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. CRIME FORMAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à *internet*, sem autorização do órgão competente.

2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que as condutas relatadas não configuram fatos típicos penais, e sim ilícitos administrativos.

3. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à *internet* é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97.

4. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

222. Processo : 1.22.009.000327/2011-40 Voto: 1943/2012 Origem: PRM/GOV. VALADARES-MG

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS ASSEGURADOS POR LEI TRABALHISTA (CP, ART. 203). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO Nº 32). MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, há contrariedade do entendimento por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB.

2. A competência para julgar – todos – os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da

atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.

3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Após o voto do Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. O Dr. Oswaldo José Barbosa acompanhou o voto do Relator.

223. Processo : 1.30.001.003310/2012-23 Voto: 1936/2012 Origem: PR/RJ

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEIS CRIMES DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS (CP, ART. 203) E DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ART. 297). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N° 32). COMPETÊNCIA FEDERAL. ENUNCIADO N° 27. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possíveis crimes de frustração de direitos trabalhista (CP, art. 203) e de falsificação de documento público (CP, art. 297).

2. O membro do MPF oficiante promoveu o declínio de atribuições, entendendo que, no caso em questão, o crime foi cometido contra particular, individualmente considerado.

3. A competência é da Justiça Federal, embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente.

4. A competência para julgar – todos – os crimes contra a organização do trabalho é da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.

5. Enunciado n° 27, 2ª CCR: “A persecução penal relativa aos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal é de atribuição do Ministério Público Federal, por ofenderem à Previdência Social”.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

224. Processo : 1.23.000.001370/2011-75 Voto: 1944/2012 Origem: PR/PA

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEIS CRIMES DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS (CP, ART. 203) E DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ART. 297, §3º, II). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N° 32). COMPETÊNCIA FEDERAL. ENUNCIADO N° 27. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar possíveis crimes de frustração de direitos trabalhista (CP, art. 203) e falsificação de documento público (CP, art. 297, § 3º, II), em razão de suposto pagamento de valores adicionais aos anotados em CTPS de empregado.

2. O membro do MPF oficiante promoveu o declínio de atribuições, entendendo que, no caso em questão, o crime foi cometido contra particular.

3. A competência é da Justiça Federal, embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente.

4. A competência para julgar – todos – os crimes contra a organização do trabalho é da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.

5. Enunciado n° 27, 2ª CCR: “A persecução penal relativa aos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal é de atribuição do Ministério Público Federal, por ofenderem à Previdência Social”.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

225. Processo : 3497/2009

Voto: 1947/2012 Origem: PR/MG

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. INSERÇÃO DE DADOS FALSOS NA CTPS (ART. 297, §3º, INC. II, DO CÓDIGO PENAL). REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N° 33 - 2ª CCR). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADO N° 27 DESTA 2ª CÂMARA. NÃO



HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

1. O membro do MPF promoveu o declínio de atribuições por entender caracterizada a prática do crime de falsidade ideológica (art. 299, CP).

2. A conduta de inserir declaração falsa em CTPS subsome-se ao tipo previsto no art. 297, § 3º, inciso II, do Código Penal, sendo competente a Justiça Federal para o processo e julgamento do feito, visto que ofende interesse da Previdência Social (Enunciado n.º 27 desta 2ª CCR).

3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Após o voto do Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. O Dr. Oswaldo José Barbosa acompanhou o voto do Relator.

226. Processo : 1.30.001.002468/2012-86 Voto: 1939/2012 Origem: PR/RJ

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Relator : Dr. José Bonifácio Borges de Andrada Voto: 2110/2012

para  
Acórdão

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE USO DE SELO FALSIFICADO (CP, ART. 296, §1º, INC. I). JUNTA COMERCIAL. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32 - 2ªCCR). INEXISTÊNCIA DE LESÃO DIRETA A BEM, SERVIÇO OU INTERESSE FEDERAL. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO.

1. As Juntas Comerciais são órgãos ou autarquias criadas e mantidas orçamentariamente pelo Estado-membro e administrativamente subordinadas ao governo da unidade federativa em que estão localizadas, situação que justifica o reconhecimento da competência da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes em detrimento daquelas entidades.

2. O crime de uso de documento falso ora em apuração não ofendeu de forma direta bens, serviços ou interesses da União ou qualquer de suas entidades (CF, art. 109, inc. IV). Precedentes do STJ ((CC 119.576/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 21/06/2012); (CC 81.261/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 16/03/2009)).

3. Insistência no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : A 2ª Câmara, por maioria, vencido o Relator, homologou o declínio. Redigirá o Acórdão o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada, que inaugurou a divergência. Participou da votação o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

227. Processo : 007/2010 Voto: 1932/2012 Origem: PRM/IMPERATRIZ-MA

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de estelionato (CP, art. 171, § 3º). Cheque clonado descontado em desfavor de conselho escolar municipal. Ressarcimento do valor pelo Banco do Brasil S.A. Prejuízo suportado pela instituição bancária (Sociedade de Economia Mista). Súmula 42/STJ: "Compete a Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte Sociedade de Economia Mista e os crimes praticados em seu detrimento". Declínio. Revisão (Enunciado n.º 32). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

228. Processo : 1.13.000.001004/2012-43 Voto: 1877/2012 Origem: PR/AM

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato em detrimento de particular (art. 171 do CP). Suposto golpe conhecido como "pirâmide" cometido por meio de sítio da *internet*. Revisão de Declínio (Enunciado n.º 32 da 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

229. Processo : 1.26.000.001816/2012-31 Voto: 1850/2012 Origem: PR/PE

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

- Ementa : Peças de informação. Suposto crime de peculato (CP, art. 312). Compra de títulos públicos por parte de Prefeitura, efetuada com base em preços unitários (PUs) incompatíveis com os praticados no mercado, ocasionando prejuízo ao erário municipal. Utilização de recursos do Regime Próprio de Previdência dos Servidores da Prefeitura do Recife. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
230. Processo : 1.30.001.002139/2012-35 Voto: 1885/2012 Origem: PR/RJ
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem econômica e contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/90, arts. 4º e 7º). Suposta majoração irregular de valor de imóvel por parte de empresas. Revisão de Declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
231. Processo : 1.30.001.004173/2012-44 Voto: 1849/2012 Origem: PR/RJ
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Suposto delito praticado por meio da internet. Invasão de conta de e-mail e de perfil na rede social Facebook. Inexistência de indícios de transnacionalidade da conduta e de tratado internacional do qual a República seja parte visando ao combate do ilícito em questão. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
232. Processo : 1.33.007.000072/2012-32 Voto: 1847/2012 Origem: PRM/TUBARÃO-SC
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 56). Produção de agente químico preservante sem licença e em desacordo com as exigências estabelecidas em lei. Revisão de declínio (Enunciado n.º 32 da 2ª CCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
233. Processo : 1.34.004.001100/2012-21 Voto: 1890/2012 Origem: PRM/CAMPINAS-SP
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Suposta prática de ato obsceno pela *internet* (CP, art. 233). Usuário de sala de bate-papo que ao sair mostrou imagens de cunho obsceno. Sala de bate-papo composta por pessoas de 15 e 20 anos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
234. Processo : 1.15.000.001914/2011-71 Voto: 1879/2012 Origem: PR/CE
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Representação anônima noticiando possível venda de medicamentos superfaturados para secretarias de saúde de diversos municípios e estados. Informação de que distribuidora estaria embutindo o ICMS no preço dos produtos que já continham o referido tributo. Fraude cometida contra órgãos municipais e/ou estaduais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da

- 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
235. Processo : 694/2009 SR/DPF/PA Voto: 1927/2012 Origem: PR/PA  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Inquérito policial. Suposta prática de crimes ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 46), de falsificação de documento público (CP, art. 297) e uso de documento falso (CP, art. 304). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA, operacionalizado por órgão estadual (SEMA/PA). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
236. Processo : 1.10.000.000417/2012-12 Voto: 1855/2012 Origem: PR/AC  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Supostos crimes de ameaça (CP, art. 147) e lesão corporal (CP, art. 129) atribuídos a policial federal. Desavença de ordem particular entre as partes. Informações contidas nos autos revelam que o suposto delito foi praticado fora do exercício da função do agente público. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
237. Processo : 1.15.000.000156/2012-54 Voto: 1878/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Suposto crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º, V). Possíveis irregularidades perpetradas por empresa através da utilização de “laranjas”. Fraude ao fisco estadual a quem compete o recebimento do ICMS. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
238. Processo : 1.17.002.000071/2012-81 Voto: 1881/2012 Origem: PRM/COLATINA-ES  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Exercício ilegal da profissão de odontólogo (CP, art. 282). Inexistência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
239. Processo : 1.34.001.004691/2012-19 Voto: 1891/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Suposto crime de exercício ilegal da Medicina (CP, art. 282). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
240. Processo : 1.19.000.000836/2012-29 Voto: 1924/2012 Origem: PR/MA  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Suposto crime contra a economia popular (Lei nº 1.521/51, art. 2º, IX). Possível negócio intitulado “venda premiada” ou “compra premiada” no qual o cliente sorteado tem suas parcelas quitadas. Ausência de elementos de informação capazes de

justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedente da 2ª CCR (1.00.000.004177/2011-91/MA). Declínio. Remessa equivocada à 3ª CCR. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

241. Processo : 1.34.001.004693/2012-16 Voto: 1923/2012 Origem: PR/SP

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de informação. Suposta prática de maus-tratos contra animais domésticos (Lei nº 9.605/98, art. 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

242. Processo : 1.31.000.001087/2012-52 Voto: 1845/2012 Origem: PR/RO

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de Informação. Denúncia apócrifa. Notícia de que sítio eletrônico publicou matéria insinuando a existência de casa noturna na qual se venderia bebidas alcoólicas a menores de idade. Fato narrado que não se enquadra em qualquer das hipóteses previstas no art. 109, da Constituição Federal. Declínio. Revisão (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES E DE ARQUIVAMENTOS

243. Processo : 1.00.000.010927/2012-44 Voto: 1933/2012 Origem: PRR1

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de Informação. *Notitia criminis* contra membros do Ministério Público Estadual e Federal e pessoas relacionadas à Procuradora-Geral de Justiça. Em relação ao membro do MPF, os fatos narrados já são objeto de investigação nos autos de procedimento criminal em trâmite na PRR1. Quanto aos membros do MPE a competência para seu processamento e julgamento é do Tribunal de Justiça Estadual perante o qual somente o MPE pode atuar (CF, art. 96, inciso III, Constituição do Estado do Amapá, art. 133, II, "a" e Lei nº 8.625/93, art. 40, IV). Arquivamento em relação ao membro do Ministério Público Federal, em razão do princípio do *ne bis in idem* e declínio de atribuições em relação aos membros do Ministério Público Estadual e pessoas relacionadas com a Procuradora-Geral de Justiça. Revisão e homologação.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

244. Processo : 0382/2011 Voto: 1934/2012 Origem: PR/RO

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Inquérito policial. 1) Suposto crime de uso de documento falso (CP, art. 304). Apresentação de fotocópias de documentos contendo protocolos reprográficos da Receita Federal falsos, perante servidora do órgão. Cópia de documento falso não detém potencialidade lesiva. Falsificação grosseira identificada pela servidora quando na posse do documento. 2) Informação de que os documentos originais integram autos de procedimento licitatório no DETRAN/RO, o que pode caracterizar crime de fraude à licitação. Arquivamento em relação ao crime de uso de documento falso e declínio de atribuições quanto a suposto crime de fraude à licitação. Revisão e homologação.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

245. Processo : 1.01.004.000495/2012-96 Voto: 1819/2012 Origem: PRR1

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de informação. Supostos crimes de sonegação de documentos (CP, art. 314) e de desobediência (CP, art. 330) praticados por prefeito municipal. Diligências. Comprovada a apresentação dos documentos e informações solicitados pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Ausência de dolo. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC

- nº 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
246. Processo : 1.17.000.000860/2012-32 Voto: 1829/2012 Origem: PR/ES  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento administrativo. Suposta sonegação fiscal (art. 1º, inc. I, da Lei 8.137/90). Movimentação financeira incompatível com os rendimentos declarados em DIRPF. Ausência de interesse fiscal e de constituição definitiva do crédito tributário. Crime material. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
247. Processo : 1.25.011.000103/2012-68 Voto: 1812/2012 Origem: PRM/PARANAVAÍ-PR  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento administrativo. Suposta sonegação fiscal (art. 1º da Lei 8.137/90). Omitir bens e rendimentos quando da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda, apresentada à Receita Federal do Brasil. Ausência de procedimentos fiscais em desfavor dos investigados. Requisitada instauração de ação fiscal pelo MPF. Não constituição definitiva do crédito tributário. Crime material. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
248. Processo : 1.23.000.000664/2010-07 Voto: 1789/2012 Origem: PR/PA  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Suposto desvio na aplicação de recursos do Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, por parte de empresa farmacêutica (Lei nº 7.492/86, art. 20). Fato ocorrido em 1998. Transcurso de mais de 12 anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
249. Processo : 1.28.000.001098/2012-28 Voto: 1844/2012 Origem: PR/RN  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 70). Não apresentação de Cadastro Técnico Federal referente a comércio varejista. Infração meramente administrativa (Decreto 6.514/2008, art. 76), já punida com aplicação de multa pelo IBAMA. Atipicidade da conduta. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
250. Processo : 1.28.200.000073/2010-99 Voto: 1833/2012 Origem: PRM/CAICÓ-RN  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Inquérito civil público. Suposto crime de responsabilidade de ex-prefeito (DL nº 201/67). Convênio celebrado entre a FUNASA e município. Notícia de desvio de verbas públicas e enriquecimento ilícito. Diligências. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crime. Arquivamento. Remessa dos autos às 2ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do MPF. Revisão e homologação de arquivamento quanto à matéria criminal (LC nº 75/93, art. 62, IV). Remessa à 5ª CCR para análise da promoção de arquivamento no âmbito de suas atribuições.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
251. Processo : 1.29.011.000185/2010-30 Voto: 1803/2012 Origem: PRM/URUGUAIANA-RS  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Inquérito civil público instaurado para acompanhar atuação administrativa da OAB em relação a suposto crime de estelionato (CP, art. 171) praticado por advogada. Apuração de fato criminoso (estelionato) foi declinada ao Ministério Público Estadual. Inexistência de

- indícios de ilicitude a deflagrar a atribuição do Ministério Público Federal. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
252. Processo : 1.31.000.000850/2012-28 Voto: 1800/2012 Origem: PR/RO  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Irregularidades em instalações físicas e elétricas de universidade federal. Defeitos de conservação que devem ser apreciados na esfera administrativa e cível. Remetidas cópias dos autos à PRDC para análise quanto à segurança e interesse dos alunos na prestação educacional. Ausência de indícios de crime. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
253. Processo : 1.33.000.001274/2012-61 Voto: 1792/2012 Origem: PR/SC  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Apuração de crime de estelionato (CP, art. 171). Notícia de devolução de cheque sem provisão de fundos apresentado perante a Caixa Econômica Federal que, supostamente, não teria sido assinado pelo titular da conta. Posterior depósito do mesmo cheque em conta de posto de combustível. Diligências. Informação de que não houve prejuízo à Empresa Pública. Atipicidade. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
254. Processo : 1.33.001.000318/2012-26 Voto: 1798/2012 Origem: PRM/BLUMENAU-SC  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de desobediência (CP, art. 330). Descumprimento de penhora de percentual de faturamento de empresa. Falta de intimação do depositário para apresentar a forma de efetivação da penhora sobre o faturamento, para fins de aprovação judicial, conforme art. 655-A, § 3º, do CPC. Não configuração de crime. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
255. Processo : 1.34.001.001243/2011-82 Voto: 1809/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Notícia anônima relatando a existência de página na *internet* contendo pornografia infantil. Diligência. Páginas registradas a partir de endereço em Roma, na Itália. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Promoção de arquivamento. Revisão e homologação (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recomendação ao Procurador da República oficiante no sentido de que comunique os fatos à INTERPOL, para adoção das providências que entender cabíveis.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
256. Processo : 1.34.001.001303/2011-67 Voto: 1837/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Notícia anônima relatando a existência de página na *internet* contendo pornografia infantil. Diligência. Página registrada em endereço situado nos Estados Unidos da América. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Promoção de arquivamento. Revisão e homologação (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recomendação ao Procurador da República oficiante no sentido de que comunique os fatos à INTERPOL, para adoção das providências que entender cabíveis.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
257. Processo : 1.34.001.001994/2011-07 Voto: 1835/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

- Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Notícia anônima relatando a existência de página na *internet* contendo pornografia infantil. Diligência. Páginas registradas a partir de endereço na Ucrânia, mas com hospedagem em provedores localizados nos Estados Unidos da América. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Promoção de arquivamento. Revisão e homologação (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recomendação ao Procurador da República oficiante no sentido de que comunique os fatos à INTERPOL, para adoção das providências que entender cabíveis.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
258. Processo : 1.34.001.003597/2011-61 Voto: 1834/2012 Origem: PR/SP
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Notícia anônima relatando a existência de página na *internet* contendo pornografia infantil. Diligência. Página registrada em endereço situado nos Estados Unidos da América. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Promoção de arquivamento. Revisão e homologação (LC nº 75/93, art. 62, IV). Recomendação ao Procurador da República oficiante no sentido de que comunique os fatos à INTERPOL, para adoção das providências que entender cabíveis.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
259. Processo : 1.35.000.000607/2012-61 Voto: 1816/2012 Origem: PR/SE
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Procedimento investigatório criminal. Tentativa de roubo de celular institucional em posse de servidora da PGR (CP, art. 157 c/c art. 14, II). A vítima em comento não foi alvo da ação criminosa em virtude de suas funções institucionais. Fatos já são objeto de apuração em inquérito policial instaurado pela Polícia Civil do Estado de Sergipe. A atuação do Ministério Público Federal no caso em tela restringe-se ao acompanhamento institucional, via Chefia Administrativa, do apuratório instaurado no âmbito da Delegacia de Turismo da Polícia Civil. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
260. Processo : 1.35.000.000754/2012-31 Voto: 1839/2012 Origem: PR/SE
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Supostas irregularidades praticadas pelo INCRA por descumprimento de cláusulas de convênio. Diligências. Completa execução da obra e implantação dos serviços projetados. Ausência de tipicidade penal. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
261. Processo : 1.34.022.000280/2009-19 Voto: 1790/2012 Origem: PRM/JAU-SP
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Notícia anônima relatando que um usuário teria transmitido mensagem via e-mail contendo material pornográfico envolvendo crianças e adolescentes. Existência de inquérito policial instaurado para apurar os mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
262. Processo : 1.34.012.000483/2012-11 Voto: 1818/2012 Origem: PRM/SANTOS-SP
- Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho
- Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Ausência de reiteração da conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio

263. Processo : 1.29.011.000231/2010-09 Voto: 1802/2012 Origem: PRM/URUGUAIANA-RS  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Inquérito civil público instaurado para acompanhar ação penal proposta pelo MPF referente a delito de uso de documento falso (CP, art. 304). Sentença absolutória nos autos da ação penal, com trânsito em julgado. Perda do objeto deste procedimento. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
264. Processo : 1.28.000.000572/2012-02 Voto: 1805/2012 Origem: PR/RN  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Peças de informação. Crime ambiental. Pesca de lagosta mediante uso de petrechos não permitidos (Lei nº 9.605/98, art. 34, parágrafo único, II). Cancelamento do Auto de Infração do IBAMA que ensejou a instauração das presentes peças de informação em razão de *bis in idem*. Inexistência de outras providências a serem adotadas nestes autos. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
265. Processo : 1.34.001.000847/2012-92 Voto: 1811/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 29, III). Denúncia de comercialização de animais da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental competente. Diligências. Informação do IBAMA que a empresa investigada está autorizada a comercializar os animais citados na representação e em dia com suas obrigações legais junto ao órgão. Ausência de crime. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
266. Processo : 1.34.001.000539/2010-03 Voto: 1814/2012 Origem: PR/SP  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Supostos crimes de desobediência (CP, art. 330), condescendência criminosa (CP, art. 320) e favorecimento pessoal (CP, art. 348). Prescrição em relação aos crimes de condescendência criminosa e favorecimento pessoal, cujos fatos ocorreram em 2006. Apuração, em separado, do crime de desobediência. Promoção de arquivamento dos crimes de condescendência criminosa e favorecimento pessoal pela prescrição da pretensão punitiva estatal (CP, art. 109, VI). Revisão e homologação de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
267. Processo : 1.17.000.001073/2012-16 Voto: 1830/2012 Origem: PR/ES  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 2º, I). Inserção de informações falsas para transmissão de declarações de compensação à Receita Federal, por pessoa jurídica, com o intuito de extinguir créditos tributários. Fatos ocorreram em 15/09/2006, 14/11/2006 e 08/12/2006. Pena de detenção de 6 meses a 2 anos, e multa. Prescrição da pretensão punitiva estatal (CP, art. 109, V). Extinção da punibilidade. Arquivamento. Revisão e homologação de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
268. Processo : 1.17.000.000651/2009-93 Voto: 1828/2012 Origem: PR/ES  
Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A), sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A) e contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90, art. 1º). Diligências à Receita Federal do Brasil. Créditos tributários baixados por liquidação. Extinção da punibilidade (Lei nº 9.430/96, art. 83, § 4º). Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV).



- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
269. Processo : 1.15.000.002067/2011-61 Voto: 1827/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível prática de crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 55). Extração ilegal de areia de leito de rio. Existência de inquérito policial instaurado para apurar os mesmos fatos (IPL nº 1286/2011 SR/DPF/CE). Aplicação do princípio do “ne bis in idem”. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
270. Processo : 1.15.000.001552/2012-07 Voto: 1826/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, § 3º). Realização de saque indevido de uma parcela de benefício previdenciário após o óbito da titular, por pessoa não identificada. Ausência de indícios de autoria delitiva. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
271. Processo : 1.15.000.001549/2012-85 Voto: 1825/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, § 3º). Realização de saque indevido de uma parcela de benefício previdenciário após o óbito da titular, por pessoa não identificada. Ausência de indícios de autoria delitiva. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
272. Processo : 1.15.000.000363/2009-11 Voto: 1824/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (CP, art. 337-A). Diligências. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei nº 11.960/09. Equiparação ao pagamento para fins de extinção de punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. A ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação do Municípios, para sua quitação. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
273. Processo : 1.12.000.000840/2010-86 Voto: 1823/2012 Origem: PR/AM  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime eleitoral (CE, art. 299). Notícia de suposta captação ilícita de sufrágio mediante o cadastramento de pessoas para distribuição de cestas básicas em troca de votos. Inexistência de informações mínimas, tais como a indicação de possíveis beneficiários, que autorizem o início da investigação dos fatos denunciados. Arquivamento. Comunicação ao representante. Sem recurso. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
274. Processo : 1.01.004.000552/2012-37 Voto: 1831/2012 Origem: PRR1  
 Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho  
 Ementa : Peças de informação. Suposto crime de responsabilidade praticado por prefeito municipal (Decreto-Lei 201/67, art. 1º, XIV). Descumprimento de ordem judicial que determinou, em sede de tutela antecipada e sob pena de multa diária, o fornecimento de medicamento utilizado para prolongar a vida de pacientes acometidos por câncer. Bloqueio de valores das contas do município para aquisição do medicamento. Apresentação de justificativa escrita pelo prefeito para o não cumprimento imediato da ordem judicial. O paciente, parte

autora no processo judicial, iniciou os levantamentos, contra o numerário municipal judicialmente constrito, para fins de custeio da medicação de que necessita. Preservado o bem “vida”. Aplicação do princípio da intervenção mínima do Direito Penal. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

275. Processo : 1.15.000.001544/2012-52 Voto: 1842/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Alberto Carvalho de Vilhena Coelho

Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato contra o INSS (CP, art. 171, § 3º). Realização de saques indevidos, por pessoa não identificada, de parcelas de benefício previdenciário após o óbito do titular. Ausência de indícios de autoria delitiva e de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual, uma vez que passados mais de onze anos da ocorrência do fato. Arquivamento. Revisão e homologação do arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV).

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

**Relator: Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré**

## **ORIGEM JUDICIAL**

### **NÃO PADRÃO**

276. Processo : 000890545.2012.4.05.8100 Voto: 1991/2012 Origem: VF/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.

2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Não reincidência delitiva.

5. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância.

6. Insistência no arquivamento em relação ao crime de descaminho.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

277. Processo : 501242296.2012.404.7001 Voto: 1986/2012 Origem: VF/PR

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informações instauradas para apurar a prática do crime de descaminho (CP, art. 334), tendo em vista a apreensão de mercadorias de procedência estrangeira sem comprovação de internação regular no país.

2. O membro do Ministério Público Federal requereu o arquivamento do feito com base no princípio da insignificância, pedido indeferido pelo magistrado.

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes.

5. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

278. Processo : 002270298.2012.4.01.3800 Voto: 1931/2012 Origem: VF/MG  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, § 3º). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). SAQUE INDEVIDO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO APÓS A MORTE DA TITULAR. INDÍCIOS SUFICIENTES DA MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 171, §3º, do Código Penal, devido à constatação de saque indevido de benefício previdenciário realizado supostamente pela procuradora da beneficiária.  
2. O arquivamento na atual fase da persecução criminal só seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.  
4. Presentes indícios de autoria e da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*.  
5. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
279. Processo : 843.02.2012.4.01.3905 Voto: 356/2012 Origem: VF/PA  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 20 DA LEI Nº 4.947/66. APROPRIAÇÃO ILEGAL DE TERRAS PÚBLICAS PERTENCENTES À UNIÃO. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do crime previsto no art. 20 da Lei nº 4.947/66, em razão da apropriação ilegal de terras pertencentes à União.  
2. O arquivamento mostra-se prematuro, porquanto, inexistente demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa, impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.  
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.  
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
280. Processo : 000369214.2011.4.03.6107 Voto: 1987/2012 Origem: VF ARAÇATUBA/SP  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE MOEDA FALSA (ART. 289, § 1º, DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). COLOCAR EM CIRCULAÇÃO CÉDULAS DE R\$ 50,00 FALSIFICADAS. CRIME IMPOSSÍVEL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática do delito previsto no art. 289, § 1º, do Código Penal, em razão da colocação em circulação de cédulas de R\$ 50,00 falsificadas.  
2. Não há justa causa para o arquivamento, diante dos indícios de autoria e materialidade. Os argumentos de crime impossível não merecem prosperar, pois dizem respeito ao mérito da persecução penal, devendo ser analisados à luz das provas a serem produzidas durante a instrução processual.  
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e do *in dubio pro societate*.

4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
281. Processo : 001424046.2012.4.01.3900 Voto: 1990/2012 Origem: VF/PA
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). SUBTRAÇÃO DE VALORES COM ARROMBAMENTO DE COFRES DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. AUSÊNCIA DE AUTORIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática do crime previsto no art. 155, § 4º, do Código Penal, em razão da subtração de valores de agência da Caixa Econômica Federal.
2. O arquivamento mostra-se prematuro, porquanto inexistente demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa, impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, sobretudo quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
282. Processo : 000142983.2012.4.02.5110 Voto: 382/2012 Origem: VF/RJ
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (LEI Nº 8.137/90). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. INDÍCIOS DE AUTORIA. POSSIBILIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de sonegação fiscal, previsto no artigo 1º da Lei nº 8.137/90, tendo em vista a possível ilusão de tributos federais por representantes de sociedade empresarial.
2. O Membro do *Parquet* Federal promoveu o arquivamento do inquérito, com base na ausência de procedimentos fiscal contra a empresa e pelo caráter anônimo e genérico da representação encaminhada pelo MPT. Discordância da Magistrada.
3. Não há nos autos nenhuma informação ou diligência na Junta Comercial, a fim de verificar quais os administradores ou representantes legais da empresa. Ademais, a denúncia não é genérica como afirmado pelo Procurador Oficiante na promoção de arquivamento.
4. O arquivamento no atual estágio da persecução criminal, apenas seria admitido se existente demonstração inequívoca, segura e convincente de causa excludente da ilicitude ou extintiva da punibilidade, sem a qual impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do contraditório.
5. Presentes indícios de autoria e prova da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*. Precedentes.
6. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
283. Processo : 000275375.2010.4.04.7001 Voto: 1975/2012 Origem: VF/PR
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, I, DA

LEI Nº 8.137/90). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C LC 75/93, ART. 62 – IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R\$ 8.024,59. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. A incidência do princípio da insignificância aos débitos tributários que não ultrapassem o limite de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei nº 10.522/02, tem cabimento, ao menos por ora, unicamente nos delitos de descaminho e não em todos os crimes contra a ordem tributária.

2. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

284. Processo : 000222806.2012.4.01.3801 Voto: 378/2012 Origem: VF JUIZ DE FORA/MG

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 C/C 304 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PEDIDO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *“Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência.”*

2. Súmula 438 do STJ.

3. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

285. Processo : 2008.38.01.002520-2 Voto: 376/2012 Origem: 4ª VARA DE JUIZ DE FORA/MG

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO E USO DE DOCUMENTO PARTICULAR (ART. 298 C/C 304 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PEDIDO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *“Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência.”*

2. Súmula 438 do STJ.

3. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

286. Processo : 2009.81.00.002069-1 Voto: 2003/2012 Origem: JF/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (CP, ART. 168-A) E SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP). PREFEITO MUNICIPAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, LC Nº 75/93). PARCELAMENTO NOS TERMOS DA LEI Nº 11.960/09. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado a partir de representação fiscal para fins penais em face de Prefeitura Municipal, para apurar a possível prática dos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP) e sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP).

2. O crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei nº 11.960/09 c/c o inciso I do art. 160 da Constituição Federal, equiparando-se ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação do Municípios, para sua quitação.

3. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

287. Processo :000583760.2012.4.05.8400 Voto: 1684/2012 Origem: VF/RN  
Relator :Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa :INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE INSERÇÃO DE MOEDA FALSA EM CIRCULAÇÃO (CP, ART. 289 – § 2º). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a autoria e materialidade do crime de inserção de moeda falsa em circulação (CP, art. 289 – § 2º).  
2. O arquivamento mostra-se prematuro diante da necessidade de realizar diligências suplementares, de forma a esclarecer referências e condutas constantes nos autos.  
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.  
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.  
Decisão :Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
288. Processo :1.33.000.003884/2011-19 / 0000087-18.2012.4.04.7200 Voto: 1905/2012 Origem: JF/SC  
Relator :Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa :PEÇAS DE INFORMAÇÃO. APURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 171 §3 DO CP. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. IMPROCEDÊNCIA. ATRIBUIÇÃO DO MPF.  
1. Peças de informação instauradas para apurar a possível prática do crime de tentativa de estelionato qualificado (Art. 171, §3, do CP), devido à notícia da clonagem de um cheque de correntista da Caixa Econômica Federal.  
2. Numa eventual consumação do delito, o prejuízo recairia sobre o ente federal, já que este seria obrigado a ressarcir os clientes lesados. Competência do juízo federal. Precedente do STJ.  
3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.  
Decisão :Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
289. Processo :000986246.2012.4.05.8100 Voto: 1994/2012 Origem: JF/CE  
Relator :Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa :PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.  
1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.  
2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).  
3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.  
4. Não reincidência delitiva.  
5. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância.  
6. Insistência no arquivamento em relação ao crime de descaminho.  
Decisão :Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
290. Processo :501311058.2012.4.04.7001 Voto: 1998/2012 Origem: JF/PR  
Relator :Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa :PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. REVISÃO DE

ARQUIVAMENTO (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de peças de informações instauradas para apurar a prática do crime de descaminho (CP, art. 334), tendo em vista a apreensão de mercadorias de procedência estrangeira sem comprovação de internação regular no país.

2. O membro do Ministério Público Federal requereu o arquivamento do feito com base no princípio da insignificância, pedido indeferido pelo magistrado.

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes.

5. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

291. Processo : 000001018.2012.404.7003 Voto: 1995/2012 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 19 DA LEI Nº 7.492/86 (CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO) . REVISÃO DO ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93). OBTENÇÃO POR FRAUDE DE FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do delito previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, em razão da concessão de financiamento bancário fraudulento para a aquisição de uma motocicleta.

2. O membro do MPF requereu o arquivamento do feito com base na atipicidade penal da conduta, por entender aplicável ao caso o princípio da insignificância, em razão do valor do financiamento/empréstimo não ultrapassar R\$ 10.176,00. O julgador, discordando dos fundamentos invocados pelo MPF para o arquivamento, indeferiu o pedido .

3. No caso dos autos, além do prejuízo à instituição financeira, a ofensividade da conduta não é mínima, já que encerra significativa lesão à higidez e à credibilidade do Sistema Financeiro Nacional, comprometendo o mercado financeiro e a proteção ao investidor. 4. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

## ORIGEM INTERNA

### NÃO PADRÃO

292. Processo : 2009.38.10.001591-7 Voto: 1988/2012 Origem: PRM – POUSO ALEGRE/MG

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (40 DA LEI Nº 9605/98). CONSTRUIR TANQUES, ESCAVADOS NO SOLO, PARA CULTURA DE PEIXES FORA DA ÁREA DE AMORTECIMENTO DO PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO PAPAGAIO. REVISÃO DO DECLÍNIO (ENUNCIADO Nº 33). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de crime contra o meio ambiente (art. 40 da Lei nº 9.605/98), consistente na instalação de dez tanques para criação de peixes em área de preservação ambiental (APA- Serra da Mantiqueira).

2. O Procurador da República oficiante declinou de suas atribuições por entender que, embora a área do dano encontre-se inserida em unidade de conservação federal de uso sustentável, norma posterior incluiu a área em questão no interior do Parque Estadual Serra do Papagaio (unidade de conservação estadual de proteção integral), que, por ser regulada por normas mais restritivas afasta o interesse da União e firma a competência da Justiça Estadual.

3. Informações contida nos autos revelam que a conduta do infrator interferiu diretamente em unidade de conservação federal. Elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.

4. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.

- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
293. Processo : 1.22.000.002074/2011-29 Voto: 1983/2012 Origem:PR/MG  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CIBERNÉTICO. RELACIONAMENTO AMOROSO VIRTUAL. GOLPE NIGERIANO. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF.  
 1. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Corte tem competência para dirimir conflito de atribuições entre Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal.  
 2. Pela remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
294. Processo : 1.11.000.000384/2012-73 Voto: 1948/2012 Origem:PR/AL  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 203, CP). CRIME DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A, CP). CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP) E USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP).  
 1. Crime contra a organização do trabalho (art. 203, do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado 32, 2ª CCR). Malgrado entendimento jurisprudencial em sentido contrário, a competência é federal. Não homologação do declínio de atribuições. Prosseguimento da persecução penal pelo Ministério Público Federal.  
 2. Crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A, do CP). Inexistência de constituição definitiva do crédito tributário e, conseqüentemente, de condição objetiva de punibilidade (Súm. Vinc. nº 24, STF). Homologação do arquivamento.  
 3. Falsidade ideológica (art. 299, do CP) e uso de documento falso (art. 304, do CP). revisão de arquivamento (art. 62, inc. IV, LC nº 75/93). Impossibilidade de absorção pelo delito principal. Potencial lesivo para a prática de outras infrações. Não homologação do arquivamento. Competência da Justiça Federal. Designação de outro membro para prosseguimento da persecução.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
295. Processo : 1.25.003.006516/2012-55 Voto: 1978/2012 Origem:PRM/FOZ DO IGUAÇU/PR  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ARTIGO 205 DO CÓDIGO PENAL. ADVOGADO, SUSPENSO ADMINISTRATIVAMENTE PELA OAB, APRESENTOU RESPOSTA À ACUSAÇÃO NO JUÍZO ESTADUAL EM CUMPRIMENTO DE CARTA PRECATÓRIA. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N.º 32). A COMPETÊNCIA É FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.  
 1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar a prática do crime previsto no art. 205 do Código Penal, em razão do exercício irregular da advocacia por causídico que se encontrava suspenso pela OAB.  
 2. O Procurador da República oficiante declinou de suas atribuições por entender que o feito deve ser processado e julgado no âmbito da Justiça Comum Estadual.  
 3. Versando o feito sobre o exercício da advocacia em desacordo com decisão emanada da OAB, no desempenho de sua função institucional de fiscalizar a profissão de advogado, resta inconteste a competência da Justiça Federal para processá-lo e julgá-lo, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.  
 4. Pela não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro para dar continuidade à persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
296. Processo : 1.33.004.000024/2012-74 Voto: 1946/2012 Origem:PRM/JOAÇABA/SC  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré



Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. APURAÇÃO DOS DELITOS DE DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTURAL (ARTS. 334 E 184 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV) E REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO Nº 32). ARQUIVAMENTO CUMULADO COM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL. AUSÊNCIA DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICAÇÃO DA SÚMULA 122 DO STJ. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Procedimento administrativo instaurado para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334, caput, do Código Penal) e de violação de direito autoral (art. 184, § 2º do CP).

2. As mercadorias apreendidas foram avaliadas em R\$ 177,00 e os tributos iludidos foram estimados em R\$ 112,08.

3. O Procurador da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do feito quanto ao crime de descaminho e pela declinação da competência à Justiça Estadual quanto ao suposto delito contra a propriedade intelectual.

4. Aplicável ao caso dos autos o princípio da insignificância ao suposto crime de descaminho. Precedentes do STJ e STF.

5. Violação de direito autoral. Art. 184, § 2º, do CP. Proteção criminal prevista em convenção internacional. Indícios de que o delito se iniciou em território estrangeiro. Competência da Justiça Federal.

6. Pela designação de outro membro para prosseguir da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

297. Processo : 1.34.022.000069/2012-93 Voto: 1558/2012 Origem:PRM – JAÚ/SP

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, ART. 299). JUNTA COMERCIAL. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32/2ªCCR). INEXISTÊNCIA DE LESÃO DIRETA A BEM, SERVIÇO OU INTERESSE FEDERAL. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO.

1. As Juntas Comerciais são órgãos ou autarquias criadas e mantidas orçamentariamente pelo Estado-membro e administrativamente subordinadas ao governo da unidade federativa em que estão localizadas, situação que justifica o reconhecimento da competência da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes em detrimento daquelas entidades.

2. O crime em apuração não ofendeu de forma direta bens, serviços ou interesses da União ou qualquer de suas entidades (CF, art. 109, inc. IV). Precedentes do STJ ((CC 119.576/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 21/06/2012); (CC 81.261/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 16/03/2009)).

3. Insistência no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por maioria o voto do Relator. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

298. Processo : 1.30.001.004083/2012-53 Voto: 1894/2012 Origem: PR/RJ

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, ART. 299). JUNTA COMERCIAL. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32/2ªCCR). INEXISTÊNCIA DE LESÃO DIRETA A BEM, SERVIÇO OU INTERESSE FEDERAL. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO.

1. As Juntas Comerciais são órgãos ou autarquias criadas e mantidas orçamentariamente pelo Estado-membro e administrativamente subordinadas ao governo da unidade federativa em que estão localizadas, situação que justifica o reconhecimento da competência da Justiça Estadual para processar e julgar os crimes em detrimento daquelas entidades.

2. O crime em apuração não ofendeu de forma direta bens, serviços ou interesses da União ou qualquer de suas entidades (CF, art. 109, inc. IV). Precedentes do STJ ((CC 119.576/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 21/06/2012); (CC 81.261/BA, 3ª SEÇÃO, DJe 16/03/2009)).

3. Insistência no declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

299. Processo : 1.30.017.000254/2012-04 Voto: 1678/2012 Origem:PR/RJ

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEIS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 171, (ESTELIONATO) E 334 (DESCAMINHO) DO CP. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática dos delitos previstos nos arts. 171 e 334 do CP. O representante afirma ter adquirido produto eletrônico em loja virtual, porém não recebeu a mercadoria ou o estorno do valor pago. Ademais, o autor da denúncia afirmou que a maior parte dos produtos comercializados na loja são produtos provenientes do Paraguai, introduzidos clandestinamente em território nacional.

2. O arquivamento mostra-se prematuro diante da necessidade de realizar diligências suplementares junto à Receita Federal para verificar a procedência dos produtos comercializados na loja virtual, e se tais mercadorias, caso sejam importadas, entraram regularmente em território nacional.

3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.

4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DECLÍNIO

300. Processo : 2012.50.03.000009-7 Voto: 1563/2012 Origem:PRM – SÃO MATEUS/ES

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peça informativa. Possível crime de usuração de bens da União (Lei nº 8.176/91, art. 2º). Extração de matéria-prima da União (areia), sem as devidas licenças da autoridade competente. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Prova pericial atesta que a retirada de areia foi mínima e não houve alteração do local, motivo pelo qual a vegetação nativa voltou a crescer. Não houve exploração para fins econômicos e, por conseguinte, usuração do patrimônio mineral da União. Atipicidade. Homologação do arquivamento. Crime remanescente. Extração de recursos minerais, previsto no art. 55 da lei 9.605/98. Ausência de prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

301. Processo : 1.28.200.000014/2012-82 Voto: 1919/2012 Origem:PRM – CAICÓ/RN

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 60 da Lei nº 9.605/98), consistente na construção de um canal (27m de comprimento por 3m de largura) potencialmente poluidor, em açude público, sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Área não pertencente à União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

302. Processo : 1.29.006.000283/2012-16 Voto: 1907/2012 Origem:PRM – RIO GRANDE/RS

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de ameaça (CP, art. 147). Notícia da ocorrência de ilícitos penais em diversas cidades atribuídos a integrantes de facção criminosa, consistente em perseguição e ameaças que atentam contra a vida dos denunciante. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

303. Processo : 1.00.000.011951/2012-09 Voto: 1918/2012 Origem:PRM – SÃO JOÃO DE MERITI/RJ

- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de ameaça (CP, art. 147). Notícia da ocorrência de ilícito penal atribuído aos supostos herdeiros de imóveis ocupados por posseiros, após estes ajuizarem ação de usucapião. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Controvérsia decorre de relação jurídica entre particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
304. Processo : 1.34.001.000202/2012-50 Voto: 1557/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível prática incitação de ao crime (art. 286 do CP). Publicação em página da Internet, denominada *orkut*, incentivando a prática de atos sexuais contra portadores de Síndrome de *Down*. *Não há indício de racismo, mas sim de incitação ao crime*. Página administrada por empresa com representação no Brasil, a qual detém as informações relativas ao respectivo responsável pelas páginas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
305. Processo : 1.17.000.001341/2012-91 Voto: 1502/2012 Origem: PR/ES  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis crimes de apropriação indébita (art. 168 do CP) e ameaça (art. 147 do CP). Ex-síndico condominial estaria ameaçando moradores contrários ao seu mandato. Os condôminos alegam, ainda, que foram cobradas cotas extras sob o pretexto de melhorias e construções que não se efetivaram. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Prejuízo a particulares. Inexistência de qualquer indício de lesão a bem, serviço ou interesse da União ou de suas entidades. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio ao MPE.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
306. Processo : 1.22.000.000051/2012-61 Voto: 1511/2012 Origem: PR/MG  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de calúnia (art. 138 do CP) praticado em detrimento de magistrada federal. Revisão de declínio (Enunciado nº 32, 2ªCCR). Trata-se de “querela pessoal” que não ocorreu no âmbito da função jurisdicional da juíza. Conflito entre particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
307. Processo : 1.35.000.001013/2012-77 Voto: 388/2012 Origem: PR/SE  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível estelionato praticado pela *internet* em detrimento de particular (CP, art. 171). Compra de mercadorias sem o recebimento do produto e estorno do valor pago. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
308. Processo : 1.14.000.001254/2012-46 Voto: 1910/2012 Origem: PR/BA  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Supostas irregularidades atribuídas a pessoas jurídicas privadas na prestação de serviços públicos no âmbito de governo estadual. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Não há indícios de que os ilícitos tenham vulnerado bens, serviços ou interesse da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal Federal para a persecução penal. Homologação de declínio ao Ministério

- Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
309. Processo : 1.00.000.011720/2012-97 Voto: 1917/2012 Origem:PRM - RESENDE/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Crime de responsabilidade de Prefeito (Decreto-lei nº 201/67). Notícia de supostas irregularidades relacionadas à prestação de serviços municipais. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Não há alusão a que as verbas tenham origem em programas ou convênios federais. Valores não sujeitos a prestação de contas a Órgão Federal. Inteligência das Súmulas de nº 208 e 209 do STJ. Homologação de declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
310. Processo : 1.14.000.000932/2012-53 Voto: 1906/2012 Origem: PR/BA  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peça de informação. Crime de responsabilidade de Prefeito (art. 1º do Decreto-Lei nº 201). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Decretar estado de emergência em município, em razão da queda de arrecadação do FPM, para, logo em seguida, realizar contratações à margem do devido processo licitatório. Não há alusão a que as verbas tenham origem em programas ou convênios federais. Valores não sujeitos a prestação de contas a órgão federal. Inteligência das Súmulas de nº 208 e 209 do STJ. Homologação de declínio ao MPE.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
311. Processo : 00184/2011 DPF/JFA/MG Voto: 371/2012 Origem:PRM – JUIZ DE FORA/MG  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Inquérito policial. Possível crime de estelionato perpetrado contra particular (art. 171 do CP). Revisão de Declínio (Enunciado n.º 33). Cobrança de taxas cartorárias por parte da imobiliária em desfavor de seus clientes, em que pese tais valores estarem cobertos ou subsidiados por programa governamental. Diligências. Descontos efetuados sem participação de servidor público federal. Prejuízo suportado exclusivamente por particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio ao MPE.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
312. Processo : 1.34.004.001060/2012-18 Voto: 392/2012 Origem:PRM - CAMPINAS/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível prática de exploração sexual de menores (ECA art. 241). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Exposição de menor à prostituição. Ausência de internacionalidade na conduta. Não há elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
313. Processo : 1.34.004.000902/2012-14 Voto: 1915/2012 Origem:PRM – CAMPINAS – SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de favorecimento da prostituição (art. 228 do CP), mediante a realização de propagandas e a inclusão de imagens de garotas de programa em página eletrônica. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ªCCR). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
314. Processo : 1.34.001.004523/2012-23 Voto: 1920/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Notícia da existência de suposta organização criminosa composta por integrantes dos quadros da Polícia Militar, da Justiça Militar Estadual e do Ministério Público Estadual, voltada à prática de crimes contra a Administração Pública e contra a

- vida (grupo de extermínio). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao MPE.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
315. Processo : 1.13.000.001005/2012-98 Voto: 1909/2012 Origem: PR/AM
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível crime de homicídio (art. 121 do CP), supostamente praticado por policiais militares contra cidadão colombiano na cidade de Manaus. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
316. Processo : 1.00.000.011956/2012-23 Voto: 2002/2012 Origem: PRM – TUBARÃO/SC
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime de lesão corporal (art. 129 do CP) praticado por particular contra particular e de omissão de socorro (art. 135 do CP) praticado por policiais militares contra particulares. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Embora o crime de omissão de socorro tenha sido praticado por militares estaduais a competência deve ser atribuída à Justiça Comum Estadual, visto que se trata de crime comum, que não possui correspondência com nenhum daqueles tipificados no Código Penal Militar. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal em relação às condutas em destaque. Homologação do declínio de atribuições ao MPE.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
317. Processo : 1.14.000.001644/2012-16 Voto: 1912/2012 Origem: PR/BA
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Suposto crime de preconceito religioso (art. 20 da Lei nº 7.716/89). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). A vítima alega ter sido ofendida por diretor de instituição de ensino em razão de professar a religião evangélica. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Fato ocorrido entre particulares e sem qualquer implicação internacional. Homologação do declínio ao MPE.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
318. Processo : 1.33.007.000056/2012-40 Voto: 1916/2012 Origem: PRM - TUBARÃO/SC
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 56). Produzir agente químico preservante em desconformidade com as exigências estabelecidas em lei. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por maioria o voto do Relator. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
319. Processo : 1.26.000.001867/2012-62 Voto: 1911/2012 Origem: PR/PE
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Notícia de possíveis irregularidades na realização de procedimentos licitatórios supostamente fraudulentos no âmbito de Sociedade de Economia Mista (CHESF). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Não há alusão a que as verbas tenham origem em programas ou convênios federais. Súmula 42/STJ: “Compete a Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte Sociedade de Economia Mista e os crimes praticados em seu detrimento”. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao MPE.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

320. Processo : 1.30.001.004104/2012-31 Voto: 390/2012 Origem: PR/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças de Informação. Notícia de suposto crime de tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006, art. 33) Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Ausência de indícios de transnacionalidade do crime de tráfico. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
321. Processo : 1.12.000.000356/2012-19 Voto: 1922/2012 Origem: PR/AP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de usura (art. 4º da Lei nº 1.521/51). Suposta prática de empréstimos de dinheiro a juros, exigindo-se como garantia a entrega de cartões de benefícios sociais e respectivas senhas a terceiros. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
322. Processo : 1.34.001.003430/2012-81 Voto: 1559/2012 Origem: PR/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de violação de direitos autorais (CP, art. 184). Utilização de nome de uma marca em domínios da internet sem autorização. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
323. Processo : 1.00.000.011786/2012-87 Voto: 370/2012 Origem: PRM - JAÚ/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças de Informação. Possível crime de abandono material (art. 244 do CP). Denúncia anônima relatando que mulher idosa estaria sendo vítima de provável "violência doméstica". Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
324. Processo : 1.00.000.012744/2012-63 Voto: 1900/2012 Origem: PRM – S.J. DE MERITI/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças de informação. Notícias de crime eleitoral praticado por candidato nas eleições municipais de Nova Iguaçu/RJ, consistente na compra de votos em troca de serviços sociais da Prefeitura. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Eleitoral. Remessa dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral da 2ª Região para apuração do crime eleitoral supostamente praticado por candidato em eleição municipal.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
325. Processo : 1.33.000.000020/2011-45 Voto: 1898/2012 Origem: PR/SC  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarre  
 Ementa : Peças informativas. Suposto crime de estelionato cometido contra particular (CP, art. 171). Venda de créditos para um aplicativo na internet, os quais foram descontados, sem, contudo, serem disponibilizados para o uso. Revisão de Declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio ao MPE.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

326. Processo : 1.34.001.005188/2012-81 Voto: 1904/2012 Origem:PR/SP  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (CP, art. 218-B). Representação noticiando que monitor escolar estaria abusando de adolescentes sob seu cuidado. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Inexistência de indícios de transnacionalidade da conduta. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
327. Processo : 1.34.001.000741/2012/99 Voto: 1895/2012 Origem:PRM - OSASCO/SP  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A do CP). Alterar, mediante fraude, sistema que computa multas do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN). Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
328. Processo : 1.28.000.001018/2012-34 Voto: 1675/2012 Origem:PR/RN  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Apuração de possível crime contra a honra praticado em detrimento de particular. Suposta criação de *site* com nome da representante, de forma indevida, com fotos pornográficas e ofensas. Revisão de declínio (Enunciado nº 32). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
329. Processo : 1.30.006.000047/2012-71 Voto: 1677/2012 Origem:PRM – NOVA FRIBURGO/RJ  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime ambiental (Lei n. 9.605/98, art. 60). Loteamento realizado sem autorização da autoridade ambiental competente. Revisão de declínio (Enunciado 32 da 2ª CCR). Diligência. Inexistência de indícios de que a atividade foi desenvolvida em área pertencente à União ou a quaisquer de suas entidades. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

330. Processo : 0000418-20.2012.403.6006 Voto: 1914/2012 Origem:PRM/DOURADOS/MS  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : MATÉRIA: Procedimento investigatório criminal. Possível crime de sonegação fiscal (art. 1º da lei nº 4.729/65). Prefeitura municipal estaria expedindo alvarás a estabelecimentos comerciais constituídos na forma de pessoa física em lugar de pessoas jurídicas. Aparente dano ao erário federal. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Ofício expedido a Receita Federal. Em resposta, a RFB informou que o tema não se inseria em suas prioridades de fiscalização. Materialidade da conduta ainda não configurada (Súmula Vinculante nº 24 do STF). Inexistência de procedimento fiscal ou manifestação de interesse pela Receita Federal. Não há indícios suficientes de crimes, mas sim de irregularidade administrativa na expedição de alvarás pela municipalidade. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
331. Processo : 1.17.001.000111/2012-03 Voto: 1782/2012 Origem: PRM/CACH. DE ITAPEMIRIM  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

- Ementa : MATÉRIA: Peças de informação. Suposto crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Possível descumprimento de obrigação ambiental por parte de pessoa jurídica que não se inscreveu no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras. Revisão de arquivamento (LC nº 75/98, art. 62, IV). Ausência de lesão ambiental, ou de qualquer fato que caracterize ilícito penal, decorrente da omissão em não se inscrever no referido Cadastro. Atipicidade. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
332. Processo : 1.29.009.001489/2012-25 Voto: 1509/2012 Origem: PRM/SANTANA DO LIVRAMENTO
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crime de ameaça (art. 147 do CP), cometidos por professor contra alunos de Universidade Federal. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). A possível ameaça foi gravada clandestinamente pelos estudantes em áudio. Diligências. Não caracterização. As palavras utilizadas pelo acusado não tiveram o condão de causar temor, intimidar a vítima ou viciar a sua vontade. As frases proferidas assemelham-se a conselhos e orientações a serem seguidas pelos alunos. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
333. Processo : 1.36.000.001040/2006-64 Voto: 1783/2012 Origem: PR/TOCANTINS
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : MATÉRIA: Inquérito civil público. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A) e ato de improbidade administrativa. O ex-gestor municipal não teria retido o percentual de 11%, em favor do INSS, quando da realização de diversos pagamentos. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências junto à Receita Federal. Ausência de procedimento fiscal. Não se verificou a existência de elementos suficientes a comprovarem a prática do ilícito previdenciário. Não se vislumbram novas diligências capazes de mudar o panorama atual. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
334. Processo : 1.25.002.001184/2012-22 Voto: 1784/2012 Origem: PRM/CASCADEL/PR
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação instauradas a partir de ofício da Direção de Penitenciária Federal noticiando a instauração de Procedimento Administrativo para apuração de suposta falta disciplinar de natureza grave imputada a interno. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Possível conduta criminosa não caracterizada. Resultado das diligências apontou apenas a ocorrência de “transgressão disciplinar”. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
335. Processo : 1.14.002.000011/2012-71 Voto: 1785/2012 Origem: PRM/CAMPO FORMOSO/BA
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Apuração de supostas irregularidades, ocorridas no âmbito de Vara Federal, em razão de terem sido encontradas, na gaveta de uma mesa ocupada por um dos servidores, duas pastas contendo documentos pessoais de terceiros que aparecem como litigantes contra o INSS em ações previdenciárias. Revisão de arquivamento (LC nº 75/1993, art. 62, IV). Diligências. Esclarecimentos. Documentos não vinculados formalmente aos autos judiciais. Mero descuido funcional a ser apurado no âmbito administrativo. Atipicidade da conduta. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
336. Processo : 1.24.001.000090/2012-83 Voto: 1786/2012 Origem: PRM/CAMPINA GRANDE/PB
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º, inciso I, Lei nº 8.137/90), consistente na redução do *quantum* de impostos devidos por pessoa jurídica, na compensação de crédito tributário. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Ausência de indícios de dolo específico em suprimir e/ou reduzir tributo, bem como do resultado naturalístico supressão ou redução de tributos. Agente que efetuou



- compensação tributária baseado em decisões judiciais. Injustificável prosseguimento das investigações. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
337. Processo : 1.30.006.000170/2010-20 Voto: 1787/2012 Origem: PRM/NOVA FRIBURGO/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Informações prestadas pela Receita Federal revelam a inexistência de indícios de irregularidades praticadas pelas pessoas jurídicas investigadas ou seus sócios. Ausência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
338. Processo : 1.10.000.000560/2012-12 Voto: 1788/2012 Origem: PR/AC  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Apuração de possível crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do CP). Titular informou que a agência bancária suspendeu o benefício previdenciário, em razão de suposto recebimento indevido por terceira pessoa. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que o segurado já recebeu os valores relativos ao benefício previdenciário anteriormente suspenso. A referida suspensão ocorreu por irregularidade no cadastro do beneficiário, mas que a sua situação já está normalizada. Não há constatação da prática de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
339. Processo : 1.32.000.000300/2012-71 Voto: 1791/2012 Origem: PR/RR  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Penetrar em Unidade de Conservação, onde a visitação pública é proibida pelas normas aplicáveis. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Conduta apontada pelo órgão fiscalizador não encontra descrição típica na Lei dos Crimes Ambientais, figurando como possível ilícito administrativo (Decreto nº 6.514/08). Atipicidade. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
340. Processo : 1.11.000.000936/2012-43 Voto: 1793/2012 Origem: PR/AL  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A). Recolhimento não efetuado pelo empregador das contribuições previdenciárias descontadas dos empregados. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Uma vez oficiada para abertura de procedimento administrativo fiscal em face do contribuinte faltoso, a Receita Federal pediu reconsideração do pleito, tendo em vista que o volume dos valores envolvidos não são considerados relevantes para o fisco. Excepcional reconhecimento da irrelevância da conduta. Atipicidade. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
341. Processo : 1.28.000.001197/2012-18 Voto: 1795/2012 Origem: PR/RN  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de peculato (CP, art. 312). consistente na utilização indevida por parte de Prefeitura do nome de médico no Programa de Saúde de Família. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que não houve qualquer irregularidade que apontem o nome de médico utilizado irregularmente pela municipalidade perante o Ministério da Saúde na implementação do aludido programa. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

342. Processo : 1.29.000.001293/2012-11 Voto: 1797/2012 Origem: PRM/RIO GRANDE/RS  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Possível pesca profissional, sem portar permissão do órgão ambiental competente. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Esclarecimentos. Conduta apontada pelo órgão fiscalizador não encontra descrição típica na Lei dos Crimes Ambientais, figurando como possível ilícito administrativo com aplicação de multa (Decreto nº 6.514/08, art. 37). Não há notícia de que a pesca tenha ocorrido em período ou local vedados. Atipicidade. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
343. Processo : IPL Nº 00720/2011 Voto: 1807/2012 Origem: PRM/ARAPIRACA/AL  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Inquérito policial. Suposta prática do crime de estelionato ( art. 171, § 3º, do CP). Acusado omitiu informações acerca de seus rendimentos para fins de habilitação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. O Ministério do Desenvolvimento Agrário atestou que não foi constatada nenhuma irregularidade vinculada à Declaração de Aptidão ao PRONF em nome do investigado. Ausência de elementos suficientes de materialidade delitiva. Inexistência de elementos de informação mínimos necessários à deflagração de persecução penal. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
344. Processo : 1.10.000.000189/2012-81 Voto: 1808/2012 Origem: PR/AC  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Impedir a regeneração natural de 9 (nove) hectares de vegetação nativa por meio da criação de gado e de limpeza de pastagem. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam a existência de Termo Circunstanciado (nº 117/2011-DPF/CZS/AC), fl. 16, em que se apuram os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
345. Processo : 1.35.000.000440/2004-28 Voto: 1810/2012 Origem: PR/SE  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Descontar dos salários dos empregados contribuições previdenciárias sem repassar aos cofres da Previdência Social. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam a existência de procedimento administrativo (nº 1.00.000.002605/2005-01), fl. 03, em que possivelmente se apuram os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
346. Processo : 1.23.001.000010/2012-27 Voto: 1813/2012 Origem: PRM/MARABÁ/PA  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Transportar 10.000m³ de madeira serrada sem licença das autoridades ambientais. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam a existência de peças de informação (nº 1.23.001.000005/2012-14), fl. 19, em que se apuram os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
347. Processo : 1.35.000.001120/2012-03 Voto: 389/2012 Origem: PR/SE  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de contrabando (art. 334 do CP). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam que já houve

- instauração de inquérito policial ( nº 389/12-SR/DPF-SE) sobre os fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
348. Processo : 1.30.917.001387/2011-65 Voto: 1815/2012 Origem: PRM/SÃO JOÃO DE MERITI/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97. Fazer funcionar emissora de Radiodifusão em Frequência Modulada sem a devida autorização do Ministério das Comunicações. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam a existência de procedimento investigatório (nº 1.30.917.001974/2008-59), fl. 01, em que se apuram os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
349. Processo : 1.20.000.001390/2010-77 Voto: 1817/2012 Origem: PRM/SINOP/MT  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de contrabando/descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam, à fl. 39, a instauração de inquérito policial (IPL nº 420/2009), para apurar os mesmos fatos ora tratados. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
350. Processo : 1.01.004.000539/2012-88 Voto: 1506/2012 Origem: PRR/1ª REGIÃO  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possíveis irregularidades praticadas por gestor municipal no pagamento de serviço de transporte escolar (Lei 8.666/93). O micro-ônibus utilizado para a prestação do serviço é fruto de uma sociedade entre o representante e particular. No entanto, o prefeito estaria pagando o valor integral a apenas um dos sócios. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Conflito entre particulares. Atipicidade. Ademais, não restou evidenciado nos autos qualquer utilização de verbas federais para custear as despesas com o transporte escolar. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
351. Processo : 1.23.000.001173/2012-37 Voto: 2000/2012 Origem: PR/PA  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de Informações. Suposto crime de fraude processual (art. 347 do CP). O investigado ajuizou ação trabalhista em face de sociedade empresarial, em que pese o seu nome constar como sócio-gerente no contrato social da empresa. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Notícia oriunda de vara do trabalho de que o investigado poderia ter cometido o delito acima citado. Diligências. Verificação da ocorrência de crime de fraude processual em 02/06/2008. Ocorrência de prescrição de pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
352. Processo : 1.33.000.001065/2012-18 Voto: 1504/2012 Origem: PR/SC  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de dano ao patrimônio da Caixa Econômica Federal (art. 163, III, do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Fatos não presenciados por testemunhas. Inexistência de imagens de vídeo do ocorrido. O registro de serviços técnicos realizados na agência demonstra que foram realizados apenas procedimentos rotineiros. Ausência de materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
353. Processo : 1.17.000.001327/2012-98 Voto: 1503/2012 Origem: PR/ES  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento administrativo. Apuração da prática, em tese, de crime de denúncia

caluniosa (CP, art. 339), por suposta acusação de crime de corrupção eleitoral. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). A colisão de depoimentos é frontal, mas não há como distinguir o verdadeiro do falso. A absolvição quanto ao crime eleitoral deu-se por insuficiência de provas e não por inocorrência do fato criminoso. Não caracterização. Ausência de elementos necessários à configuração do tipo penal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

354. Processo : 1.36.000.000655/2012-11 Voto: 1820/2012 Origem: PR/TO

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

355. Processo : 1.00.000.011870/2012-09 Voto: 373/2012 Origem: PRM/TABATINGA/AM

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

356. Processo : 1.20.001.000190/2012-59 Voto: 154/2012 Origem: PRM/CÁCERES/MT

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

357. Processo : 1.15.000.001070/2012-49 Voto: 1821/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

358. Processo : 1.33.004.000075/2012-04 Voto: 1822/2012 Origem: PRM/JOAÇABA/SC

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

359. Processo : 1.33.004.000076/2012-41 Voto: 1832/2012 Origem: PRM/JOAÇABA/SC

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

360. Processo : 1.29.008.000352/2012-63 Voto: 1836/2012 Origem: PRM/URUGUAIANA/RS  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (CP, art. 334). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
361. Processo : 1.34.012.000801/2011-63 Voto: 1838/2012 Origem: PRM/SANTOS/SP  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Acusado teria descumprido ordem judicial que determinava o depósito do montante devido a título de penhora. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que houve cumprimento integral da medida judicial determinada pelo Juiz. Atipicidade do fato. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
362. Processo : 1.01.004.000476/2012-60 Voto: 1840/2012 Origem: PRR/1ª REGIÃO  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Apuração dos crimes previstos nos arts. 330 (desobediência) e 314 (sonegação de documentos) do Código Penal. Deixar o Prefeito de atender à solicitação da Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego para a apresentação de documentos e informações indicados pelo referido órgão. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Solicitação atendida plenamente. Ausência da prática de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
363. Processo : 1.24.001.000078/2011-98 Voto: 1841/2012 Origem: PRM/CAMPINA GRANDE/PB  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos em convênio celebrado entre o INCRA e associação de assentados destinados à realização de obras de reformas de casas e a transformação de um galpão em laboratório de informática. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Esclarecimentos. Os fatos foram noticiados sem suporte documental. Notificadas a autarquia e a associação juntaram farta documentação acerca da execução do convênio. Notificado um dos autores da notícia, não se manifestou. Os demais não foram localizados. Não se vislumbram novas diligências. ausência de indícios de crime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
364. Processo : 1.15.000.000692/2012-50 Voto: 391/2012 Origem: PR/CE  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Representação formulada por Tribunal de Contas estadual noticiando suposta prática de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A do CP) por representante de prefeitura municipal. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). I. Diligências junto à Receita Federal do Brasil. Recolhimentos regulares. Não constatação da materialidade delitiva. Inexistência de elementos concretos a respeito dos ilícitos perpetrados. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
365. Processo : 1.30.020.000269/2012-13 Voto: 384/2012 Origem: PRM/SÃO GONÇALO/RJ  
 Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
 Ementa : Peças de informação. Representação encaminhada pelo Ibama noticiando possível óbice a sua ação fiscalizatória (art. 69 da Lei 9.605/98). Funcionários de concessionária que administra rodovia federal teriam bloqueado a passagem de viatura particular a serviço da autarquia pelos pedágios existentes. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Não

houve a ação dolosa de obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do órgão. Eventual incorreção na ação dos funcionários da concessionária se amoldam a prática de infração administrativa, mas jamais consistem na prática do crime doloso comunicado. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

366. Processo : 1.23.002.000229/2012-16 Voto: 1508/2012 Origem: PRM/SANTARÉM/PA

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Autos de infração lavrados pelo IBAMA para apurar o suposto crime contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético (Lei 9.605/98). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). A conduta se resumiu a deixar de apresentar documentos quando devidamente notificado pelo IBAMA. A conduta se amolda a possível ilícito administrativo que tem sancionamento próprio. Caráter subsidiário e fragmentário do direito penal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

367. Processo : 1.15.000.000794/2012-75 Voto: 387/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Representação noticiando que Major do Exército Colombiano estaria irregular no país e alojado em quartel da Polícia Militar do Ceará (art. 334 do CP). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações obtidas junto à Polícia Federal indicam que o militar alienígena entrou no país no dia 03/01/2012 e saiu do território nacional no dia 17/01/2012, dentro do prazo regular conferido pelo visto de trânsito de estrangeiros. Ausência de suporte probatório mínimo apto a justificar o prosseguimento da persecução penal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

368. Processo : 1.17.002.000085/2010-33 Voto: 1513/2012 Origem: PRM/COLATINA/ES

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Notícia de suposto crime material contra a ordem tributária (art. 1º, Lei 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Inexistência de constituição definitiva do crédito tributário e, consequentemente, de condição objetiva de punibilidade. Súmula Vinculante nº 24, do STF. Esgotadas várias diligências junto à Receita Federal, verificou-se a completa ausência de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

369. Processo : 1.15.000.000079/2010-71 Voto: 1507/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A) possivelmente praticada por gestor municipal que deixou de recolher ao INSS as contribuições previdenciárias descontadas da remuneração de seus servidores. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, inc. IV). Diligências nº 207 à Receita Federal do Brasil. Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao Parcelamento Especial regido pela Lei n. 11.196/05, com as alterações decorrentes da Lei n. 11.960/2009. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isto porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recurso do Fundo de Participação do Municípios, para sua quitação. Interpretação sistemática do art. 96-§4º da Lei n. 11.196/09 c/c o inciso I do parágrafo único do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

370. Processo : 1.15.000.002262/2008-96 Voto: 1843/2012 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de sonegação previdenciária imputado a Prefeito Municipal (art. 337-A do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV).

Adesão ao programa de parcelamento de crédito tributário (Lei nº 11.960/09). Equiparação ao pagamento para fins de extinção de punibilidade. Não obstante o teor do Enunciado n. 19 desta 2ª CCR, na hipótese de parcelamento ofertado aos Municípios com base na Lei n. 11.960/09, que é o caso do autos, a adesão a referido programa equipara-se ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isso porque a ausência de pagamento na data do respectivo vencimento autoriza a retenção e o repasse à Receita Federal de recursos do Fundo de Participação do Município, para sua quitação. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

371. Processo : 1.13.000.000997/2012-36 Voto: 372/2012 Origem: PR/AM

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Autos de infração lavrados pelo IBAMA para apurar o suposto acesso ao conhecimento tradicional associado ou a componente do patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, sem a autorização do órgão competente. (art. 70 da Lei 9.605/98). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). A Medida Provisória nº 2.186-16 prescreve que eventual ação ou omissão que viole suas normas enseja apenas ilícitos administrativos. Caráter subsidiário e fragmentário do direito penal. Conduta atípica. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

372. Processo : 1.13.000.000385/2007-86 Voto: 1846/2012 Origem: PR/AM

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 46, parágrafo único). Transportar e manter em depósito 14,0m³ de madeira serrada da espécie angelim, sem autorização do órgão competente. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Fatos ocorridos em 2006. Prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, inciso V). Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

373. Processo : 1.29.015.000116/2012-58 Voto: 1848/2012 Origem: PRM/SANTA ROSA/RS

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, do CP). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Receber irregularmente benefício assistencial. Diligências. Constata-se que o último recebimento ocorreu em 31/10/2003. Réu conta com mais de 70 (setenta) anos de idade (art. 115 do CP), fl. 04. Pela pena em abstrato, a prescrição estaria regulada em 12 anos (art. 109, III, do CP), reduzida pela metade, restará estabelecida em 6 (seis) anos. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal (CP, art. 109, IV). Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

374. Processo : 1.30.001.000444/2012-92 Voto: 1505/2012 Origem: PRR/2ª REGIÃO

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de prevaricação (art. 319 do CP) Procurador da República somente ofereceu denúncia após 16 (dezesseis) meses do recebimento de inquérito policial. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Condições objetivas, como excesso de serviço, justificam a simples demora no oferecimento da denúncia. Ausência de elementos mínimos sobre a configuração do fim especial de agir exigido pelo tipo penal de prevaricação, que consiste na *satisfação de interesse ou sentimento pessoal*. Ademais, a omissão se encerrou no momento do oferecimento da denúncia em 04/07/2008. Pena máxima de 1 (um) ano. Lapso prescricional de 4 (quatro) anos. Ocorrência da prescrição. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

375. Processo : 1.24.002.000038/2012-17 Voto: 1561/2012 Origem: PRM/SOUZA/PB

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento Administrativo. Representação noticiando que médico teria negado o

fornecimento de recibos de consultas médicas realizadas em seu consultório, para fins de dedução no Imposto de Renda Pessoa Física. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). O representante não sofreu qualquer prejuízo, tendo em vista que os recibos foram fornecidos em tempo hábil. Irregularidade sanada. Ademais, a Receita Federal informou inexistir procedimento fiscal em curso. Fato atípico. Possível ilícito administrativo. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

376. Processo : 3408.2012.000202-0 Voto: 1512/2012 Origem: PR/SP

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Inquérito Policial. Crime de roubo (art. 157, §2º, inciso II). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Apuração de crime de roubo cometido em desfavor de carteiro dos correios. Exaurimento das investigações possíveis. Ausência de indícios mínimos de autoria. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

377. Processo : 1.14.007.000085/2012-67 Voto: 1562/2012 Origem: PRM/VIT. DA CONQUISTA/BA

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Procedimento Administrativo. Supostos crimes de Sonegação Fiscal (Artigo 1º, IV, da Lei nº 8.137/90) e Estelionato (art.171, §3, do CP). Redução de tributos federais. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Remissão Integral dos débitos referentes aos valores sonegados mediante a utilização de recibos médicos falsos. Condutas ocorridas até 2002. A investigada possui mais de 70 anos de idade. Lapso prescricional de 06 (seis) anos do crime de estelionato. Ocorrência da prescrição. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

378. Processo : 1.11.000.000084/2008-16 Voto: 1560/2012 Origem: PR/AL

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes de fraude à execução (art. 179 do CP) e contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Os fatos ocorreram em 2006. No primeiro delito, verifica-se que a pena máxima em abstrato é de 2 (dois) anos. Lapso prescricional de 4 (quatro) anos. Ocorrência da prescrição. Quanto ao ilícito tributário, constatou-se a ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidades das condutas ainda não configuradas. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

379. Processo : 1.23.002.000321/2012-86 Voto: 1856/2012 Origem: PRM/SANTARÉM/PA

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade das condutas ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

380. Processo : 1.13.000.001010/2012-09 Voto: 374/2012 Origem: PR/AM

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré

Ementa : Peças de informação. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade das condutas ainda não configuradas. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Comunicação a Receita Federal. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

381. Processo : 1.00.000.000042/2012-37 Voto: 1501/2012 Origem: PRM/MARABÁ/PA

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré



- Ementa : Peças de informação. Suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC nº 75, art. 62, IV). Sem constatação. Resultado das diligências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta para inexistência de trabalhadores em condições degradantes na propriedade rural fiscalizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
382. Processo : 1.12.000.000162/2012-13 Voto: 1902/2012 Origem: PR/AP
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária (lei 8.137/90). Encaminhamento de procedimento fiscal que originou inscrição em dívida ativa contra sociedade empresarial, para análise pelo MPF. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam que no presente procedimento houve mero pedido de compensação de créditos, que restou indeferido, tendo sido o referido crédito tributário inscrito em dívida ativa, que já está sendo cobrado judicialmente. A compra de créditos de terceiros com o intuito de compensar débitos tributários não implica, por si só, em fraude. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
383. Processo : 1.34.001.003336/2011-41 Voto: 1896/2012 Origem: PR/SP
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime ambiental (lei 9.605/98. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam que os fatos ora tratados já foram distribuídos e autuados em vara criminal na Justiça Estadual (autos nº 0022883-80.2010.8.26.0004). Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
384. Processo : 1.00.000.011723/2012-21 Voto: 393/2012 Origem: PRM/SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Peças de informação. Possível crime de falso testemunho ou falsa perícia (art. 342 do CP). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Informações contidas nos autos revelam que os fatos ora tratados já são objeto de investigação em Inquérito Policial. Princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
385. Processo : 1.04.004.000041/2009-16 Voto: 1865/2012 Origem: PRR/4ª REGIÃO
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade de Prefeito (Decreto-Lei nº 201/67). Acompanhamento da aplicação de recursos públicos federais repassados a município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio de convênio, tendo por objeto a construção de escola infantil. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Conclusão do objeto do convênio. Prestação de contas apresentada. Ausência de indícios da prática de crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei nº 201/67 ou na Lei nº 8.666/93. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
386. Processo : 1.04.004.000458/2010-12 Voto: 1871/2012 Origem: PRR/4ª REGIÃO
- Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré
- Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade de Prefeito (Decreto-Lei nº 201/67). Acompanhamento da aplicação de recursos públicos federais repassados a município pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, por meio de convênio, tendo por objeto a construção de escola infantil. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Diligências. Conclusão do objeto do convênio. Ausência de indícios da prática de crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei nº 201/67 ou na Lei nº 8.666/93. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

387. Processo : 1.23.000.001399/2011-57 Voto: 1680/2012 Origem:PR/PA  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de Informação. Denúncia anônima noticiando suposto crime de fraude à execução (art. 179 do CP). Conluio para forjar processo trabalhista no intuito de esquivarem-se da cobrança de vultosa dívida contraída por pessoa jurídica junto ao Banco do Brasil, cujo processo de execução encontra-se em tramitação. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Denúncia genérica. Falta de suporte probatório mínimo. Fatos noticiados já foram objeto de investigações anteriores (nº 1.23.000.000922/2010-47 e 1.23.000.00069/2010-03). Inexistência de novos elementos. Ausência de dados concretos a justificar a continuidade do feito ou adoção de qualquer outra providência. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
388. Processo : 1.12.000.000503/2012-51 Voto: 1899/2012 Origem: PR/AP  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Representação noticiando possível fraude em linhas de crédito oferecidas pelo INCRA, tais como crédito habitação e fomento. O representante alegou que, em meio às tentativas de obter acesso ao crédito oferecido pela Autarquia Federal, verificou existir três tipos de créditos acessados por ele. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Em resposta ao ofício expedido pelo MPF, o INCRA aduziu que não houve concessão de crédito em favor do requerente e que os lançamentos indevidos ocorreram de falha do sistema operacional. Irregularidade sanada. O interessado foi notificado da resposta do referido órgão federal e assentiu no arquivamento do feito. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
389. Processo : 1.15.000.001447/2006-11 Voto: 1875/2012 Origem: PR/CE  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Omitir a inclusão de empregados em folha de pagamento ou Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (Lei nº 10.684/03, art. 9º, § 2º). Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
390. Processo : 1.31.000.001058/2012-91 Voto: 1897/2012 Origem:PR/RO  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de peculato (art. 312 do CP). Utilização de veículo oficial para fins particulares. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC 75/93). O agente público utilizou o veículo para fins particulares, devolvendo-o após o uso. Ausência de dolo em se apropriar do bem público. Peculato de uso. Conduta Atípica. Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.
391. Processo : 1.24.001.000149/2012-33 Voto: 1903/2012 Origem: PRM/CAMPINA GRANDE/PB  
Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de responsabilidade praticado por ex-prefeito (DL 201/67, art. 1º, III) por aplicação de parte de verbas oriundas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desacordo com a legislação vigente. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Fatos ocorridos em 1999. Pena máxima cominada para tal conduta é de 03(três) anos de detenção. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, IV). Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

392. Processo : 1.00.000.000252/2012-89 Voto: 1500/2012 Origem: PR/AC

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Procedimento administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Possível demora na prestação de serviços pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) a estrangeiro refugiado. Haitiano diagnosticado com câncer conseguiu transferência para hospital especializado em outra unidade da federação. Porém, em razão do fato de ter entrado de maneira irregular no país, era necessária a expedição do Cadastro de Pessoa Física (CPF) para que a viagem pudesse ser realizada. Segundo o declarante, a morosidade para a expedição do referido documento acarretou falecimento do estrangeiro. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. A expedição de CPF não está entre as atribuições do referido Departamento. Ademais, não houve qualquer comunicação aos policiais de que o alienígena se encontrava hospitalizado, motivo pelo qual não foi possível a realização de atendimento prioritário ao haitiano. Não se constatou qualquer irregularidade no desempenho da atividade policial que possa resultar em eventual investigação/responsabilização de cunho criminal dos agentes policiais envolvidos. Ausência de outras providências a serem tomadas. Exaurimento do objeto deste procedimento. Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

393. Processo : 1.16.000.001958/2012-44 Voto: 1880/2012 Origem:PR/DF

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Representação firmada pela Federação Nacional dos Policiais Federais (FENAPEF) em que é solicitada a realização de fiscalização por parte do MPF quanto à normalidade e legalidade das condições de trabalho dos servidores do DPF na área de inteligência, especificamente no tocante à realização de exames de audiometria. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Diligências. Não se constatou qualquer irregularidade no desempenho da atividade policial que possam resultar em eventual investigação/responsabilização de cunho criminal dos agentes policiais envolvidos, por parte do MPF no exercício do controle externo da atividade policial. Comunicação feita à área criminal da PR/DF. Ausência de outras providências a serem tomadas. Exaurimento do objeto deste procedimento. Homologação de arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

394. Processo : 1.34.030.000070/2011-38 Voto: 383/2012 Origem:PRM/JALES/SP

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Peças informativas. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de apurar a ocorrência de disparo de arma de fogo e lesão corporal envolvendo policiais federais. Durante operação para reprimir o tráfico de entorpecentes, a arma de agente da polícia federal disparou acidentalmente, quando este tomou a direção de veículo, e o projétil atingiu superficialmente outro agente que estava no banco do carona. Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62 – IV). A sindicância aberta para investigar o fato foi arquivada ante a não comprovação da prática de qualquer transgressão disciplinar. Disparo acidental. Inexistência do elemento subjetivo do tipo necessário à configuração do delito (dolo). Atipicidade da conduta. Lesão superficial em que não se verificou culpa do agente portador da arma e ausência de representação do policial atingido, que depõe esclarecendo situação que se mostrou fortuita. Inocorrência de crime e de representação da vítima. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

395. Processo : 1.00.000.011808/2012-17 Voto: 1882/2012 Origem: PRM/JAÚ/SP

Relator : Dr. Carlos Augusto da Silva Cazarré  
Ementa : Procedimento administrativo. Relatório decorrente da inspeção realizada na Delegacia de Polícia Federal de Araraquara/SP, no dia 5 de junho de 2012, para ciência. Relatório de inspeção em ordem. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Esgotamento do objeto do Procedimento. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Oswaldo José Barbosa Silva.

**Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen**

## ORIGEM JUDICIAL

### NÃO PADRÃO

396. Processo : 0000029-94.2012.404.7109 Voto: 2111/2012 Origem: JF/RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. POSSÍVEL CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (ART. 1º, I, DA LEI N. 8.137/90). ARQUIVAMENTO COM BASE NA AUSÊNCIA DE DOLO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de procedimento investigatório para apurar possível crime de sonegação fiscal, previsto no art. 1º, I, da Lei n. 8.137/90, tendo em vista que o investigado, supostamente, teria omitido informações de renda, na declaração anual de IRPF, para reduzir o valor dos tributos devidos.

2. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento por entender, em suma, que não restou satisfatoriamente demonstrado nos autos o dolo do agente em omitir receita, fato que seria imprescindível para a configuração do delito de sonegação fiscal.

3. Houve discordância do Magistrado (fl. 410), cujo fundamento foi no sentido de que a ausência de dolo dependeria de provas colhidas durante a instrução penal.

4. Da análise da representação fiscal, verifica-se que existe um montante de renda cuja origem foi não comprovada pelo investigado, em total desarmonia com as rendas discriminadas na sua declaração de imposto de renda, razão pela qual é possível concluir que há indícios da possível prática de sonegação fiscal, por meio de suposta omissão de receitas.

5. Considerando, então, a flagrante discrepância entre os valores declarados ao fisco e os valores efetivamente por ele apurados, bem como a inexistência de elementos por meio dos quais se possa aferir a inequívoca ausência de dolo, o arquivamento se mostra prematuro.

6. Ademais, no atual estágio em que se encontra o feito, vigora o princípio *in dubio pro societate*, que impõe o seu prosseguimento.

7. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

397. Processo : 0003201-97.2007.4.05.8400 Voto: 2112/2012 Origem: JF/RN

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 207 DO CP). ALICIAMENTO DE TRABALHADORES. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO VIRTUAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito Policial instaurado para apurar a prática do crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207 do CP).

2. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento com base na prescrição da pretensão punitiva em perspectiva, alegando que os investigados não teriam antecedentes criminais e que todos os demais critérios de fixação da pena-base lhes seriam favoráveis.

3. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o pedido de arquivamento, sob o fundamento de que, pelas circunstâncias e gravidade dos fatos em apuração, não se descartaria a possibilidade de eventual condenação dos investigados a uma pena cujo montante não seria passível de reconhecimento da prescrição almejada pelo *Parquet*.

3. Conforme o estabelece o Enunciado n. 28 desta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, é *"inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal"*.

4. Verifica-se, então, que o arquivamento se mostra prematuro, tanto pela análise das circunstâncias específicas do caso concreto, quanto pela impossibilidade jurídica de aplicação da prescrição virtual, tese amplamente rechaçada pela jurisprudência pátria. STF, HC 97599, de 15/04/2010. Enunciado n. 438 da Súmula do STJ.

5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

398. Processo : 129-20.2012.4.01.3201 (IPL 0289/2010 DPF/AM) Voto: 2136/2012 Origem: VF/AM

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). ARQUIVAMENTO COM BASE NA AUSÊNCIA DE DOLO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do CP, tendo em vista que o investigado teria rompido o lacre de equipamento transmissor de rádio e supostamente ligado para testá-lo, descumprindo ordem da Anatel, que lhe teria confiado o equipamento como depositário do bem.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por ausência de dolo, argumentando que o investigado não teve intenção deliberada de descumprir uma ordem legal expedida por funcionários públicos. Houve discordância do Magistrado, que vislumbrou a existência indícios suficientes do dolo para a prática do crime de desobediência.

3. Verifica-se que a controvérsia entre o representante do *Parquet* oficiante e o Magistrado está relacionada ao mérito da própria persecução penal, consistente na análise da existência ou não de dolo por parte do investigado.

4. Acontece que, sem adentrar no mérito da discussão, o possível crime de desobediência narrado nos autos já se encontra prescrito desde o dia 11/02/2012, uma vez que o termo de apreensão foi lavrado em 11/02/2010, e o lapso prescricional do delito, à época, era de 2 (dois) anos (art. 109, VI, do CP, com a redação anterior à Lei n. 12.234, de 05 de maio de 2010).

5. Insistência no pedido de arquivamento, por razões diversas das invocadas pelo Procurador da República oficiante.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

399. Processo : 0004223-03.2011.403.6107 Voto: 2113/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R\$ 88.169,86. DISCUSSÃO A RESPEITO DA PRESENÇA DA ELEMENTAR FRAUDE PARA A CONFIGURAÇÃO DO TIPO PENAL. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime previsto no art. 334 do CP, tendo em vista que os investigados foram surpreendidos quando transportavam, sem documentação fiscal devida, equipamentos eletrônicos avaliados em R\$ 173.432,45, e os tributos devidos avaliados em R\$ 88.169,86.

2. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do inquérito por entender ausente evidência de que a importação tenha sido secundada de expediente fraudulento destinado a iludir o pagamento de tributos. Asseverou que a mera posse sem documentação não é indício de qualquer subterfúgio para transpassar a fronteira, bem como que o simples fato de transpô-la sem pagar imposto não significa iludir o seu pagamento. Frisou ainda que inadimplência não se confunde com fraude. Houve discordância do Magistrado.

3. No descaminho enquanto infração penal, a ação de *iludir* não pressupõe necessariamente o emprego de fraude com o propósito de enganar o fisco, sendo suficiente a burla consistente em não declarar às autoridades alfandegárias, por iniciativa do próprio agente, a introdução em território nacional de produto que ultrapassa a quota prevista e, assim, frustrar o pagamento dos impostos federais devidos, pelo que, sendo conduta omissiva, inexistente necessidade de se provar o fim especial de agir do agente.

4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que estão presentes indícios de autoria e materialidade delitiva, e que o fato se amolda perfeitamente ao tipo penal previsto no art. 334 do CP.

5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

400. Processo : 13388.58.2012.4.01.3500 Voto: 2114/2012 Origem: JF/GO

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APREENSÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS SEM

DOCUMENTAÇÃO LEGAL DE IMPORTAÇÃO (ART. 334 DO CP). PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO INDIRETO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, LC N. 75/93). COMPETÊNCIA DO LOCAL DA APREENSÃO DOS BENS. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 151 DO STJ. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime de descaminho (art. 334 do CP), tendo em vista que o investigado foi surpreendido enquanto introduzia mercadorias estrangeiras no país sem a documentação de sua regular importação.

2. O Procurador da República requereu o declínio de competência em favor da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, uma vez que a apreensão teria ocorrido no Município de Prata-MG, aplicando assim a regra de competência constante do Enunciado n. 151 da Súmula do STJ.

3. O Juiz Federal indeferiu o pedido de declínio sob o fundamento de que a competência seria do juízo do local da efetiva apreensão – lugar de formalização do termo de apreensão –, e não do local onde o investigado fora abordado.

4. Conforme estabelece o Enunciado n. 151 da Súmula do STJ, a competência para o processo e julgamento pelo crime de descaminho define-se pelo local da apreensão dos bens, que deve ser interpretado como o lugar onde foram encontradas as mercadorias, ainda que a formalização do procedimento administrativo de apreensão tenha ocorrido em local diverso. Precedente 2ª CCR (Voto nº 1180/2011, Relator Douglas Fischer, 532ª Sessão, de 21/03/2011, Processo MPF n. 1.00.000.002263/2011-69).

5. Insistência no declínio de competência para a Subseção Judiciária de Uberlândia-MG.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

401. Processo : 0000073-14.2012.403.6181 Voto: 2115/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 241-A DA LEI N. 8.069/90 (ECA). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). ARQUIVAMENTO INDEFERIDO. IMAGENS DE SEXO EXPLÍCITO ENVOLVENDO CRIANÇAS OU ADOLESCENTES. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar o possível crime previsto no art. 241-A da Lei n. 8.069/90 (ECA), consistente na divulgação, no sítio de relacionamentos denominado Orkut, de imagens de sexo explícito envolvendo crianças ou adolescentes.

2. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento por entender que, de todas dez as imagens pornográficas postadas no perfil investigado, apenas uma delas poderia levantar alguma dúvida sobre a idade das pessoas envolvidas, sem que fosse possível, entretanto, certificar a sua idade verdadeira, com a certeza necessária à persecução penal.

3. Houve discordância do Magistrado, cujo entendimento foi no sentido de que, entre as dez imagens pornográficas, quatro delas seriam de adolescentes ou crianças, além de ressaltar que o próprio nome do perfil já indicaria o conteúdo pedófilo das fotografias.

4. Da análise das fotos, verifica-se que assiste razão ao Magistrado, tendo em vista que as pessoas constantes das imagens por ele indicadas possuem aparência de ter idade inferior a dezoito anos. Além disso, o próprio nome do perfil, de fato, faz menção a pessoas supostamente menores de idade.

5. Designação de outro membro para prosseguir nas investigações.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

402. Processo : 5009092-91.2012.404.7001 Voto: 2116/2012 Origem: JF/PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.

2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Ausência de reiteração de conduta.
5. Aplicação do princípio da insignificância ao caso.
6. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

403. Processo : 0003029-22.2012.403.6110 Voto: 2117/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. POSSÍVEL CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP). SUPOSTA DECLARAÇÃO DE POBREZA FALSA. PATRIMÔNIO INCOMPATÍVEL COM A SITUAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DO DECLARANTE. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do CP, tendo em vista que o investigado, em tese, teria feito falsa declaração de hipossuficiência perante a Justiça do Federal, para usufruir do benefício da Justiça gratuita.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que, mesmo diante da incompatibilidade verificada entre o patrimônio do investigado e a suposta situação de pobreza declarada, a conduta seria atípica, uma vez que a declaração de pobreza poderia ser considerada falsa ou não, a depender do ponto de vista ou da interpretação que se faça, razão pela qual não teria havido uma falsidade consistente, conforme exigido pelo tipo penal de falsidade ideológica.
3. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o arquivamento sob o fundamento de que a alegada atipicidade de conduta em relação às declarações de hipossuficiência seria controversa na jurisprudência e não estaria pacificada, além de concluir que, somente ao longo da instrução processual, é que seria possível descobrir se o investigado tinha ou não condições de arcar com as custas processuais.
4. Verifica-se que, apesar de o investigado afirmar não ter possibilidade de arcar com as custas do processo, ele é proprietário de veículos de alto valor, possui residência própria e, ao que parece, renda familiar suficiente para arcar com as custas processuais.
5. Desse modo, apesar da existência de dúvida sobre o dolo do investigado em falsear a verdade – sobre se podia ou não arcar com as custas judiciais –, existem indícios mínimos da prática do crime de falsidade ideológica, que demonstram ser prematuro o arquivamento do feito no atual estágio em que se encontra.
6. Designação de outro membro para prosseguir no feito.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

404. Processo : 0001141-33.2012.403.6105 Voto: 2118/2012 Origem: VF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. POSSÍVEL CRIME CONTRA O CONSUMIDOR, PREVISTO NO ART. 7 DA LEI N. 8.137/90. AUSÊNCIA DE LESÃO À UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE DECLÍNIO.

1. Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar a conduta do responsável por uma instituição de educação que teria utilizado indevidamente a sigla “MEC”, do Ministério da Educação, para induzir consumidores em erro sobre a qualidade de seus cursos, com a falsa afirmação de que seriam aprovados e reconhecidos pelo MEC.
2. O Procurador da República requereu o declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual por entender que se tratava de crime contra as relações de consumo, na modalidade de “induzir o consumidor ou usuário a erro, por via de afirmação falsa ou enganosa sobre a natureza, qualidade do bem ou serviço, utilizando-se de qualquer meio, inclusive a veiculação ou divulgação publicitária” (art. 7º da Lei n. 8.137/90).
3. O Juiz Federal, por sua vez, indeferiu o declínio ao fundamento de que houve a utilização indevida da sigla “MEC”, o que configuraria a prática do crime previsto no art. 296, §1º, III, do CP, em detrimento da União.
4. Verifica-se que o tipo penal previsto no art. 296, §1º, III, do CP encontra-se no capítulo dos crimes de falsidade documental, razão pela qual a conduta de “fazer uso indevido de siglas da Administração Pública” deve estar aliada à produção ou utilização fraudulenta de algum documento, selo ou sinal público, não bastando a mera alusão a uma sigla de um órgão público para sua configuração.

5. Portanto, a simples menção à sigla “MEC”, na página eletrônica da instituição de ensino, não caracteriza a sua utilização indevida para fins do mencionado tipo penal, mas sim um meio fraudulento, uma afirmação falsa, para induzir os consumidores em erro e, assim, contratarem o serviço, configurando o crime do art. 7º da Lei n. 8.137/90.

6. Insistência no pedido de declínio de competência à Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

405. Processo : 5002983-26.2010.404.7100 Voto: 2119/2012 Origem: JF/RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. POSSÍVEL CRIME DE ESTELIONATO (ART. 171, § 3º, DO CP). RECEBIMENTO INDEVIDO DE SEGURO DESEMPREGO. ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE AO CASO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a possível prática do crime de estelionato majorado (art. 171, § 3º, do CP), tendo vista que o investigado, mediante apresentação de documentos falsos, teria recebido parcelas indevidas de seguro desemprego.

2. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento com base no princípio da insignificância, aduzindo que os valores recebidos seriam inferiores a R\$ 10.000,00.

3. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o pedido de arquivamento por entender, em suma, que o delito investigado não poderia ser considerado insignificante, não pelo valor econômico auferido pelo investigado, mas pela gravidade do ato praticado.

4. Verifica-se que o investigado obtivera, de maneira fraudulenta, documentos falsos para manter a União em erro, recebendo vantagem econômica ilícita em prejuízo de toda a coletividade.

5. Ademais, além do desvalor da conduta do agente, os benefícios por ele auferidos fraudulentamente não são insignificantes, pois resultaram em um montante aproximado de R\$ 4.566,35, recebidos em nove parcelas, em épocas diferentes.

6. Portanto, seja pelo desvalor da conduta, seja pela sua representatividade econômica, não se mostra possível a aplicação do princípio da insignificância ao caso.

7. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

406. Processo : 5027163-47.2012.404.7000 Voto: 2120/2012 Origem: JF/PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. POSSÍVEL CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (ART. 19 DA LEI Nº 7.492/96). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar eventual prática do crime previsto no art. 19 da Lei nº 7492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento para aquisição de automóvel no valor de R\$ 58.419,90.

2. O Procurador da República requereu o arquivamento por entender que o montante da operação contratada revela baixo desvalor de resultado, quando inserido no contexto do Sistema Financeiro Nacional, motivo pelo qual considerou a conduta como penalmente insignificante. Houve discordância do Magistrado.

3. Não se pode aplicar o princípio da insignificância ao caso, pois, mesmo que a lesão não resulte em efetivo risco à higidez do Sistema Financeiro Nacional, a conduta do agente, na hipótese, possui alto grau de reprovabilidade.

4. Para aplicação do referido princípio, além inexpressividade da lesão jurídica provocada, entre outros critérios, a conduta deve possuir reduzidíssimo grau de reprovabilidade, o que não acontece quando o agente se utiliza de documentos falsos para obter financiamento bancário com o intuito de não adimplir as prestações avençadas.

5. Designação de outro Membro para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

407. Processo : 0000202-54.2012.404.7001 Voto: 2121/2012 Origem: JF/PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen



- Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.
  2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).
  3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.
  4. Não reincidência delitiva.
  5. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância.
  6. Insistência no arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
408. Processo : 5002089-85.2012.404.7001 Voto: 2122/2012 Origem: JF/PR
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP). HABITUALIDADE CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças de informação instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de posse de mercadorias de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
  2. Não se afigura possível, no caso, a incidência do princípio da insignificância, diante da prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ e do STF.
  3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
409. Processo : 5013119-20.2012.404.7001 Voto: 2123/2012 Origem: JF/PR
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP). HABITUALIDADE CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças de informação instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de posse de mercadorias de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
  2. Não se afigura possível, no caso, a incidência do princípio da insignificância, diante da prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ e do STF.
  3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
410. Processo : 0001248-62.2012.4.03.6110 Voto: 2124/2012 Origem: JF/SP
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÕES. CRIME DE BENS DA UNIÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS SEM AUTORIZAÇÃO (ARTS. 2º DA LEI Nº. 8.176/91 E 55 DA LEI Nº 9.605/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO SENTIDO DE QUE A NOTÍCIA-CRIME É ANÔNIMA E DE QUE NÃO EXISTEM ELEMENTOS MÍNIMOS PARA O INÍCIO DE UMA INVESTIGAÇÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO. DILIGÊNCIAS POSSÍVEIS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO

MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Em que pese a notícia do crime tenha sido anônima, tal comunicado possui dados que poderiam ser investigados, como solicitação de ida “in loco”, de modo a verificar a real ocorrência de crime ou não.

2. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal sob o fundamento de se tratar de notícia apócrifa, quando existentes diligências possíveis suficientes a desencadear uma investigação.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

411. Processo : 828.33.2012.4.01.3905 Voto: 2137/2012 Origem: JF/PA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIMES DE ESTELIONATO (ART. 171, § 2º, III DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). ALIENAÇÃO DE BENS INALIENÁVEIS EM DECORRÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO RURAL. CRIME CONTRA PARTICULARES. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INSISTÊNCIA NO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.

1. Trata-se inquérito policial instaurado para apurar a conduta de pessoa que, após a obtenção de financiamento rural concedido pelo Banco da Amazônia, teria alienado sua propriedade, apesar da existência de uma cláusula contratual que o impedia de fazê-lo.

2. O Procurador da República requereu o arquivamento por entender que o fato não configuraria os delitos previstos nos arts. 19 e 20 da Lei n. 7.492, pois o contrato teria sido celebrado lícitamente, sem nenhuma fraude, e os recursos teriam sido aplicados em consonância as finalidades previstas no crédito rural.

3. Também aduziu não ter ocorrido o crime previsto no art. 171, §2º, III, do CP, diante da ausência de indicação de qualquer bem penhorado ou de outra garantia real, nem configurado o crime previsto no art. 171, §2º, II, do CP, pois o comprador da propriedade rural teria conhecimento da condição de inalienabilidade do bem.

4. Houve discordância do Juiz Federal tão somente em relação ao crime previsto no art. 171, §2º, II, do CP, pois, segundo ele, os elementos dos autos não permitiriam a conclusão de que o comprador conhecia a condição de inalienabilidade do bem, aduzindo que não se poderia levar em consideração apenas a afirmação do investigado, sem se proceder à oitiva do comprador.

5. Verifica-se que a discordância entre o MPF e o Magistrado está relacionada unicamente à existência de materialidade delitiva do crime de estelionato na modalidade de alienação de bem inalienável (art. 171, §2º, II), tendo sido afastada, desde já, a possível incidência dos outros tipos penais mencionados pelo *Parquet*, inclusive no que se refere aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional.

6. Porém, conforme conclusão a que se chega a partir dos próprios argumentos utilizados pelo Procurador da República oficiante e pelo Magistrado, bem como também em conformidade com deliberação anterior deste Colegiado proferida em caso análogo, o possível crime de estelionato narrado nos autos foi cometido exclusivamente contra o particular que adquiriu a propriedade rural inalienável, que pode ser prejudicado com a perda futura do bem, sem que isso resulte em qualquer prejuízo à União ou a suas entidades, na forma do art. 109, IV, da CF (Precedente. Mônica Garcia Nicida, Voto nº 2767/2011, de 05/12/2011, Sessão 550ª, deliberação unânime).

7. Conhecimento do pedido de arquivamento como pedido declínio de competência à Justiça Estadual. Insistência no declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

412. Processo : 1951-65.2012.4.01.3000 Voto: 2139/2012 Origem: JF/AC

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, §3º DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93). FALECIMENTO DE BENEFICIÁRIA DO INSS. MANUTENÇÃO DO BENEFÍCIO POR 1 ANO E 6 MESES APÓS O ÓBITO. SAQUE INDEVIDO POR 3 MESES APÓS O FALECIMENTO. OITIVA. COMUNICAÇÃO DE QUE TAIS VALORES FORAM SACADOS PARA CUBRIR DESPESAS COM FUNERAL. CESSAÇÃO ESPONTÂNEA. DISCORDÂNCIA DA MAGISTRADA QUANTO AO ARQUIVAMENTO. BOA-FÉ. CONDUTA PENALMENTE IRRELEVANTE. INSISTÊNCIA

NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o recebimento irregular de benefício de aposentadoria por outrem após o falecimento da beneficiária.
2. O pagamento do benefício ocorreu no período de novembro de 2006 a maio de 2008, tendo restado constatado que a neta da beneficiária efetuou apenas 3 saques após os 3 primeiros meses subsequentes ao do falecimento de sua avó. Aduziu a neta que entregou tal quantia ao seu avô, já que esse não possuía qualquer renda e que tais valores foram utilizados para o custeio do funeral.
3. O benefício previdenciário continuou sendo depositado na conta da avó da investigada, tendo chegado ao montante de R\$ 6.729,02 sem qualquer saque.
4. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito por entender que não houve dolo da investigada, diante da cessação espontânea dos saques, bem como do seu depoimento.
5. A Magistrada, por seu turno, considerou que não seria, até o presente momento, inequívoca a conclusão de que não tenha ocorrido dolo da investigada ou que os 3 valores sacados indevidamente tenham sido utilizados para custear o funeral.
6. Considerando a cessação espontânea de saques, totalizando R\$ 1.200,00, o montante que ficou disponibilizado sem qualquer retirada/movimentação R\$ 6.729,02, bem como os depoimentos constantes dos autos, restou verificada a boa-fé da investigada sendo penalmente irrelevante sua conduta.
7. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

413. Processo : 0000230-15.2012.4032.6107 Voto: 2138/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. POSSÍVEL CRIME DE CONTRABANDO (ART. 334 DO CP). IMPORTAÇÃO DE CIGARROS DE ORIGEM ESTRANGEIRA. TRIBUTOS CALCULADOS EM R\$ 14.599,44. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de representação fiscal para fins penais instaurada em razão da importação proibida de cigarros de origem estrangeira no valor de R\$ 6.832,00, com os tributos calculados em R\$ 14.599,44.
2. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento por entender cabível ao caso o princípio da insignificância. Houve discordância do Magistrado.
3. Verifica-se que os tributos iludidos ultrapassam o valor de R\$ 10.000,00, o que por si só já impediria a aplicação do princípio da insignificância ao caso dos autos.
4. Por outro lado, deve-se ponderar que, além do valor dos tributos, quando se trata da importação de cigarros, *“há não apenas uma lesão ao erário e à atividade arrecadatória do Estado, mas a outros interesses públicos como a saúde e a atividade industrial internas, configurando-se contrabando, e não descaminho. In casu, muito embora também haja sonegação de tributos com o ingresso de cigarros, trata-se de mercadoria sobre a qual incide proibição relativa, presentes as restrições dos órgãos de saúde nacionais. A insignificância da conduta em razão de o valor do tributo sonegado ser inferior a R\$ 10.000,00 (art. 20 da Lei nº 10.522/2002) não se aplica ao presente caso, posto não tratar-se de delito puramente fiscal* (Precedente. STF, 1ª turma, 09/08/2011, Ministro Luiz Fux).
5. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

414. Processo : 5002380-76.2012.404.7004 Voto: 2125/2012 Origem: JF/PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÕES. POSSÍVEIS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA, TRÁFICO INTERNACIONAL DE PESSOAS (ARTS. 293 E SEQUENTES E 231, TODOS DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). NOTÍCIA ANÔNIMA INFORMANDO UMA SÉRIE DE CRIMES PRATICADOS POR ESPANHÓIS NO BRASIL. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES QUANTO ÀS DILIGÊNCIAS MÍNIMAS ADOTADAS PELO MEMBRO DO MPF. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Notícia anônima citando uma série de crimes (uso de documento falso, homicídio, tráfico de pessoas, evasão de divisas e outros) praticados por espanhóis residentes no Brasil.

2. Em que pese a notícia do crime tenha sido anônima, tal comunicado possui uma série de dados que poderiam ser investigados, conforme apontado, inclusive, pelo Magistrado.
3. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal sob o fundamento de se tratar de notícia apócrifa, quando existentes diligências possíveis suficientes a desencadear uma investigação.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

415. Processo : 0004155-34.2012.403.6102 Voto: 2126/2012 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO. OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE (ART. 19 DA LEI N. 7.492/86). MPF: DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ARQUIVAMENTO INDIRETO (CPP, ART. 28, C/C LC N. 75/93, ART. 62, INC. IV). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime previsto no art. 19 da Lei n. 7.492/86, consistente na obtenção fraudulenta de financiamento destinado à aquisição de um automóvel.

2. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de competência sob o argumento de que o crime a ser investigado no presente inquérito seria de estelionato, e não de crime contra o sistema financeiro nacional. Houve discordância do Magistrado.

2. Verifica-se que, no caso, o contrato de mútuo fora celebrado com finalidade certa, consistente na aquisição de um automóvel, fato que se amolda no conceito de financiamento, e não no de empréstimo, uma vez que este não exige qualquer destinação específica.

3. Desse modo, a conduta narrada nos autos caracteriza crime contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei 7.492/86, art. 19), e não de estelionato (CP, art. 171), motivo pelo qual compete à Justiça Federal processar e julgar o crime ora em apuração. Precedentes do STJ.

4. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

416. Processo : 0005147-83.2011.405.8200 Voto: 2140/2012 Origem: JF/PB

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE PREVARICAÇÃO (ART. 319 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO TIPO PENAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO. DATA DO ÚLTIMO FATO (17/07/2008). OCORRÊNCIA DA PRESCRIÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de procedimento instaurado para apurar a ocorrência de crime de prevaricação, em face da demora na adoção de providências tendentes à inclusão no orçamento de recursos necessários ao pagamento de precatório;

2. O Procurador da República oficiante entendeu estar ausente o elemento subjetivo do tipo penal, considerando que a não inclusão do valor correspondente ao precatório no orçamento do Município, ao manejar a exceção de pré-executividade quando do recebimento do primeiro ofício do TRF, obteve, pouco tempo depois, ainda dentro do período hábil para inclusão do valor do precatório no orçamento, posicionamento judicial que eximia do pagamento do supracitado precatório, o que, de certo, foi o motivo que orientou-o agir da edilidade e não a satisfação do interesse ou sentimento pessoal.

3. A Magistrada, em análise da promoção de arquivamento, constatou diligência pendente a ser realizada solicitada pelo próprio Ministério Público, razão pela qual entendeu como prematuro o arquivamento.

4. Constata-se que a última determinação judicial supostamente ocorreu em 17/07/2008 e que eventual retardo de ofício (pena máxima de 1 ano) ou desobediência (pena máxima de 6 meses) estariam alcançados pela prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato.

5. Insistência no arquivamento em razão do reconhecimento da ocorrência de prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

417. Processo : 0000600-91.2012.403.6107 Voto: 2127/2012 Origem: JF/SP  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R\$27.8010,29. DISCUSSÃO A RESPEITO DA PRESENÇA DA ELEMENTAR FRAUDE PARA A CONFIGURAÇÃO DO TIPO PENAL. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do inquérito por entender ausente evidência de que a importação tenha sido secundada de expediente fraudulento destinado a iludir o pagamento de tributos. Asseverou que a mera posse sem documentação não é indício de qualquer subterfúgio para transpassar a fronteira, bem como que o simples fato de transpô-la sem pagar imposto não significa iludir o seu pagamento. Frisou ainda que inadimplência não se confunde com fraude.
  2. A magistrada indeferiu o pedido por entender que os motivos invocados pelo *parquet* federal não são suficientes para o arquivamento, pois dizem respeito ao mérito da persecução penal, devendo ser analisados à luz das provas a serem produzidas durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório.
  3. No descaminho enquanto infração penal, a ação de *iludir* não pressupõe necessariamente o emprego de fraude com o propósito de enganar o fisco, sendo suficiente a burla consistente em não declarar às autoridades alfandegárias, por iniciativa do próprio agente, a introdução em território nacional de produto que ultrapassa a quota prevista e, assim, frustrar o pagamento dos impostos federais devidos, pelo que, sendo conduta omissiva, inexistente necessidade de se provar o fim especial de agir do agente.
  4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que presentes indícios de autoria e materialidade delitiva, ainda que existam dúvidas, justifica-se o prosseguimento do feito diante da necessidade de melhor esclarecimentos da conduta constante dos autos, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio do *in dubio pro societate*.
  5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
418. Processo : 5000959-82.2011.404.7005 Voto: 2172/2012 Origem: JF/PR  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). CPP, ART. 28 C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV. ARQUIVAMENTO COM BASE NA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA OU VIRTUAL. FATOS OCORRIDOS EM 30/09/2007. EXAURIMENTO DO LAPSO PRESCRICIONAL EM 8 ANOS. INADMISSIBILIDADE.. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. SÚMULA 438 DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *“Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência.”*
  2. Súmula 438 do STJ.
  3. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
419. Processo : 0018014-36.2010.4.05.8 Voto: 2090/2012 Origem: JF/PE  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. RADIODIFUSÃO. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI N. 9.472/97 OU NO ART. 70 DA LEI N. 4.117/62. POTÊNCIA ABAIXO DE 25 WATTS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/97, tendo em vista o funcionamento de uma estação de radiodifusão, sem autorização do Ministério das Comunicações.
  2. O Procurador da República requereu o arquivamento por entender que, em razão da baixa potência do equipamento de rádio (20 Watts), não subsistiriam razões para a persecução criminal, aplicando o princípio da insignificância ao caso.

3. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o arquivamento sob o fundamento de que, em suma, o crime apurado seria de perigo abstrato e de que a baixa potência do transmissor de uma rádio não impediria possíveis interferências indesejáveis, inexistindo uma relação automática entre a baixa potência do transmissor e a impossibilidade de ele interferir nas comunicações.

4. Verifica-se que a atividade de radiodifusão desenvolvida pelo investigado foi feita sem autorização da ANATEL e que não constam dos autos informações sobre se ele teria ou não requerido autorização a essa autarquia para a instalação dos equipamentos de radiodifusão.

5. Porém, tendo em vista que o equipamento utilizado pelo investigado tem potência de 20 Watts, inferior ao limite estabelecido pela Lei n. 9.612/98 para as rádios comunitárias, sua rádio poderia ser classificada como tal, caso viesse a requerer autorização e caso esta fosse concedida pela autoridade competente.

6. Considerando, então, que o equipamento é de baixa potência, desprovido portanto de capacidade de causar interferência relevante nos demais meios de comunicação, e que o bem jurídico tutelado pela norma – a segurança dos meios de telecomunicações – permaneceu incólume, sem sofrer qualquer espécie de lesão ou ameaça de lesão que mereça intervenção do Direito Penal, não há como reconhecer a tipicidade penal da conduta ante a incidência, na hipótese, do princípio da insignificância (STF, HC 104.530/RS, 28/09/2010).

7. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

420. Processo : 1901-25.2012.4.01.3813 Voto: 2089/2012 Origem: Subseção Judiciária Gov. Valadares-MG

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. RADIODIFUSÃO. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI N. 9.472/97 OU NO ART. 70 DA LEI N. 4.117/62. POTÊNCIA ABAIXO DE 25 WATTS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/97, tendo em vista o funcionamento de uma estação de radiodifusão, sem autorização do Ministério das Comunicações.

2. O Procurador da República requereu o arquivamento por entender que, em razão da baixa potência do equipamento do rádio (19,4 watts) e da pequena altura do sistema irradiante (inferior a 30 metros), a conduta não se amoldaria nem ao art. 70 da Lei n. 4.117/62, nem ao art. 183 da Lei n. 9.472/97.

3. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o arquivamento sob o fundamento de que não seria atípica a conduta investigada, pois mesmo os serviços de radiodifusão comunitária, com baixa potência, necessitariam de autorização do órgão concedente.

4. Verifica-se que a atividade de radiodifusão desenvolvida pelo investigado foi feita sem autorização da ANATEL e que não constam dos autos informações sobre se ele teria ou não requerido autorização a essa autarquia para a instalação dos equipamentos de radiodifusão.

5. Porém, tendo em vista que o equipamento utilizado pelo investigado tem potência de 19,4 watts, inferior ao limite estabelecido pela Lei n. 9.612/98 para as rádios comunitárias, sua rádio poderia ser classificada como tal, caso viesse a requerer autorização e caso esta fosse concedida pela autoridade competente.

6. Considerando, então, que o equipamento é de baixa potência, desprovido portanto de capacidade de causar interferência relevante nos demais meios de comunicação, e que o bem jurídico tutelado pela norma – a segurança dos meios de telecomunicações – permaneceu incólume, sem sofrer qualquer espécie de lesão ou ameaça de lesão que mereça intervenção do Direito Penal, não há como reconhecer a tipicidade penal da conduta ante a incidência, na hipótese, do princípio da insignificância (STF, HC 104.530/RS, 28/09/2010).

7. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

421. Processo : 5001246-60.2012.404.7118 Voto: 2173/2012 Origem: Subseção Judiciária de Carazinho-RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

**Ementa** : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR SUPERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA CONSIDERANDO QUE OS BENS FORAM ENCONTRADOS COM DUAS PESSOAS. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO NO SENTIDO QUE O VALOR GLOBAL É SUPERIOR AO LIMITE DE 10.000,00 E A VONTADE DOS DOIS AGENTES É ÚNICA. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.
2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).
3. Os bens apreendidos, totalizando o valor de R\$ 12.538,70 de tributos devidos, foram encontrados na posse dos dois agentes, não tendo sido possível definir a quem pertencia.
4. Considerando que as normas aduaneiras de ingresso no país com mercadorias estrangeiras referem-se a cotas por pessoas físicas, correta a interpretação do Procurador da República em dividir o valor dos tributos devidos por pessoa, para fins de chegar ao valor individual devido.
5. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.
6. Ausência de reiteração de conduta.
7. Aplicação do princípio da insignificância ao caso.
8. Insistência no arquivamento.

**Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

422. Processo : 0000146-29.2012.403.6005 Voto: 2255/2012 Origem: Subseção Judiciária de P. Porã-MS  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

**Ementa** : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP). OFERECIMENTO DE TRANSAÇÃO PENAL. CONDUTA ENTENDIDA COMO ATÍPICA PELO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. EXISTÊNCIA DE RECURSO INOMINADO. PRECEDENTE: 1ª TURMA JEF/GO - 2007.35.00.701821-0. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a conduta do investigado consistente em ter fugido com seu veículo de comboio organizado pela polícia militar em direção à Inspetoria da Receita Federal do Brasil em Ponta Porã-MS.
2. O Procurador da República ofereceu transação penal ao denunciado por entender que a conduta do acusado tratava-se de crime de desobediência e por estarem presentes os requisitos.
3. O Magistrado, considerou atípica a conduta do acusado, tendo em vista a previsão de pena de multa administrativa no art. 195 do CTB, bem como a jurisprudência quanto ao caso, remeteu os autos a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF para os fins do art. 28 do CPP c/c o art. 62, inc. IV, da LC nº 75/93.
4. Considerando que houve transação penal e o magistrado discordou de tal oferecimento sob o argumento de que a conduta é atípica, não deve ser conhecida a remessa, haja vista que não se trata de hipótese do art. 28 do CPP ou de caso de aplicação por analogia (Súmula 696 do STF).
5. No caso, o recurso inominado é o recurso subsidiário no Processo Penal, cabível da decisão que indefere a proposta de transação e arquiva o procedimento administrativo. Precedente: 1ª Turma - JEF/GO - Recurso nº 2007.35.00.701821-0, Rel. Juiz Jesus Crisóstomo de Almeida, por unanimidade, julgado em 18/04/2007.
6. Não conhecimento da remessa.

**Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

423. Processo : 0007045-9.2012.4.05.8100 Voto: 2241/2012 Origem: JF/CE

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

**Ementa** : INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, §3º DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93 C/C 28 DO CPP). FALECIMENTO DE BENEFICIÁRIO DO INSS. SAQUES INDEVIDOS APÓS O FALECIMENTO. OITIVA DA FILHA DO BENEFICIÁRIO. COMUNICAÇÃO DE QUE TINHA CIÊNCIA DE QUE OS SAQUES ERAM INDEVIDOS MAS TAIS VALORES FORAM

SACADOS PARA COBRIR DESPESAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NA AUSÊNCIA DE DOLO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o recebimento irregular de benefício de aposentadoria por outrem após o falecimento da beneficiário.

2. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito por entender que não houve dolo da investigada.

3. O Magistrado, por seu turno, considerou que não seria, até o presente momento, inequívoca a conclusão de que não tenha ocorrido dolo da investigada e que a existência de dificuldades financeiras não teria condão de descaracterizar a conduta criminosa.

4. Designação de outro Membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

424. Processo : 425-55.2012.4.01.3811 Voto: 2247/2012 Origem: Subseção Judic.de Divinópolis-MG

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ESTELIONATO (ART. 171, § 3º DO CP) . REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93). ESTELIONATO EM DESFAVOR DO INSS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NA AUSÊNCIA DE DOLO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO CONSIDERANDO QUE JÁ HÁ PROCESSO JUDICIAL APURANDO OS MESMOS FATOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO *NON BIS IN IDEM*. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO PELAS RAZÕES DO MAGISTRADO.

1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado em razão da possível prática de estelionato em desfavor do INSS.

2. A Procuradora da República oficiante, requereu o arquivamento do feito com base na ausência de dolo.

3. O Juiz Federal, discordou do pedido de arquivamento com base na ausência de dolo, bem como juntou cópia de denúncia oferecida e recebida sobre os mesmos fatos do presente IPL, em desfavor da acusada.

4. Considerando que já houve denúncia oferecida em desfavor da Acusada sobre os mesmos fatos, merece prosperar o arquivamento, com base na aplicação do princípio do *non bis in idem*.

5. Insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

425. Processo : 0000145-46.2011.404.7009 Voto: 2174/2012 Origem: Subseção Judiciária de Curitiba-PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 19 DA LEI Nº 7.492/86 (CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO) . REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93). OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO EM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA COMPRA DE VEÍCULOS, MEDIANTE A UTILIZAÇÃO DE DOCUMENTOS FALSOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Procedimento investigatório criminal instaurado para apurar suposta prática do delito previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, em razão da concessão de 3 financiamentos bancários fraudulentos para a aquisição de 3 automóveis.

2. O membro do MPF requereu o arquivamento do feito por entender que o montante da operação contratada revela baixo desvalor de resultado, quando inserido no contexto do Sistema Financeiro Nacional, motivo pelo qual considerou a conduta como penalmente insignificante, além de sustentar a relativização do princípio da obrigatoriedade. Discordância do magistrado.

3. No caso dos autos, além do prejuízo à instituição financeira, a ofensividade da conduta não é mínima, já que encerra significativa lesão à higidez e à credibilidade do Sistema Financeiro Nacional, comprometendo o mercado financeiro e a proteção ao investidor.

4. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.



426. Processo : 0014641-20.2007.4.05.8100 Voto: 2238/2012 Origem: JF/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE EX-PREFEITO (ART. 1º, I E II, DO DECRETO LEI Nº 201/1967). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO SENTIDO DE QUE DE QUE NÃO FOI POSSÍVEL IDENTIFICAR A EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE DELITIVA E QUE A EVENTUAL CONDUTA CRIMINOSA É DATADA DE 12/09/1996. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS MÍNIMOS DE CRIME. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.  
 1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar eventual irregularidade em convênio celebrado entre a União e Município.  
 2. O Membro do MPF oficiante verificou que os fatos são datados de 1996, que não existem indícios mínimos de materialidade delitiva, que eventual diligência investigativa seria fulminada pelo largo lapso temporal, considerando a possível ocorrência de prescrição, que é de 16 anos no caso.  
 3. O Magistrado, por seu turno, apontou que no ano de 2001 o Tribunal de Contas do Estado do Ceará tinha julgado as contas irregulares do ex-gestor municipal, o que comprovaria a justa causa para a propositura de ação penal e que também não se exauriu o lapso prescricional, razão pela qual encaminhou os autos a esta 2ª CCR.(decisão de 21/08/12 e distribuição a esta relatoria em 29/08/12).  
 4. Não tendo havido até a presente data indícios mínimo de uma das condutas previstas no artigo 1º, incisos I e/ou II, do Decreto-Lei nº 201/1967, bem como considerando a inexistência de tempo hábil para a realização de qualquer diligência (apenas 9 dias para o alcance da extinção da punibilidade em razão da prescrição da pena máxima em abstrato), voto pela insistência no arquivamento dos autos.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
427. Processo : 0007033-92.2012-4-05-8100 Voto: 2175/2012 Origem: JF/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171 , 3º DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62 – IV). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO SENTIDO DE QUE DE QUE NÃO EXISTEM INDÍCIOS MÍNIMOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO QUANTO AO ARQUIVAMENTO. DILIGÊNCIAS POSSÍVEIS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
 1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime de estelionato, em face de possível obtenção de benefício previdenciário de aposentadoria por idade na qualidade de trabalhador rural mediante possível utilização de documentos falsos.  
 2. O Membro do MPF oficiante concluiu que “todos os depoimentos prestados apontam no sentido de que a acusada sempre residira em zona rural, tirando da agricultura o seu sustento”, razão pela qual entendeu como ausente justa causa para a propositura de ação penal, em face da falta de indícios mínimos de autoria e materialidade delitiva.  
 3. O Magistrado, por seu turno, apontou uma série de conflitos de depoimentos e diligências possíveis que poderiam ser realizadas antes de eventual arquivamento dos autos.  
 4. Necessárias algumas providências antes do arquivamento do feito, considerando a existência de possíveis diligências que poderão dirimir dúvidas quanto à existência ou não de prática delitiva.  
 5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
428. Processo : 1.00.000.011874/2012-89 Voto: 2102/2012 Origem: Subseção Judiciária Redenção-PA  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N. 75/93. RADIODIFUSÃO. POSSÍVEL CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI N. 9.472/97 OU NO ART. 70 DA LEI N. 4.117/62. POTÊNCIA ABAIXO DE 25 WATTS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PENAL. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.  
 1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar o possível crime previsto no

art. 183 da Lei n. 9.472/97, tendo em vista que o investigado foi encontrado com equipamentos de radiodifusão instalados em um escritório de uma fazenda, para viabilizar a comunicação com um veículo, porém sem autorização do órgão competente.

2. O Procurador da República ofereceu a transação penal por entender que a conduta se amoldava ao tipo penal do art. 70 da Lei n. 4.117/62. Houve discordância do Magistrado, cujo entendimento era de que a conduta se amoldaria ao crime previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/97.

3. Verifica-se que, apesar de a atividade de radiodifusão ter sido desenvolvida sem autorização da ANATEL, o equipamento utilizado pelo investigado tem potência de 23 watts, além de ser usado estritamente para comunicação nos limites de uma fazenda particular.

4. Considerando, então, que o equipamento é de baixa potência, desprovido portanto de capacidade de causar interferência relevante nos demais meios de comunicação, e que o bem jurídico tutelado pela norma – a segurança dos meios de telecomunicações – permaneceu incólume, sem sofrer qualquer espécie de lesão ou ameaça de lesão que mereça intervenção do Direito Penal, não há como reconhecer a tipicidade penal da conduta ante a incidência, na hipótese, do princípio da insignificância (STF, HC 104.530/RS, 28/09/2010).

5. Não oferecimento da transação penal, tendo em vista que a conduta é atípica, devendo haver o arquivamento do inquérito.

Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

## **ORIGEM INTERNA**

### **NÃO PADRÃO**

429. Processo : IPL N. 063/2010 Voto: 2176/2012 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART 62, IV, DA LC N. 75/93. POSSÍVEL CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTS. 304 DO CP) E DE ESTELIONATO MAJORADO (ART. 171, §3º, DO CP). RECEBIMENTO DE SALDO DE FGTS E DE PARCELAS DE SEGURO-DESEMPREGO POR MEIO DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO FALSO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime de estelionato majorado e de uso de documento particular falso, tendo em vista que os investigados teriam falsificado um documento de homologação de rescisão trabalhista, para viabilizar o recebimento de saldo do FGTS e de seguro-desemprego.

2. O Procurador da República oficiante, após diligências, constatou que, apesar da fraude, o vínculo trabalhista seria verdadeiro e que a investigada, de fato, fazia jus ao recebimento do seguro-desemprego e ao saldo de FGTS.

3. Assim, considerando que a vantagem auferida não seria ilícita, o representante do MPF promoveu o arquivamento em relação ao crime de estelionato, pela atipicidade de conduta, e o declínio de atribuições ao MPE em relação ao suposto crime de falso.

4. Verifica-se que a investigada efetuou o saque do benefício do seguro-desemprego, bem como do valor depositado a título de FGTS, por meio da utilização do documento de homologação de rescisão trabalhista falsificado.

5. Desse modo, mesmo que os valores sacados tenham sido realmente devidos à investigada e mesmo que não tenha havido prejuízo econômico à Caixa Econômica Federal e ao Ministério do Trabalho, o delito de uso de documento falso foi praticado em detrimento da Administração Pública da União, por meio da apresentação da falsa homologação.

6. Não homologação do declínio e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

430. Processo : 1.30.014.000050/2010-23 Voto: 2177/2012 Origem: PRM/Angra dos Reis-RJ

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA OU USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 299 E 304 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93). ALTERAÇÃO FRAUDULENTA DE CNPJ. CRIME PRATICADO EM DETRIMENTO DA RECEITA FEDERAL. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a suposta alteração fraudulenta do CNPJ de uma associação de moradores, efetuada por pessoa que não seria representante legal da associação.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições por entender que, no caso, não há nenhum interesse que justificasse a intervenção do MPF.

3. Considerando que a administração do CNPJ compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil e que a suposta alteração fraudulenta teria ocorrido perante uma de suas delegacias, eventual crime de falsidade ideológica ou de uso de documento falso teria sido cometido em detrimento da fé pública da União.

4. Não homologação do declínio e designação de outro membro para prosseguir nas investigações, no âmbito do MPF.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

431. Processo : 1.34.012.000540/2012-62 Voto: 2088/2012 Origem: PRM/Santos-SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE (LEI N. 9.605/98, ART. 34, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, C/C ART. 36). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC 75/93, ART. 62-IV). ATO TENDENTE À PESCA. EQUIPARAÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar suposto crime ambiental previsto no art. 34 c/c o art. 36 da Lei n. 9.605/98, tendo em vista que o investigado foi encontrado mergulhando com arbaletes (instrumento de pesca subaquática), em apneia, no interior de unidade de conservação de proteção integral.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por atipicidade da conduta, sob o fundamento de que não houve apreensão de pescado com o investigado e de que o mero porte dos petrechos de pesca em unidades de conservação não constitui crime.

3. De acordo com art. 36 da Lei n. 9.605/98, no conceito de pesca se inclui qualquer ato tendente “a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico”.

4. Dessa forma, considerando que o investigado ingressou em unidade de conservação federal e estava mergulhando com arpão armado, verifica-se que sua conduta se amolda ao conceito de atos tendentes à pesca, previsto no art. 36 da Lei n. 9.605/98.

5. Não homologação do arquivamento e designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Após o voto da Relatora, pediu vista dos autos o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

432. Processo : 1.29.006.000273/2012-72 Voto: 2178/2012 Origem: PRM/Rio Grande-RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PESCA COM PETRECHOS PROIBIDOS (ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93). NOTÍCIADO ABORDADO PELO IBAMA PESCANDO COM PETRECHOS PERMITIDOS SOMENTE AOS PESCADORES PROFISSIONAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO COMETIMENTO APENAS DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA PREVISTA NO ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a conduta descrita na autuação do IBAMA em desfavor do noticiado, consistente na conduta de pescar em local permitido, fazendo uso de rede proibida.

2. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento aduzindo que a infração cometida pelo pescador foi meramente administrativa, considerando que a utilização de tais petrechos é permitida aos pescadores profissionais e que pescar sem autorização em local permitido não é crime, diferentemente da caça, que pune penalmente aqueles que não tem licença para tal.

3. Não possuindo autorização do Ministério da Pesca e aquicultura como pescador profissional, bem como não previstos como petrechos permitidos aos pescadores amadores os apreendidos dos autos, incorre o noticiado na conduta de pesca com petrechos proibidos prevista no art. 34, inciso II, da Lei de Crimes Ambientais, sendo improcedente o arquivamento dos autos.

4. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

433. Processo : 1.29.000.001298/2012-43 Voto: 2179/2012 Origem: PRM/Rio Grande-RS  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PESCA COM PETRECHOS PROIBIDOS (ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93). NOTÍCIADO ABORDADO PELO IBAMA PESCANDO COM PETRECHOS PERMITIDOS SOMENTE AOS PESCADORES PROFISSIONAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO COMETIMENTO APENAS DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA PREVISTA NO ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a conduta descrita na autuação do IBAMA em desfavor do noticiado, consistente na conduta de pescar em local permitido, fazendo uso de rede proibida.  
2. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento aduzindo que a infração cometida pelo pescador foi meramente administrativa, considerando que a utilização de tais petrechos é permitida aos pescadores profissionais e que pescar sem autorização em local permitido não é crime, diferentemente da caça, que pune penalmente aqueles que não tem licença para tal.  
3. Não possuindo autorização do Ministério da Pesca e aquicultura como pescador profissional, bem como não previstos como petrechos permitidos aos pescadores amadores os apreendidos dos autos, incorre o noticiado na conduta de pesca com petrechos proibidos prevista no art. 34, inciso II, da Lei de Crimes Ambientais, sendo improcedente o arquivamento dos autos.  
4. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
434. Processo : 1.29.000.001299/2012-98 Voto: 2180/2012 Origem: PRM/Rio Grande-RS  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PESCA COM PETRECHOS PROIBIDOS (ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 62, IV, DA LC N. 75/93). NOTÍCIADO ABORDADO PELO IBAMA PESCANDO COM PETRECHOS PERMITIDOS SOMENTE AOS PESCADORES PROFISSIONAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO FUNDADA NO COMETIMENTO APENAS DE ILÍCITO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. CONDUTA PREVISTA NO ART. 34, INCISO II DA LEI Nº 9.605/98. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.  
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a conduta descrita na autuação do IBAMA em desfavor do noticiado, consistente na conduta de pescar em local permitido, fazendo uso de rede proibida.  
2. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento aduzindo que a infração cometida pelo pescador foi meramente administrativa, considerando que a utilização de tais petrechos é permitida aos pescadores profissionais e que pescar sem autorização em local permitido não é crime, diferentemente da caça, que pune penalmente aqueles que não tem licença para tal.  
3. Não possuindo autorização do Ministério da Pesca e aquicultura como pescador profissional, bem como não previstos como petrechos permitidos aos pescadores amadores os apreendidos dos autos, incorre o noticiado na conduta de pesca com petrechos proibidos prevista no art. 34, inciso II, da Lei de Crimes Ambientais, sendo improcedente o arquivamento dos autos.  
4. Designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
435. Processo : 1.24.000.000678/2012-47 Voto: 2181/2012 Origem: PR/PB  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÕES. POSSÍVEIS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (ARTS. 203 E 337-A, TODOS DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC 75/93, ART. 62 – IV). NOTÍCIA ANÔNIMA INFORMANDO A FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS, BEM COMO A SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES QUANTO ÀS DILIGÊNCIAS MÍNIMAS ADOTADAS PELO MEMBRO DO MPF. ARQUIVAMENTO PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Em que pese a notícia do crime tenha sido anônima, tal comunicado possui uma série de dados que poderiam ser investigados, como solicitação de informações junto à Receita Federal do Brasil.

2. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal sob o fundamento de se tratar de notícia apócrifa, quando existentes diligências possíveis suficientes a desencadear uma investigação.

3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

436. Processo : 1.01.004.000397/2012-59 Voto: 2182/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32). RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DO COAF. MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS SUSPEITAS ENVOLVENDO PREFEITO MUNICIPAL. EXISTÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF-FUNDEB AO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE LESÃO A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas a partir de relatório de inteligência financeira elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do qual foram constatados saques em espécie no valor de R\$ 3,2 milhões de reais, no período de 2006-2012, envolvendo o atual prefeito de Buriti Bravo-MA.

2. O Procurador Regional da República promoveu o declínio por entender que nenhuma das contas bancárias utilizadas para os saques se encontraria entre o rol de contas bancárias que, segundo relatório da CGU, teriam recebido recursos federais.

3. Em consulta ao sítio eletrônico do Tesouro Nacional, verifica-se que o Município de Buriti Bravo-MA, durante o período em que se efetuaram os saques suspeitos, recebeu R\$ 19.736.856,68 em recursos públicos federais, como parcela de complementação ao Fundef/Fundeb.

4. Desse modo, diante da transferência desses recursos federais ao Município durante todo o período de 2006-2012, há elementos indicativos de possível lesão ao patrimônio da União, fato que impede o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual no atual estágio das investigações.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro para dar sequência à persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

437. Processo : 1.01.004.000351/2012-30 Voto: 2183/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32). RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DO COAF. MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS SUSPEITAS ENVOLVENDO PREFEITO MUNICIPAL. EXISTÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF-FUNDEB AO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE LESÃO A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas a partir de relatório de inteligência financeira elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do qual foram constatados saques em espécie no valor de R\$ 2,31 milhões de reais, no período de 2010-2011, envolvendo o atual prefeito de Balsas-MA.

2. O Procurador Regional da República promoveu o declínio por entender que nenhuma das contas bancárias utilizadas para os saques se encontraria entre o rol de contas bancárias que, segundo relatório da CGU, teriam recebido recursos federais.

3. Em consulta ao sítio eletrônico do Tesouro Nacional, verifica-se que o Município de Balsas-MA, durante o período em que se efetuaram os saques suspeitos, recebeu R\$ 25.430.924,88 em recursos públicos federais, como parcela de complementação ao Fundeb.

4. Desse modo, diante da transferência desses recursos federais ao Município de Balsas durante todo o período de 2010-2011, há elementos indicativos de possível lesão ao patrimônio da União, fato que impede o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual no atual estágio das investigações.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro para dar sequência à persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias

438. Processo : 1.01.004.000241/2012-78 Voto: 2184/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32). RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DO COAF. MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS SUSPEITAS ENVOLVENDO PREFEITO MUNICIPAL. EXISTÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF-FUNDEB AO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE LESÃO A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas a partir de relatório de inteligência financeira elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do qual foram constatados saques em espécie no valor de R\$ 13,64 milhões de reais, no período de 2005-2011, envolvendo o atual prefeito de Serrano do Maranhão-MA.

2. O Procurador Regional da República promoveu o declínio por entender que nenhuma das contas bancárias utilizadas para os saques se encontraria entre o rol de contas bancárias que, segundo relatório da CGU, teriam recebido recursos federais.

3. Em consulta ao sítio eletrônico do Tesouro Nacional, verifica-se que o Município de Serrano do Maranhão-MA., durante o período em que se efetuaram os saques suspeitos, recebeu R\$ 10.745.040,02 em recursos públicos federais, como parcela de complementação ao Fundef/Fundeb.

4. Desse modo, diante da transferência desses recursos federais ao Município durante todo o período de 2005-2011, há elementos indicativos de possível lesão ao patrimônio da União, fato que impede o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual no atual estágio das investigações.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro para dar sequência à persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

439. Processo : 1.01.004.000213/2012-51 Voto: 2185/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REVISÃO DE DECLÍNIO (ENUNCIADO N. 32). RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA DO COAF. MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS SUSPEITAS ENVOLVENDO PREFEITO MUNICIPAL. EXISTÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS DO FUNDEF-FUNDEB AO MUNICÍPIO. POSSIBILIDADE DE LESÃO A RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.

1. Trata-se de peças de informação instauradas a partir de relatório de inteligência financeira elaborado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, por meio do qual foram constatados saques em espécie no valor de R\$ 46,41 milhões de reais, no período de 2003-2012, envolvendo o atual prefeito de Curralinho-PA.

2. O Procurador Regional da República promoveu o declínio por entender que nenhuma das contas bancárias utilizadas para os saques se encontraria entre o rol de contas bancárias que, segundo relatório da CGU, teriam recebido recursos federais.

3. Em consulta ao sítio eletrônico do Tesouro Nacional, verifica-se que o Município de Curralinho-PA, durante o período em que se efetuaram os saques suspeitos, recebeu R\$ 292.773.247,57 em recursos públicos federais, como parcela de complementação ao Fundef/Fundeb.

4. Desse modo, diante da transferência desses recursos federais ao Município de Curralinho-PA durante todo o período de 2003-2012, há elementos indicativos de possível lesão ao patrimônio da União, fato que impede o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual no atual estágio das investigações.

5. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro para dar sequência à persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

440. Processo : 1.30.017.000189/2012-17 Voto: 2186/2012 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME DE SONEGAÇÃO FISCAL (LEI Nº. 8.137/90, ART. 1º). AUSÊNCIA DE INTERESSE FISCAL DA RECEITA FEDERAL PARA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO CABÍVEL DE MAIS DE OITOCENTOS MIL REAIS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. ARQUIVAMENTO

**PREMATURO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.**

1. Trata-se de peça de informação instaurada para apurar a suposta prática de crimes de sonegação fiscal, previstos no artigo 1º, da lei nº 8.137/90, diante da notícia de que determinadas pessoas estariam movimentando dinheiro incompatível com suas rendas.

2. Após a requisição de informações à Receita Federal, a Procuradora da República oficiante teve conhecimento de que o referido órgão fiscal não tinha interesse fiscal em apurar eventual crédito tributário considerando que havia 20.000 casos mais relevantes do que o valor de irregular preliminarmente detectado (R\$ 493.073,81 no ano de 2009 e de R\$ 420.746,45, no ano de 2008), motivo pelo qual promoveu o arquivamento, aduzindo a ausência de justa causa para o prosseguimento das investigações.

3. Diante da existência de notícia-crime apontado para a possível prática criminosa, não se pode promover o arquivamento sem a adoção de nenhuma providência.

4. A Receita Federal deve proceder a apuração do crédito tributário, sendo obrigada a atender a requisição ministerial para tanto, a fim de que seja preenchido o requisito essencial para a materialização do crime material tributário, conforme exigido pela Súmula Vinculante nº. 24.

5. Assim, não pode a Receita Federal, muito menos o Ministério Público, ficarem inertes diante da existência de indícios de crimes de sonegação fiscal, sem a adoção de qualquer medida, sob pena de prevaricação dos agentes do Fisco.

6. Não homologação do arquivamento.

**Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

441. Processo : 1.13.000.001008/2012-21 Voto: 2187/2012 Origem: PR/AM

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

**Ementa** : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CÓDIGO PENAL). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (LC Nº 75/93, ART. 62, IV). CRIME FORMAL. DESNECESSIDADE DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a prática do crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A, CP).

2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio por entender que, para a configuração do delito de apropriação indébita de contribuições previdenciárias, seria necessária a constituição definitiva do crédito tributário.

3. Pela análise da Súmula Vinculante n. 24, do Supremo Tribunal Federal, verifica-se que o prévio exaurimento da via administrativa é condição objetiva de punibilidade apenas em relação aos crimes materiais contra a ordem tributária.

4. O crime previsto no artigo 168-A do Código Penal é de natureza formal e não depende da constituição definitiva do crédito tributário para sua consumação e, conseqüentemente, para a propositura da ação penal.

5. Não homologação do arquivamento e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguir no feito.

**Decisão** : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

442. Processo : 0000222-45.2012.404.7001 Voto: 2189/2012 Origem: JF/Londrina-PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

**Ementa** : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Crime de descaminho previsto no artigo 334 do Código Penal.

2. Revisão de arquivamento (CPP, art. 28, c/c LC nº 75/93, art. 62, IV).

3. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.

4. Não reincidência delitiva.

5. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância.

6. Insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

443. Processo : 1.01.004.000543/2012-46 Voto: 2006/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informação. *Notitia criminis* contra membro do Ministério Público Estadual, Federal e Delegados de Polícia Federal. Em relação ao membro do MPF, os fatos narrados já são objeto de investigação nos autos de procedimento criminal em trâmite na PRR1. Quanto aos membros do MPE a competência para seu processamento e julgamento é do Tribunal de Justiça Estadual perante o qual somente o MPE pode atuar (CF, art. 96, inciso III, Constituição do Estado do Amapá, art. 133, II, "a" e Lei nº 8.625/93, art. 40, IV). Arquivamento em relação ao membro do Ministério Público Federal, em razão do princípio do *ne bis in idem* e declínio de atribuições em relação aos membros do Ministério Público Estadual e pessoas relacionadas com a Procuradora-Geral de Justiça e à Procuradoria da República no Estado do Amapá, em relação aos Delegados de Polícia Federal. Revisão e homologação.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

444. Processo : 1.34.026.000073/2012-11 Voto: 2007/2012 Origem: PRM/Assis-SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informações. Crime de estupro de vulnerável (art. 217 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de que um pai estaria abusando sexualmente de seu próprio filho menor de idade. Inexistência de elementos indicativos de que a conduta tenha se revestido algum traço de transnacionalidade (art. 109, V, da CF). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

445. Processo : 1.19.002.000105/2012-63 Voto: 2008/2012 Origem: PRM/Caxias-MA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças informativas. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime. Informação, por Defensoria Pública estadual, de que uma pessoa teria sido vítima de golpe consistente na assinatura de procuração para pleitear seguro habitacional em seu nome. Ulterior necessidade de pagamento de custas processuais pela possível vítima. Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

446. Processo : 1.01.004.000101/2012-08 Voto: 2009/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Crime de estelionato (art. 171, VI do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de que Município estaria emitindo uma série de cheques sem a devida provisão de fundos. Diligências junto à PRM correspondente para apurar eventual correlação de crimes de interesse federal. Inexistência de indícios mínimos de crimes de âmbito federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

447. Processo : 1.29.017.000087/2012-12 Voto: 2010/2012 Origem: PRM/Canoas-RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Exploração de jogos de azar (art. 50 da LCP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia da existência da exploração de jogo de azar (Bingo) por pessoa jurídica. Contravenção penal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.



- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
448. Processo : 1.17.002.000065/2012-24 Voto: 2210/2012 Origem: PRM/Colatina-ES  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Crime de sonegação de tributos (art. 1º da Lei nº. 8.137/90). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de que empresa não forneceu cupom fiscal de compra de mercadorias, mas apenas uma nota branca com o carimbo da empresa. Imposto que incide diretamente sobre tal operação é o ICMS, ou seja, de natureza estadual. Inexistência de indícios mínimos de crimes de âmbito federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
449. Processo : 1.30.001.002647/2012-13 Voto: 2012/2012 Origem: PR/RJ  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Notícia de movimentações financeiras atípicas pelos investigados, sendo que esses já respondem em outros procedimentos por crimes de formação de quadrilha, roubos de caixas eletrônicos e outros. Solicitação de informações junto à Receita Federal do Brasil. Informação da ausência de procedimento fiscal aberto. Envio de cópia do presente procedimento à Delegacia da Receita Federal em Sobral no Ceará para apurar eventual crédito tributário. Recebimento da promoção de arquivamento como de declínio de atribuições (Enunciado nº 32), considerando a necessidade de que seja investigada eventual conexão entre as movimentações atípicas e os outros crimes em apuração. Inexistência de indícios mínimos de crimes de âmbito federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
450. Processo : 1.17.003.000103/2012-39 Voto: 2013/2012 Origem: PRM/Linhares-ES  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 29 da Lei n. 9.605/98). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de que o IBAMA encontrou carcaça de tatu em posse do investigado. O aludido animal não está na lista de animais em risco de extinção, razão pela qual afasta a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
451. Processo : 1.24.000.000619/2012-79 Voto: 2014/2012 Origem: PR/PB  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Crime de estelionato (art. 171, VI do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de que empresas autorizadas para realizar o cadastramento de comerciantes estariam induzindo estes a erro para o cadastramento/realização de serviços de transferências eletrônicas de dados. Inexistência de indícios mínimos de crimes de âmbito federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
452. Processo : IPL N. 0507/2008 Voto: 2133/2012 Origem: PRM/Juiz de Fora-MG  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de falsidade ideológica (CP, art. 299). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Empregado que teria apresentado diversos atestados médicos contendo informações falsas, para justificar suas ausências ao trabalho. Atestados assinados sempre com o prazo de 14 (quatorze) dias, a fim de evitar o encaminhamento do empregado ao INSS, resultando em prejuízo suportado exclusivamente pelo empregador, que teve de arcar com o pagamento de dias não trabalhados. Inexistência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições

- ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
453. Processo : 1.31.001.000120/2009-11 Voto: 2015/2012 Origem: PRM/Ji-Paraná-RO  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de responsabilidade de ex-prefeito (art. 1º do Decreto-Lei n. 201/67). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais destinados à construção de uma biblioteca pública no município de Ji-Paraná-RO. Ex-prefeito que, atualmente, exerce o cargo de Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia. Competência constitucional do Tribunal de Justiça nos Estados para processar e julgar os crimes praticados por membros do Ministério Público Estadual, independentemente de eles atuarem ou não perante tribunais. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual. A competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar os membros do *Parquet* restringe-se exclusivamente aos crimes comuns e de responsabilidade cometidos pelos membros do Ministério Público da União que atuem perante tribunais, e não aos do Ministério Público Estadual, conforme expressamente determinado pela Constituição Federal, no art. 105, I, “a”), . Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
454. Processo : 1.34.029.000203/2012-96 Voto: 2016/2012 Origem: PRM/Guaratinguetá-SP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de difamação e de injúria eleitorais (arts. 325 e 326 da Lei nº 4.737/65). Notícia-crime sobre sítio eletrônico com conteúdo ofensivo, com propaganda eleitoral negativa. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 – 2ª CCR). Competência da Justiça Eleitoral. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Eleitoral, remetendo-se os autos ao Procurador Regional Eleitoral.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
455. Processo : 1.00.000.011594/2012-71 Voto: 2017/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informações. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Procedimento administrativo disciplinar instaurado contra servidor público da Universidade Pública do Ceará. Utilização do CNPJ do sindicato dos servidores da referida universidade para assinatura de cheques indevidamente. Ausência de quaisquer elementos que indiquem a participação de servidor público federal. Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
456. Processo : 1.22.014.000177/2012-86 Voto: 2018/2012 Origem: PRM/São João del Rei  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças informativas. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime. Pessoa que afirma ter sido vítima de golpes praticados pela sua posa e pelo seu irmão, que teriam utilizado indevidamente recursos de suas empresas e contratado seguro em seu nome e forjando a sua morte, para receber a indenização da seguradora. Suposto prejuízo suportado exclusivamente pelo noticiante e pela seguradora. Fraude que não se enquadra a qualquer tipo penal contra o Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 9.472/86), e sim ao tipo penal de estelionato, previsto no art. 171 do CP. Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
457. Processo : IPL N. 00173/2009 Voto: 2135/2012 Origem: PR/RO  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Inquérito policial. Possível crime de falsidade ideológica e contra o meio ambiente (art. 171

do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Expedição fraudulenta de guia florestal para transporte de produtos florestais sem anuência com a empresa destinatária. Guia florestal cuja emissão e controle são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental de Rondônia. Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

458. Processo : 1.11.000.000310/2012-37 Voto: 2019/2012 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime militar de lesão corporal ou exposição da vida de outro a perigo (arts. 209 e 213 do Código Penal Militar). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime. Ex-soldado do Exército Brasileiro que fora submetido, na companhia de outros soldados, a permanecer em pé durante três horas, debaixo de sol forte, sem a devida proteção na cabeça, cantando o Hino Nacional Brasileiro e o hino do batalhão. Ocorrência de queimaduras de primeiro e segundos graus, na cabeça da vítima, em decorrência de insolação. Suposto crime praticado por militar em situação de atividade contra militar na mesma situação (art. 9, II, "a", do Código Penal Militar). Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Competência da Justiça Militar. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Militar.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

497. Processo : 1.35.000.001111/2012-12 Voto: 2020/2012 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de apropriação indébita e de peculato (arts. 168 e 312 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime sobre irregularidades contratuais imputadas a dirigentes de uma fundação pública instituída pelo Estado de Sergipe, cometidas em detrimento de empresa privada que fora contratada pela entidade. Inexistência de lesão a bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias, fundações ou empresas públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

460. Processo : 1.17.000.001091/2012-90 Voto: 2021/2012 Origem: PR/ES

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis crimes de corrupção passiva e ativa (arts. 317 e 333 do CP) e de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime apócrifa informando sobre suposto esquema de corrupção âmbito do Detran e das Secretarias de Saúde e de Obras e Construções Populares do Estado do Espírito Santo, com o suposto envolvimento de um servidor público do Poder Judiciário Capixaba e uma empresa privada. Também há informações sobre o possível crime de tráfico de drogas, tendo em vista um grande número de viagens realizadas pelos investigados. Notícia-crime genérica que não narra nenhum fato específico que afete a bens, serviços ou interesses da União, de suas autarquias, fundações ou empresas públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

461. Processo : 1.23.001.000278/2009-63 Voto: 2022/2012 Origem: PRM/Marabá

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. falsidade ideológica e contra o meio ambiente previsto no art. 50 ou 50-A da Lei n. 9.605/98. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Suposto desmatamento ocorrido em área indígena. Diligências preliminares realizadas perante a Funai. Informações de que a área desmatada não estaria nos exatos limites da terra indígena, tratando-se de área de terceiros. Diligências complementares solicitadas ao Ibama. Confirmação, por meio de fiscalização *in loco*, de que o desmatamento ocorreu em áreas fora dos limites de terra indígena, sem indícios de que a extração de madeira tenha sido realizada com destinação

econômica, mas sim com o objetivo de preparo do solo para plantação de subsistência. Inexistência de lesão a interesses, serviços ou bens da União, de suas autarquias, empresas públicas e fundações públicas. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

462. Processo : 1.14.000.001315/2012-75 Voto: 2023/2012 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime contra as relações de consumo, consistente na utilização de meio constrangedor e coativo para a cobrança de dívidas (art. 71 do Código do Consumidor). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Universidade privada que teria impedido um aluno de se formar por causa de sua condição de inadimplente. Prejuízo suportado exclusivamente por particulares. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

463. Processo : IPL N. 95/2008 Voto: 2134/2012 Origem: PRM/IMPERATRIZ-MA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de falsidade ideológica em detrimento de Junta Comercial (CP, art. 299). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Suposta falsificação de assinatura em instrumento de alteração contratual de pessoa jurídica. A inserção de dados falsos em documentos da Junta Comercial sob a supervisão do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC) não justifica, por si só, o reconhecimento da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra aquela entidade. No caso, a União não foi ludibriada nem sofreu prejuízos diretos e específicos. Competência da Justiça Estadual. Precedente do STJ (CC, 81261. Rel. Arnaldo Esteves Lima, 3ª Seção – STJ, DJe de 16/03/2009, unânime). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

464. Processo : 1.33.000.001325/2011-74 Voto: 2132/2012 Origem: PR/SC

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime informando que determinado sítio eletrônico, apesar de oferecer serviços supostamente gratuitos, teria exigido o preenchimento do número de cartão de crédito dos seus usuários. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

465. Processo : 1.34.001.005112/2012-55 Voto: 2131/2012 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a honra (art. 139 e 140 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime informando que pessoa teria utilizado os dados do noticiante para encaminhar mensagens eletrônicas injuriosas e ofensivas contra integrantes de uma entidade privada. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

466. Processo : 1.12.000.000221/2012-53 Voto: 2024/2012 Origem: PR/AP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 50 da Lei n. 9.605/98). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Desmatamento de mata nativa. Fatos ocorridos no entorno de reserva extrativista. Diligências. Informações fornecidas pelo Incra atestando que a área desmatada se encontra inserida em unidade de conservação do Estado do Amapá.

- Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
467. Processo : 1.30.001.004188/2012-11 Voto: 2025/2012 Origem: PR/RJ
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Suposto crime contra as relações de consumo (art. 7º, II e IX da Lei n. 8.137/90). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Produção e manutenção em estoque de produto concentrado líquido para refresco de guaraná, com a utilização de edulcorante artificial sacarina, de uso proibido. Inexistência de lesão direta a bens, serviços ou interesses da União, suas autarquias ou empresas públicas. Competência estadual para processar e julgar crimes contra as relações de consumo. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
468. Processo : 1.30.001.004190/2012-81 Voto: 2026/2012 Origem: PR/RJ
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Suposto crime de uso de documento falso perante Junta Comercial (CP, art. 304). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Suposta apresentação de documento com reconhecimento de firma não autêntico perante a autarquia estadual. A inserção de dados falsos em documentos da Junta Comercial sob a supervisão do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC) não justifica, por si só, o reconhecimento da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra aquela entidade. No caso, a União não foi ludibriada nem sofreu prejuízos diretos e específicos. Competência da Justiça Estadual. Precedente do STJ (CC, 81261. Rel. Arnaldo Esteves Lima, 3ª Seção – STJ, DJe de 16/03/2009, unânime). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
469. Processo : 1.30.001.004416/2012-44 Voto: 2027/2012 Origem: PR/RJ
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Notícia-crime apócrifa. Servidor público militar que teria simulado separação de fato com sua esposa, ingressando com ação perante a Justiça Estadual, para ser obrigado ao pagamento de alimentos em percentual fixado sobre sua remuneração. Após isso, teria ingressado com ação ordinária perante a Justiça Federal para excluir empréstimos consignados de sua folha de pagamento, sob justificativa de que não poderia arcar com tais empréstimos em virtude das despesas decorrentes de alimentos fixados pela Justiça Estadual. Suposta tentativa de exclusão fraudulenta de empréstimos consignados contraídos perante entidade bancária privada. Prejuízo direcionado exclusivamente à instituição financeira. Fato que não se amolda aos tipos penais contra o Sistema Financeiro (Lei n. 7.492/86). Ausência de lesão à União ou às suas entidades. Homologação do declínio ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
470. Processo : 1.24.001.000140/2012-22 Voto: 2028/2012 Origem: PRM/Campina Grande-PB
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Crime de estelionato (art. 171, VI do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de empréstimo consignado celebrando com instituição bancária não autorizado por aposentado. Prejuízos suportados por particular. Inexistência de indícios mínimos de crimes de âmbito federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
471. Processo : IPL N. 0132/2011 Voto: 2128/2012 Origem: PR/PA

- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de falsidade ideológica em detrimento de Junta Comercial (CP, art. 299). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Suposta falsificação de assinatura em contrato social de pessoa jurídica. A inserção de dados falsos em documentos da Junta Comercial sob a supervisão do Departamento Nacional do Registro do Comércio (DNRC) não justifica, por si só, o reconhecimento da Justiça Federal para processar e julgar os crimes contra aquela entidade. No caso, a União não foi ludibriada nem sofreu prejuízos diretos e específicos. Competência da Justiça Estadual. Precedente do STJ (CC, 81261. Rel. Arnaldo Esteves Lima, 3ª Seção – STJ, DJe de 16/03/2009, unânime). Ausência de atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencida a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participou da votação o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
472. Processo : 1.15.000.001302/2012-69 Voto: 2029/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 50 da Lei n. 9.605/98. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Destruição de mata nativa. Secretaria de Patrimônio da União informou que a área do dano não pertence à União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
473. Processo : 3000.2012.002624-1 Voto: 2129/2012 Origem: PR/SP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Inquérito Policial. Furto qualificado (art. 155, §4º do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia de possível furto de 3 anéis de ouro em bagagens despachadas em voo doméstico de empresa aérea. Impossibilidade probatória de confirmar que o possível furto tenha ocorrido durante a viagem aérea e não em momento ulterior ao despacho das bagagens. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
474. Processo : 1.34.001.004751/2012-01 Voto: 2030/2012 Origem: PR/SP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de violação de direito autoral (art. 184 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime informando a divulgação de filmes pela internet sem autorização de seus autores. Prejuízo suportado exclusivamente pelos proprietários dos direitos autorais das obras divulgadas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
475. Processo : 1.34.001.003261/2012-80 Voto: 2031/2012 Origem: PR/SP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP). Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Notícia-crime informando sobre a existência de uma página eletrônica virtual que aplicaria golpes por meio de falsas propostas de enriquecimento fácil. Prejuízo suportado exclusivamente por particulares. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
476. Processo : IPL N. 0044/2012 Voto: 2130/2012 Origem: PRM/ Petrolina-Juazeiro  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de tráfico de drogas (art. 33 da Lei n. 11.343/06. Revisão de declínio de atribuições (Enunciado nº 32). Possível tráfico de drogas no Município

de Juazeiro-BA. Constatação de que se trata de tráfico local, sem qualquer repercussão interestadual ou internacional. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

477. Processo : 1.01.004.000546/2012-80 Voto: 2032/2012 Origem: PRR1

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informação. Notícia contra Membro do Judiciário Estadual consistente na eventual responsabilidade por dano ao erário decorrente de decisão de expedição de alvarás, mesmo com efeito suspensivo de recurso perante o TRF. (Enunciado 32 2ºCCR). A competência para o seu processamento e julgamento é do Tribunal de Justiça Estadual, em consonância com o disposto no artigo 96, inciso III da Constituição Federal. Homologação do declínio de atribuições.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

478. Processo : 1.00.000.012393/2012-91 Voto: 2073/2012 Origem: PRM/Ilhéus-BA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de responsabilidade de ex-prefeito (art. 1º do Decreto-Lei n. 201/67) e de extravio de documento público (art. 314 do CP). Notícia-crime apresentada pelo Município de Potiraguá-BA informando que o ex-prefeito, ao final de sua gestão, teria extraviado a documentação essencial ao funcionamento da Prefeitura. Além disso, foi noticiado que o ex-gestor também teria dado causa à imputação de débito no valor de R\$ 22,00 (atualmente, no valor atualizado de R\$ 52,32) em desfavor do Município, relativo à prestação de contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), em 2006. Atribuição do Ministério Público Estadual para apurar o possível crime de extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (art. 314 do CP) praticado em desfavor da Prefeitura Municipal. Inexistência de fato penalmente relevante a ser apurado no âmbito do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

479. Processo : 1.14.003.000143/2011-10 Voto: 2087/2012 Origem: PRM/Barreiras-BA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento Administrativo. Crime contra a honra (art. 140). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Notícia de que médico perito do INSS havia injuriado segurado. Diligências. Juntada do termo de declarações do médico. Ciência da parte noticiante de que eventual ação é de natureza privada (Enunciado CCR nº 46). Ausência de atribuições do MPF. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

480. Processo : 1.11.000.000105/2009-76 Voto: 2046/2012 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Notícia de suposto crime contra a ordem tributária (art. 1º, Lei 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62, IV). Inexistência de constituição definitiva do crédito tributário e, consequentemente, de condição objetiva de punibilidade, considerando que os débitos tributários correlatos foram objeto de impugnação tempestiva, estando aguardando decisão da Receita Federal. Súmula Vinculante nº 24, do STF. Ausência de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

481. Processo : 1.31.000.001172/2011-30 Voto: 2047/2012 Origem: PR/RO

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (Art. 334 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Mercadorias apreendidas no valor de R\$ 600,00.

Tributos iludidos no valor aproximado de R\$ 300,00. Inexistência de reiteração de conduta delitiva. Aplicação do princípio da insignificância. Precedente do STF, HC 100316/SC, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 15/10/09, publicado em 12/02/10, 2ª Turma, unânime. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

482. Processo : 1.28.000.000824/2012-95 Voto: 2048/2012 Origem: PR/RN

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 60). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Pessoa que foi autuada pelo Ibama por ter deixado de se inscrever no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais quando do funcionamento de um depósito de materiais de construção tais como tintas, areia, tijolos, etc e de uma serraria. Aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) pelo Ibama. Ausência de dano ambiental. Conduta que, apesar de ser passível de enquadramento formal ao tipo penal do art. 60 da Lei n. 9.605/98, não se reveste da necessária tipicidade material, sobretudo quando se considera o valor irrisório da multa aplicada pela autoridade ambiental, que revela a inexpressividade da conduta. Necessidade de se fazer uma ponderação entre a significância administrativa atribuída ao fato pela autoridade ambiental e a sua significância no âmbito penal, aplicando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, subsidiariedade e fragmentariedade. Impossibilidade de uma conduta ser administrativamente irrelevante, mas ter repercussão significativa no âmbito penal. Conduta materialmente atípica. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

483. Processo : 1.28.000.000586/2012-18 Voto: 2049/2012 Origem: PR/RN

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98, art. 60). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Pessoa que foi autuada pelo Ibama por ter deixado de se inscrever no Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais quando do funcionamento de frigoríficos de pescados, barcos de pesca e beneficiamento de lagosta e camarão. Aplicação de multa no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) pelo Ibama. Ausência de dano ambiental. Conduta que, apesar de ser passível de enquadramento formal ao tipo penal do art. 60 da Lei n. 9.605/98, não se reveste da necessária tipicidade material, sobretudo quando se considera o valor irrisório da multa aplicada pela autoridade ambiental, que revela a inexpressividade da conduta. Necessidade de se fazer uma ponderação entre a significância administrativa atribuída ao fato pela autoridade ambiental e a sua significância no âmbito penal, aplicando-se os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, subsidiariedade e fragmentariedade. Impossibilidade de uma conduta ser administrativamente irrelevante, mas ter repercussão significativa no âmbito penal. Conduta materialmente atípica. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

484. Processo : 1.12.000.001011/2011-00 Voto: 2050/2012 Origem: PR/AP

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de estelionato (Art. 171 do Código Penal). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Integrantes de associação de servidores da Polícia Federal que teriam tentado vender cotas de um sorteio para arrecadar fundos destinados à realização de olimpíadas da Polícia Federal. Constatação de que os investigados não utilizaram indevidamente o nome da Polícia Federal, mas exclusivamente o da respectiva entidade de classe, para o custeio de uma atividade recreativa e de integração social inerente à associação, sem o emprego de nenhum meio fraudulento, abusivo ou coercitivo. Ausência de materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

485. Processo : 1.29.012.000058/2011-10 Voto: 2051/2012 Origem: PRM/Bento Gonçalves-RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de sonegação fiscal (art. 1º da Lei n. 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Diligências perante a Receita Federal. Informações



- de que o crédito tributário estaria extinto em razão da decadência tributária. Crime de natureza material que somente se materializa após a constituição definitiva do crédito tributário, fato que se mostra impossível no caso dos autos. Aplicação da Súmula Vinculante n. 24, do STF. Ausência de materialidade delitiva. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
486. Processo : 1.20.002.000002/2010-11 Voto: 2052/2012 Origem: PRM/Sinop-MT  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime previsto no art. 273 do Código Penal. Revisão de arquivamento (LC n° 75/93, art. 62-IV). Supostas irregularidades no manuseio, armazenamento, estocagem, manipulação e venda de medicamentos. Existência de inquérito instaurado para apurar os mesmos fatos (IPL n. 442/2009). Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
487. Processo : 1.22.001.000182/2012-38 Voto: 2053/2012 Origem: PRM/Juiz de Fora-MG  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato previdenciário (art. 171, §3º, do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Suposto saque indevido de benefício previdenciário após o óbito do titular. Fatos ocorridos entre os meses de março e abril de 1996. Lapso prescricional de 12 (doze) anos. Ocorrência da prescrição em 2008. Extinção da pretensão punitiva estatal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
488. Processo : 1.30.001.003594/2012-58 Voto: 2054/2012 Origem: PR/RJ  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de Informações. Notícia-crime apócrifa informando sobre diversas fraudes e crimes praticados pelo advogado investigado. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Existência de outros dois procedimentos, em fase mais adiantada, instaurados para investigar os mesmos fatos. Homologação do declínio de atribuições.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
489. Processo : 1.00.000.011511/2012-43 Voto: 2055/2012 Origem: PRM/Foz do Iguaçu-PR  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho e de radiodifusão clandestina (art. 344 do CP e art. 183 da Lei n. 9.472/97). Revisão de arquivamento (LC n° 75/93, art. 62-IV). Procedimento instaurado para apurar a suposta participação de pessoa indicada como proprietário de um veículo apreendido com mercadorias descaminhadas, encontradas em posse de outro investigado, já denunciado pelo MPF (Ação Penal n. 0003474-24.2010.404.7002). Constatação de que a pessoa que constava como proprietário do veículo apreendido não seria o seu verdadeiro dono, uma vez que placa desse automóvel teria sido clonada. Ausência de quaisquer indícios de participação do investigado no fato ilícito já objeto de ação penal. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
490. Processo : 1.35.000.001007/2012-10 Voto: 2056/2012 Origem: PR/SE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possíveis crimes de prostituição infantil (art. 244-A do 8.069 de 1990) e de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33 da Lei n. 11.343/2006). Notícia-crime informando sobre a suposta existência de um ponto de prostituição de menores e de venda de drogas, localizado em estabelecimento de hospedagem de Aracaju-SE. Remessa de cópia da notícia-crime ao Ministério Público Estadual, além da existência de outro procedimento investigatório de âmbito federal que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

491. Processo : 1.15.000.001654/2009-19 Voto: 2057/2012 Origem: PR/CE  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : Peças de informações. Supostos crimes de sonegação de contribuição previdenciária e/ou apropriação indébita previdenciária (CP, art. 337-A e 168-A). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao parcelamento especial previsto na Lei n. 11.960/09. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isso porque a ausência de pagamento, na data do respectivo vencimento, autoriza a retenção e o repasse dos respectivos recursos do Fundo de Participação dos Municípios à Receita Federal, para quitação do crédito tributário. Interpretação sistemática do §4º do art. 1º da Lei n. 11.960/09, c/c o inciso I do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
492. Processo : 1.12.000.000396/2012-61 Voto: 2058/2012 Origem: PR/AP  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato previdenciário (art. 171, §3º, do CP). Notícia-crime apresentada por pessoa que, ao ter requerido benefício de auxílio-natalidade ao INSS, tomou conhecimento da existência uma série de vínculos empregatícios registrados indevidamente em seu Cadastro Nacional de Informações Sociais – CNIS. Diligências realizadas perante o INSS. Esclarecimentos prestados pela autarquia previdenciária informando sobre a possível ocorrência de equívoco administrativo no lançamento de dados cadastrais, que teria resultado na alimentação indevida do CNI. Ausência de indícios mínimos de qualquer crime a ser investigado. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
493. Processo : 1.28.000.001287/2012-09 Voto: 2059/2012 Origem: PR/RN  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : Peças de informação. Possível crime de responsabilidade de ex-prefeito, consistente na omissão na prestação de contas de recursos públicos federais (art. 1º, VII, do Decreto-Lei n. 201/67). Revisão de arquivamento (LC nº 75/1993, art. 62, IV). Fato ocorrido em 2003. Lapso prescricional de 8 (oito) anos. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva desde o ano de 2011. Existência de inquérito policial instaurado para apurar o possível desvio de recursos públicos. Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
494. Processo : 1.00.000.006033/2011-79 Voto: 2060/2012 Origem: PRR5  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : Procedimento administrativo. Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Comunicação de membro da Procuradoria Regional da República da 5ª Região relatando que Procuradores da República lotados no Estado de Pernambuco teriam declinado diversos inquéritos civis públicos ao MP Estadual, sem submetê-los ao crivo revisional desta 2ª Câmara. Fatos já apreciados por este Colegiado, na 542ª Sessão, quando se deliberou pelo não conhecimento da remessa, tendo em vista que os inquéritos civis eram de natureza cível e, por essa razão, não deveriam ser submetidos à 2ª Câmara (Voto n. 2429/2011, Mônica Nicida Garcia, 542ª Sessão). Após a decisão do Colegiado, pelo não conhecimento, os autos foram devolvidos à origem, para ciência, e agora retornaram para apreciação do arquivamento, tendo em vista o exaurimento do seu objeto. Ausência de providências a serem tomadas. Homologação do arquivamento.  
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
495. Processo : 1.11.000.000812/2012-68 Voto: 2061/2012 Origem: PR/AL  
Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de sonegação de contribuições previdenciárias (art. 337-A do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Empresa reclamada que efetuava o pagamento de comissões “por fora” ao empregado reclamante. Existência de outro procedimento instaurado para apurar o mesmo fato (Peças de Informação n. 1.11.000.000730/2012-13). Aplicação do princípio do *non bis in idem*.

- Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
496. Processo : 1.00.000.012677/2012-87 Voto: 2062/2012 Origem: PRM/Linhares-ES  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de abuso de autoridade (Lei n. 4.898). Representação encaminhada por associação de pescadores artesanais narrando problemas que atingem os pescadores da região e solicitando a adoção de providências legislativas, administrativas e de investigação criminal. Notícia de suposto abuso de autoridade por parte de fiscais do Ibama, durante atividades de fiscalização. Fatos que não configuram qualquer tipo penal de abuso de autoridade, consistindo apenas situações normais de fiscalização, tais como apreensão de pescado e de materiais de pesca e aplicação de multas. Condutas que se incluem no próprio conceito do exercício legal da profissão de fiscal ambiental. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
497. Processo : 1.15.000.001526/2012-71 Voto: 2063/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato contra o INSS ( art. 171, §3º, do CP). Saque indevido de benefício previdenciário, após o óbito do titular. Último saque efetuado em 13 de julho de 1999. Pena máxima de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses cominado ao delito. Lapso prescricional de 12 (doze) anos. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
498. Processo : 1.25.006.000660/2012-58 Voto: 2064/2012 Origem: PRM/Paranavaí-PR  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de descaminho (art. 344 do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Procedimento instaurado a partir de representação fiscal para fins penais encaminhada pela Receita Federal. Constatação de que todos os fatos descritos na RFFP já foram objeto de inquéritos policiais autônomos, inclusive já arquivados por meio da aplicação do princípio da insignificância. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
499. Processo : 1.19.000.000451/2012-61 Voto: 2065/2012 Origem: PR/MA  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime ambiental previsto no art. 52 da Lei n. 9.605/98. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Ingresso proibido em unidade de conservação. Pessoa que foi encontrada no interior de reserva biológica, seguindo fiscais ambientais, para supostamente repassar informações a uma madeireira. Diligências para verificar a eventual participação do investigado em desmatamentos realizados pela madeireira por ele indicada. Ausência de qualquer indício que demonstre a vinculação entre o seu ingresso na unidade de conservação e os desmatamentos imputados à madeireira, sobretudo considerando-se o lapso temporal entre o ingresso do investigado (27/09/2011) e o auto de infração lavrado em desfavor da madeireira (04/06/2012). Atipicidade da conduta de ingresso à unidade de conservação, uma vez que o investigado não portava nenhum instrumento próprio para caça ou exploração florestal, conforme exigido pelo tipo penal do art. 52 da Lei n. 9.605. Instauração de procedimento próprio para apurar a eventual prática de crimes ambientais por parte da madeireira. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
500. Processo : 1.15.000.001551/2012-54 Voto: 2066/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato contra o INSS ( art. 171, §3º, do CP). Saque indevido de benefício previdenciário, após o óbito do titular. Último saque efetuado

- em 9 de agosto de 2000. Pena máxima de 6 (seis) anos e 8 (oito) meses cominado ao delito. Lapse prescricional de 12 (doze) anos. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
501. Processo : 3408.2012.000543-3 Voto: 2227/2012 Origem: PR/SP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Inquérito policial. Possível crime de furto (art. 155 do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Pessoa que teria tido o seu telefone celular furtado a bordo de um navio. Fato supostamente ocorrido em local com considerável aglomeração de pessoas durante o desembarque dos passageiros. Ausência de quaisquer indícios de autoria delitiva. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
502. Processo : 1.00.000.011727/2012-17 Voto: 2067/2012 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Crime de recusa/impedimento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil (art. 10, Lei nº. 7.347/1985). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Existência de um procedimento investigatório criminal sob os mesmos fatos já arquivados. Inexistência de novos elementos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
503. Processo : 1.34.029.000184/2011-17 Voto: 2068/2012 Origem: PRR1  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência ou de responsabilidade praticados por prefeito municipal de Potim-SP (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67 ou art. 330 do CP, respectivamente). Descumprimento de liminar em mandado de segurança deferida pela Justiça do Trabalho. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Constatação de que o prefeito investigado deixou de cumprir a ordem sob o fundamento de que a autoridade judicial prolatora da determinação era materialmente incompetente. Incompetência do juízo posteriormente declarada pelo Supremo Tribunal Federal, após reclamação constitucional ajuizada pela prefeitura. Para a configuração do crime de desobediência, é necessário que a ordem descumprida se revista dos requisitos legais de validade, inclusive no que se refere à competência do agente público responsável pela determinação, razão pela qual a conduta investigada é atípica quanto ao delito de desobediência. Já em relação ao crime de responsabilidade previsto no art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67, o tipo penal exige expressamente que o descumprimento da ordem seja injustificado, para a caracterização do delito, o que não aconteceu no caso destes autos. Atipicidade de conduta em relação a ambos os tipos penais. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
504. Processo : 1.34.029.000185/2011-61 Voto: 2069/2012 Origem: PRR3  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência ou de responsabilidade praticados por prefeito municipal de Potim-SP (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67 ou art. 330 do CP, respectivamente). Descumprimento de liminar em mandado de segurança deferida pela Justiça do Trabalho. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Constatação de que o prefeito investigado deixou de cumprir a ordem sob o fundamento de que a autoridade judicial prolatora da determinação era materialmente incompetente. Incompetência do juízo posteriormente declarada pelo Supremo Tribunal Federal, após reclamação constitucional ajuizada pela prefeitura. Para a configuração do crime de desobediência, é necessário que a ordem descumprida se revista dos requisitos legais de validade, inclusive no que se refere à competência do agente público responsável pela determinação, razão pela qual a conduta investigada é atípica quanto ao delito de desobediência. Já em relação ao crime de responsabilidade previsto no art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67, o tipo penal exige expressamente que o descumprimento da ordem seja injustificado, para a caracterização do delito, o que não aconteceu no caso destes autos.

- Atipicidade de conduta em relação a ambos os tipos penais. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
505. Processo : 1.34.029.000186/2011-14 Voto: 2070/2012 Origem: PRR3
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência ou de responsabilidade praticados por prefeito municipal de Potim-SP (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67 ou art. 330 do CP, respectivamente). Descumprimento de liminar em mandado de segurança deferida pela Justiça do Trabalho. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Constatação de que o prefeito investigado deixou de cumprir a ordem sob o fundamento de que a autoridade judicial prolatora da determinação era materialmente incompetente. Incompetência do juízo posteriormente declarada pelo Supremo Tribunal Federal, após reclamação constitucional ajuizada pela prefeitura. Para a configuração do crime de desobediência, é necessário que a ordem descumprida se revista dos requisitos legais de validade, inclusive no que se refere à competência do agente público responsável pela determinação, razão pela qual a conduta investigada é atípica quanto ao delito de desobediência. Já em relação ao crime de responsabilidade previsto no art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67, o tipo penal exige expressamente que o descumprimento da ordem seja injustificado, para a caracterização do delito, o que não aconteceu no caso destes autos. Atipicidade de conduta em relação a ambos os tipos penais. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
506. Processo : 1.34.029.000183/2011-72 Voto: 2071/2012 Origem: PRR3
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência ou de responsabilidade praticados por prefeito municipal de Potim-SP (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67 ou art. 330 do CP, respectivamente). Descumprimento de liminar em mandado de segurança deferida pela Justiça do Trabalho. Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Constatação de que o prefeito investigado deixou de cumprir a ordem sob o fundamento de que a autoridade judicial prolatora da determinação era materialmente incompetente. Incompetência do juízo posteriormente declarada pelo Supremo Tribunal Federal, após reclamação constitucional ajuizada pela prefeitura. Para a configuração do crime de desobediência, é necessário que a ordem descumprida se revista dos requisitos legais de validade, inclusive no que se refere à competência do agente público responsável pela determinação, razão pela qual a conduta investigada é atípica quanto ao delito de desobediência. Já em relação ao crime de responsabilidade previsto no art. 1º, XIV, do Decreto-Lei n. 201/67, o tipo penal exige expressamente que o descumprimento da ordem seja injustificado, para a caracterização do delito, o que não aconteceu no caso destes autos. Atipicidade de conduta em relação a ambos os tipos penais. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
507. Processo : 1.35.000.001287/2012-66 Voto: 2072/2012 Origem: PR/SE
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Crime contra a ordem tributária (art. 1º e/ou 2º da Lei nº. 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Existência de IPL sob os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
508. Processo : 1.00.000.012743/2012-19 Voto: 2074/2012 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Peças de informação. Possível crime de contrabando (art. 334 do CP). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Existência de inquérito policial instaurado para apurar os mesmos fatos (IPL n. 64,07412/2011 – 0000584-51.2012.4.02.5110). Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
509. Processo : 1.10.000.000377/2012-17 Voto: 2075/2012 Origem: PR/AC

- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de desobediência (CP, art. 330). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Descumprimento de embargo lavrado em auto de infração do IBAMA. Infração administrativa prevista no art. 103, II, parágrafo 1º, do Decreto nº 6.514/2008. Ausência de expressa ressalva da possibilidade de cumulação do perdimento dos bens com sanção penal. Atipicidade da conduta. Precedente 2ª CCR: MPF nº 1.20.000.000163/2012-96. Relatora Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Sessão nº 557 de 02/04/12, unânime. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
510. Processo : 1.36.000.000195/2012-21 Voto: 2076/2012 Origem: PR/TO  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informações. Supostos crimes de sonegação de contribuição previdenciária e/ou apropriação indébita previdenciária (CP, art. 337-A e 168-A). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Crédito tributário com exigibilidade suspensa em face da adesão do município ao parcelamento especial previsto na Lei n. 11.960/09. Parcelamento que se equipara ao pagamento para fins de extinção da punibilidade, já que as prestações não poderão ser inadimplidas. Isso porque a ausência de pagamento, na data do respectivo vencimento, autoriza a retenção e o repasse dos respectivos recursos do Fundo de Participação dos Municípios à Receita Federal, para quitação do crédito tributário. Interpretação sistemática do §4º do art. 1º da Lei n. 11.960/09, c/c o inciso I do art. 160 da Constituição Federal. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
511. Processo : 1.12.000.000576/2010-81 Voto: 2077/2012 Origem: PRE/AP  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Peças de informação. Possível crime de coação ao voto (art. 300 do Código Eleitoral). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Notícia-crime apócrifa informando sobre ameaça de servidora pública a estagiários para que votassem em seu irmão. Oitiva da noticiada. Negativa de conduta. Inexistência de elementos aptos a subsidiar as acusações feitas pelo noticiante, considerando, inclusive, a data dos fatos e a ausência de maiores informações quanto aos supostos estagiários compelidos ao voto direcionado. Ausência de justa causa. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
512. Processo : 1.15.000.000690/2012-61 Voto: 2078/2012 Origem: PR/CE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crime de responsabilidade de ex-prefeito (Decreto-Lei nº 201/1967, art. 1º, III). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Notícia de irregularidades detectadas na prestação de contas apresentada, referente a recursos federais pactuados entre Município e o FNDE. Requisição de informações ao Município e ao FNDE. Envio de documentos e cd contendo a prestação de contas. Ulterior aprovação das contas pelo FNDE. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito, considerando a inexistência de indícios mínimos de crimes. Homologação de arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
513. Processo : 1.35.000.001217/2012-16 Voto: 2079/2012 Origem: PR/SE  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen  
 Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possíveis crimes ambientais (Lei nº 9.605/98). Notícia de que empresa estaria causando poluição hídrica em rio. Existência de outro procedimento investigatório de âmbito federal que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação do arquivamento.  
 Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
514. Processo : 1.29.006.000199/2011-11 Voto: 2222/2012 Origem: PR/RS  
 Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

- Ementa : Procedimento investigatório criminal. Tributário. Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Revisão de arquivamento (LC nº 75/1993, art. 62, IV). Notícia de apropriação indébita previdenciária por Município. Informação de pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade por força do disposto na Lei nº 10.684/2003, artigo 9º, § 2º. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
515. Processo : 1.01.004.000255/2005-62 Voto: 2211/2012 Origem: PRM/Marabá-PA
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crime de responsabilidade de ex-prefeito (Decreto-Lei nº 201/1967, art. 1º, III). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Notícia de irregularidades referentes a recursos federais pactuados entre Município e o INCRA. Após conclusão dos trabalhos pela CGU e pela sindicância do INCRA não restaram constatadas irregularidades. Objeto executado e prestação de contas aprovadas. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito, considerando a inexistência de indícios mínimos de crimes. Homologação de arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
516. Processo : 1.20.002.000015/2010-90 Voto: 2080/2012 Origem: PRM/Sinop-MT
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento Administrativo. Adulteração/alteração de produtos destinados para fins terapêuticos (art. 273 do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Notícia de funcionamento irregular de pessoa jurídica da área de manipulação de medicamentos. Existência de instaurado para apurar o mesmo fato. Aplicação do princípio do *non bis in idem*. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
517. Processo : IPL N. 0360/2012 Voto: 2225/2012 Origem: PR/SP
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Inquérito policial. Crime de roubo (art. 157 do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Notícia de roubo de carteiro de objetos postais de propriedade dos correios. Inexistência de testemunhas. Ausência de novas diligências possíveis. Ausência de quaisquer indícios de autoria delitiva. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
518. Processo : 1.23.001.000213/2011-32 Voto: 2081/2012 Origem: PRM/Marabá-PA
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de Ameaça (art. 147 do CP). Revisão de arquivamento (LC n. 75/93, art. 62-IV). Notícia de que delegado de polícia teria ameaçado duas pessoas no ano de 2006. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva pela pena máxima em abstrato. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
519. Processo : 1.25.001.000031/2011-97 Voto: 2082/2012 Origem: PR/AL
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
- Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crime de sonegação de contribuição e/ou sonegação fiscal (art. 337-A do CP e 1º da Lei nº 8.137/90). Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Notícia de que empresa estaria sonegando tributos, bem como não recolhendo contribuições previdenciárias. Diligências junto à Receita Federal do Brasil. Comunicado da RFB de que inexistem procedimentos fiscais e de que não existem indícios mínimos de irregularidades. Ausência de indícios da prática de crimes. Homologação do arquivamento.
- Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.
520. Processo : 1.12.000.000871/2010-37 Voto: 2083/2012 Origem: PRE/AP
- Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Possível crime de coação ao voto (art. 300 do Código Eleitoral). Revisão de arquivamento (art. 62, IV, da LC n. 75/93). Notícia de suposta coação em desfavor do noticiante para votar em candidato direcionado por servidora pública, bem como ulterior rescisão de seu contrato temporário com o Estado, em razão de supostas perseguições. Término de contratação de vários funcionários no mesmo período. Existência de margem de discricionariedade nas exonerações. Ausência de indícios mínimos de crime. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

521. Processo : 1.11.000.000716/2009-14 Voto: 2084/2012 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças informativas. Suposta compra de votos (art. 299 do Código Eleitoral). Revisão de arquivamento (LC nº 75/93, art. 62-IV). Notícia de possível favorecimento de funcionários contratados por Prefeitura em troca de votos. Oitivas dos supostos beneficiários. Negativa de obtenção de vantagem. Ausência de indícios mínimos de materialidade de crimes ou de novas diligências possíveis. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

522. Processo : 1.23.000.000323/2012-95 Voto: 2085/2012 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (CP, art. 203). Revisão de declínio (Enunciado nº 32 – 2ª CCR/MPF). Empresa condenada, em primeira instância, pela Justiça do Trabalho ao pagamento de horas extras em favor do reclamante. Empregador que não tinha controle efetivo da jornada de trabalho dos funcionários, ocasionando-lhes prejuízo pela falta de registro de horas extras trabalhadas. Conduta omissiva que não se enquadra na definição de “mediante fraude ou violência”, conforme exigido pelo tipo penal de frustração de direito trabalhista, previsto no art. 203 do CP. Exigência de que a conduta de frustrar direito trabalhista ocorra de forma comissiva, por meio fraudulento ou violento, e não por mera negligência ou omissão do empregador. Conhecimento do declínio de atribuições como promoção de arquivamento. Manifesta atipicidade. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

523. Processo : 1.32.000.000303/2012-13 Voto: 2086/2012 Origem: PR/RR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informação. Revisão de arquivamento (LC 75/93, art. 62, IV). Notícia de ingresso em unidade de conservação, sem a devida autorização. Ausência de instrumentos ou substâncias que pudessem ser utilizadas para a caça. Atipicidade da conduta. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

#### CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

524. Processo : 1.26.000.000736/2012-68 Voto: 2217/2012 Origem: PR/PE

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado para fins de apurar as condições em que se encontrava determinado veículo acondicionado nos pátios da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, acautelados por ordem da Justiça Federal em Pernambuco. Diligências. Constatção de que o veículo já foi entregue à Secretaria Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, em razão do decreto de perdimento do bem em favor da União, para o Fundo Nacional Antidrogas. Esgotamento do objeto. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

525. Processo : 1.16.000.004066/2011-14 Voto: 2215/2012 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informações. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado para



apurar suposta irregularidade no envio de dois sargentos de polícia militar estadual para participarem de curso de tripulante operacional – salvamento aquático. Um desses profissionais, durante o curso, veio à óbito. Irregularidade na participação do curso apenas sob o aspecto administrativo. Inexistência de indícios mínimos de crimes. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

526. Processo : 1.26.000.000585/2012-48 Voto: 2219/2012 Origem: PR/PE

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado para fins de apuração quanto à existência de veículos nos pátios da Polícia Federal, que estejam acautelados por ordem da Justiça Estadual, bem como acerca de veículos cedidos em uso por parte das delegacia de polícia. Diligências junto à PF. Envio da relação dos veículos. Abertura de outros procedimentos para fins de agilizar a devolução ao proprietário ou ser procedida a alienação antecipada, conforme o caso. Esgotamento do objeto. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

527. Processo : 1.25.004.000037/2012-15 Voto: 2256/2012 Origem: PRM/Guarapuava-PR

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Peças de Informações. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento desmembrado dos autos que trataram, de modo global, de veículos apreendidos e custodiados no pátio da Delegacia de Polícia Federal em Guarapuava/PR. Concentração do presente feito em apenas um desses veículos. Restou configurada a perda do bem em favor da União, haja vista que transpassaram mais de 90 dias sem a retirada do bem pelo proprietário. Comunicação da Advocacia Geral da União de pedido de inclusão do carro em leilão. Esgotamento do objeto. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

528. Processo : 1.00.000.012668/2012-96 Voto: 2212/2012 Origem: PR/RS

Relatora : Dra. Luiza Cristina Fonseca Frischeisen

Ementa : Procedimento administrativo. Controle externo da atividade policial. Relatório decorrente da inspeção realizada na Delegacia de Polícia Federal em Chuí-RS, nos dias 10 e 11 de julho de 2012, para ciência. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Esgotamento do objeto do Procedimento. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. José Bonifácio Borges de Andrada.

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 01/10/2012, às 12:30 horas.

**Raquel Elias Ferreira Dodge**  
Subprocuradora-Geral da  
República  
Coordenadora da 2ª Câmara

**José Bonifácio Borges de  
Andrada**  
Subprocurador-Geral da  
República  
Titular

**Oswaldo José Barbosa Silva**  
Subprocurador-Geral da  
República  
Titular

**Carlos Alberto Carvalho de  
Vilhena Coelho**  
Procurador Regional da  
República  
Suplente

**Carlos Augusto da Silva  
Cazarré**  
Procurador Regional da  
República  
Suplente

**Luiza Cristina Fonseca  
Frischeisen**  
Procuradora Regional da  
República  
Suplente